

8
REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO

DO RIO GRANDE DO SUL



Comissão de Redacção:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA

MANSUETO BERNARDI

EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA

EDUARDO DUARTE

PORTO ALEGRE

BRASIL

1932

OF. GRAF. DA LIVRARIA DO GLOBO
PORTO ALEGRE

Instituto Historico e Geograrico do Rio Grande do Sul

Séde: PORTO ALEGRE

Presidente: Desembargador Florencio C. de Abreu e Silva

1.º secretario: Dr. Francisco de Leonardo Truda

Tesoureiro: Afonso Guerreiro Lima

Publica a sua Revista em fasciculos trimestrais ou semestrais, formando anualmente um volume de setecentas paginas, na média.

Condições de assinatura:

Por ano	15\$000 rs.
Por fasciculo trimestral.....	4\$000 rs.
Preço da coleção até 1930.....	1:000\$000 rs.

Fasciculos atrasados, preço da tabela existente na secretaria.

Para assuntos da Revista dirigir-se diretamente ao dr. Eduardo Duarte, á rua Duque de Caxias n.º 1231. Porto Alegre — Rio Grande do Sul — Brasil.

REVISTA

DO

INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAPHICO == DO RIO GRANDE DO SUL ==



IV TRIMESTRE

ANNO XII

Commissão de Redacção:

ADROALDO MESQUITA DA COSTA
MANSUETO BERNARDI
EMILIO FERNANDES DE SOUZA DOCCA .
EDUARDO DUARTE

PORTO ALEGRE

= 1932 =

1932
OF. GRAF. DA LIVRARIA DO GLOBO
BARCELLOS, BERTASO & CIA. → PORTO ALEGRE
FILIAIS: SANTA MARIA E PELOTAS

Cruz Alta

(Histórico da evolução geográfico-política por que tem
passado seu município, desde os primitivos tempos)

J. Santos Lima

O territorio do atual municipio da Cruz Alta, assim como o de todos os circunvizinhos, que dêle fizeram parte integrante, estava anteriormente sob a jurisdição do povo jesuitico de S. João Batista, pertencente ás "Missões Orientais do Uruguai", retomadas definitivamente á Espanha, em 1801, dum modo tão audaz quão original, pelo soldado desertor José Borges do Canto, o furriel Manuel dos Santos Pedroso e o desconhecido Gabriel Ribeiro de Almeida. Este último, guardadas as devidas proporções, foi como que o Cesar de Expedição, porisso que se encarregou de escrever o histórico dela, cuja interessante narração o dr. Hemetério Veloso transcreve em sua obra "As Missões Orientais" (pag. 87 usque 110), publicada tambem na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico", do Rio de Janeiro (vol. V, pag. 3 em diante).

O territorio de Missões após a conquista acima referida, foi incorporado ao municipio de Porto Alegre, até 1809, passando, então, a pertencer ao termo do Rio Pardo, que se criara nessa época. Passou depois para a Cachoeira (Alvará de 26 de Abril de 1819) e, em 15 de Outubro de 1827, para S. Francisco de Borja, nessa época ereto em juizado de paz.

Por fim, ao dar-se execução ao Código do processo criminal do passado imperio brasileiro, foi, pela lei provincial de 24 de Maio de 1834, criado municipio independente.

Instalada a respetiva câmara municipal, a 4 de Agosto do mesmo ano, tratou esta logo, na sessão do dia seguinte, de dividir seu municipio em seis distritos, usando para isso das attribuições conferidas no art. 55 da lei de 1.º de Outubro de 1828, assinalando-lhe, nessa ocasião, as seguintes divisas:

Ao Norte — o Uruguai; ao Sul — a Serra Geral, ramificação da do Mar; a Léste — o “Sertão” do Mato Castilhano e a mesma serra, e ao Oeste — o arroio Toropí, pontas do Jaguarí e uma Cochilha aquem do Piratiní ⁽¹⁾, coxilha que, originando-se da referida Serra Geral, segue na direção de São Miguel.

Mais tarde, foram suas ráias ainda mais dilatadas: Ao Poente — até o Nhacapetum ⁽²⁾ e o Piratini, e ao Nascente — até o Mato Português, au, melhor dito — até o rio Forquilha ⁽³⁾, anexando-se assim o Campo do Meio, antes disso quasi que desconhecido e infestado de selvagens bravios.

A antiga câmara municipal da Cruz Alta chegou, pois, a estender sua jurisdição administrativa sôbre a vasta circunscrição da quarta parte, sinão mais, da então provincia do Rio Grande do Sul. ⁽⁴⁾

As primitivas divisões, com quanto nunca definitivamente aprovadas pelos poderes competentes, prevaleceram, contudo,

⁽¹⁾ Alguns, inclusive os camaristas dentão, escreviam “Piratinim”; mas, a verdadeira grafia do nome dêste arroio é — “Piratini”, que significa na língua tupiguarani “peixe sêco”, e é igual ao de seu omônimo, que desagúa no S. Gonçalo, devendo-se, pois, designar êste por “Piratiní do Sueste” e aquêle, por “Piratini do Noroeste”.

⁽²⁾ Ou “Nhacapetum”, como então diziam.

⁽³⁾ A camara municipal cruzaltense, em officio de 1.º de Junho de 1858, dirigido ao governo provincial, mencionando os rios, que nasciam em seu municipio, incluiu tambem o Uruguai, por confundil-o, sem dúvida, com o Passo Fundo, chamado igualmente Uruguai Mirim.

⁽⁴⁾ Segundo os dados que consultamos a respeito e a estensão de cada distrito, mencionada pela câmara em seu memorial de 22 de Abril de 1857, calculamos em mais de 60.000 quilometros quadrados a area total do municipio então. A do Estado todo orça, como se sabe, entre 327.000 (Coimbra e Niemeyer), 389.000 (E. Camargo) e 283.615 (E. Edler.) Confrontando com esta última a de 64.600 dos nove atuais municipios, então meros distritos da Cruz Alta, da mais ou menos 4,4.

durante quatorze anos, por serem as mais naturais e respeitáveis possíveis, menos ocidentalmente, pelo lado de S. Borja, com cuja municipalidade suscitaram-se, por isso mesmo, dúvidas e contendas; tanto que, em 1847, devidamente autorizadas pelo governo provincial, entenderam-se as duas câmaras e nomearam comissarios para, na qualidade de árbitros, melhor fixarem as divisas entre seus municípios. A da Cruz Alta nomeou o padre vigario Francisco Gonçalves Pacheco e o capitão Ricardo Antonio de Melo e Albuquerque, então seus vereadores, e a de S. Borja, o coronel Manuel dos Santos Loureiro, comandante da Guarda Nacional, o qual veio também com a incumbência de organizar o primeiro corpo de Guardas Nacionais da Cruz Alta.

Contra a opinião dos árbitros cruzaltenses, que, apesar de estarem em maioria, concordaram, para que ao menos as cousas saíssem do pé em que estavam, ficou estabelecido que as divisas fossem pelo Boqueirão das Palmas, duas léguas apenas além de Santa Tecla, ou quatorze sómente da Vila, e cêrca de “quarenta de S. Borja”! Dali, descia por uma vertente do Caissá, até o Piratiní, por êste abaixo até a barra do Santa Barbara e por êste acima até suas nascentes, nas matas do Ijuí.

Tal linha, além de enormemente tortuosa, deixava para S. Borja a maior parte dos “Povos Jesuiticos”, contra a manifesta vontade dos habitantes da zona separada, ocorrendo ainda a forte circunstância de, por ignorância topográfica dos demarcadores (pois que o Santa Barbara não nasce nas matas do Ijuí) ficar uma faixa de terreno de mais de oito léguas de largura, entre as cabeceiras dêsse arroio e as referidas matas sem pertencer a nenhum dos municípios litigantes!

Por consequência, essa demarcação, imperfeita, como era, formando verdadeiro zig-zag, quasi que imposta pelo enviado samborjense e, de mais a mais, nunca legalmente aprovada pelo governo provincial, não podia prevalecer por muito tempo, o que a edilidade cruzaltense fez dêse logo sentir em seus relatórios á respectiva assembléa.

Por sua vez, os moradores da zona desmembrada dirigi-

ram-se ao coronel Antonio de Melo e Albuquerque, único deputado da comarca, então com assento naquêlê parlamento, pedindo-lhe sua intervenção no sentido de serem êles anexados ao municipio da Cruz Alta, conforme firmemente desejavam. Em vista de tais e tão justos reclamos, promulgou-se a lei n. 290, de 3 de Novembro de 1854, levando as divisas ao Inhacapetum e Piratini, até a barra dêste no Uruguai.

S. Borja, entretanto, não se conformou com isso e insurgiu-se contra a mencionada lei. Envia emissarios aos "Povos" e tais emissarios, pretextando colherem assinaturas para pretendida fundação ali duma capela ou cousa que o valha, serviram-se na realidade das assinaturas, assim capciosamente obtidas, para formal representação contra a lei em questão. Mas, a imprensa Porto-Alegrense, sem que tal esperassem, publica a integra da representação, chegando por êsse meio a burla ao conhecimento dos subscritores, que imediatamente contraprotestaram, explicando nêsse documento a exploração de que haviam sido vítimas e reiterando, ainda com mais empenho o pedido de incorporação a êste municipio, anexado civil e ecclesiasticamente a nova freguezia de Santo Angelo, de cuja criação se estava tratando.

A câmara enviou á assembléa o contra protesto, com seu relatorio de 1856, seguindo-se, então, a lei n.º 335 de 14 de Janeiro de 1857, com a inclusão do Rincão dos Povos.

Parecia, enfim, terminada essa questão de limites, quando, com surpresa geral, foi, pelo mesmo referido deputado, aliás residente em Cruz Alta, apresentado novo projéto, convertido em seguida na lei n.º 387, de 26 de Novembro do mesmo anno de 1857, restabelecendo as antigas e defeituosas divisas pelo Santa Barbara, dando-nos, como em compensação, uma nesga do territorio do Passo Fundo, (então já municipio autónomo), entre o Jacuí e o Arroio Grande, ultrapassando tambem por êsse lado uma linha divisoria tão reta e natural, como era a daquêlê rio (o Jacuí). (5)

(5) Essas divisas pelo Arroio Grande, a princípio contestadas pela municipalidade de Passo Fundo, mas legalmente estabelecidas, foram mais tarde referendadas por ato do governo do Estado, em 9 de Março de 1891,

Nossa câmara, porém, nessa época bem servida pela ilustrada mentalidade de um de seus vereadores, o dr. Antonio Gomes Pinheiro Machado, que tanto brilho lhe deu, durante dois quadrienios seguidos, dirigiu, em 9 de Janeiro de 1858, uma bem fundamentada representação á assembléia contra essa última lei pedindo a bem dos "Povos" sua immediata revogação. Tão justas e procedentes foram as razões aduzidas que a lei foi com efeito revogada e as divisas pelo Inhacapedum restabelecidas, até o ulterior desmembramento do municipio em novos municipios. (Lei n.º 607 de 17 de Outubro de 1862.)

Os primeiros distritos desmembrados foram, por propostas reiteradas da propria câmara cruzaltense e cuja conveniência demonstrava, os do Passo Fundo e Butucaraí (Soledade), formando ambos um novo municipio, criado pela lei provincial n.º 340 de 28 de Janeiro de 1857.

Seguiram-se depois: Santo Angelo, com S. Luiz, S. Miguel e Piratiní, em 1873, (lei n.º 835 de 22 de Março), Palmeira, em 1874 (lei n.º 928 de 6 de Maio), Campo Novo, em 1875 (lei n.º 964 de 16 de Março), S. Martinho, em 1876 (lei n.º 1034 de 9 de Maio) e, últimamente, duas nesgas territoriais, uma a Noroeste e a outra ao Sul, para a formação dos municipios do Ijuhi e de Tupaceretan, o primeiro criado por decreto n.º 1814 de 21 de Janeiro de 1912 e o segundo, por decreto n.º 4200 de 21 de Dezembro de 1928.

Atualmente, acha-se reduzido a menos de seu antigo primeiro distrito, si tanto, e sem as riquezas naturais, que ora opulentam os da Palmeira, da Soledade e, principalmente, o do Passo-Fundo.

Sua area atual, conforme se lê na legenda do mapa do Rio Grande do Sul, organizado pelo agrimensor João Edler, é de 6375 quilómetros quadrados. Essa area, segundo a do Estado, dada no mesmo mapa, representa 1/445 da do Estado e 1/1337 da do Brasil.

firmado pelo dr. Fernando Abot, como vice-presidente em exercicio. Tal ato, que não consta da respetiva coleção de leis e atos, foi entretanto, publicada pela "Federação" daquela época orgam official do governo.

Mas, assim reduzido, como se acha, ainda é quasi 3 vezes maior do que o antigo Granducado de Luxemburgo, 14 vezes maior do que a Republica de Andorra, 36 do que do Principado de Liechtenstein, 104,5 do que a Republica de S. Marino e 295 do que o principado de Monaco!

Eis as diversas divisões distritais porque tem passado o municipio, dêsde os primitivos tempos:

1834

“Primeira divisão em seis distritos”

I (Vila)

LIMITES: Ao Norte — o arroio Porongos, dêsde suas cabeceiras, adjacentes ao do Jacuí, até as matas do Ijuí; ao Sul — uma vertente, que nasce na fazenda de S. Pedro (arroio Buracos?), seguindo até o **Durasnal**, denominado de S. Bernardo; ao Léste — o Jacuí Grande ⁽⁶⁾; ao Oeste — pelas matas aquem Ijuí (Ijuízinho) e por êste rio até São Bernardo.

II (S. Martinho)

Ao Norte — as divisas do Sul, do primeiro distrito: ao Sul — a Serra Geral; ao Léste — a mesma serra; ao Oeste — pelo — Toropí e pontas do Jaguarí, dividindo com São Borja.

III (Butucaraí, atual Soledade)

Ao Norte — o Mato Castilhano; ao Sul — a Serra Geral; ao Léste — a mesma serra; ao Oeste — as matas de além Jacuí (Jacuízinho).

⁽⁶⁾ A câmara denominava, então, de **Jacuí Grande** o que hoje se chama **Jacuízinho**. O Sr. A. D. Pinto, em artigo publicado nesta mesma revista (Ano XII, III trimestrí pag. 53, é de opinião que a verdadeira cabeceira do Jacuí é o Vacacaí ou Guacacaí como antigamente era chamado.

IV (Passo Fundo)

Ao Norte — o Mato Castilhano; ao Sul — o Jacuí; ao Léste — o Jacuízinho (v. nota 6), que vem do referido mato e divide o distrito de Butucaraí; ao Oéste — as matas dêste último nome.

V (Palmeira)

Ao Norte — o Sertão do Uruguai; ao Sul — o arroio Porongos; ao Léste — o rio Jacuízinho e rumo de Norte a Sul — a divisa do primeiro distrito; ao Oéste — o Jacuí Grande.

VI (São Miguel)

Ao Norte — o sertão do Uruguai; ao Sul — a coxilha da estrada geral que segue para S. Borja; ao Léste — o rio Ijuí; ao Oéste — a coxilha em cuja costa passa a estrada geral para o mesmo distrito, fazendo divisa com S. Borja.

Essas divisas, muito singelas e naturais, quanto aos três primeiros distritos e assaz confusas e deficientes, quanto aos três últimos, constam dos livros das atas das sessões da antiga câmara municipal, e prevaleceram por quatorze anos, como já ficou dito, sem, entretanto, terem sido aprovadas pelos poderes competentes. Concorreu muito para isso a guerra civil decenal, que assolou a então provincia.

Por elas, metade do povo de S. Miguel pertencia a Cruz Alta e a outra metade a S. Borja. Tal qual succedia hodiernamente com o povoado de Tupaceretan, antes de ser elevado á categoria de vila, cuja metade pertencia á Cruz Alta e a outra, a Julio de Castilhos.

1848

“Segunda divisão do município em oito distritos, tendo as seguintes divisas”:

I (Vila)

Ao Norte — o arroio Palmeira até sua nascente e daí, em linha reta, a vertente mais proxima do Jacuí, servindo

êste de limite pelo Léste até a confluência do Ivaí, seguindo por êste acima até o arroio Buracos e por êste acima até sua nascente na fazenda de S. Pedro; ao Sul — pela estrada geral até Tupaceretan, continuando por uma vertente, que ali nasce, e vai deságuar no Ijuízinho; ao Oeste — êste último rio até as matas do Cadeado e o rio Conceição até sua confluencia no Ijuí-Grande.

(Note-se que as divisas do primeiro distrito de então são mais ou menos as do municipio de hoje, a exceção da nesga de 1097 quilometros quadrados ao Sul, com que concorreu para a formação do municipio de Tupaceretan.)

II (São Martinho)

Ao Norte — a divisa do Sul do primeiro distrito; ao Léste — a Serra Geral; ao Oeste — as divisas da fazenda de São Pedro, na estrada geral, em linha reta á vertente mais próxima do Toropí e por êste abaixo até a serra; ao Sul — esta serra.

III (Soledade, antigo Butucarai)

Ao Norte — o Mato Castilhano; ao Léste e Sul — a Serra Geral; ao Oeste — o Jacuí, que nasce no Mato Castilhano, servindo de divisa com o quarto distrito e o primeiro.

IV (Passo Fundo)

Ao Norte — o Mato Português, compreendendo o Campo do Meio ⁽⁷⁾; ao Léste — o Uruguai ou rio Pelotas ⁽⁸⁾ até a confluência do Rio da Varzea e por êste acima até a barra dum arroio que divide a fazenda dos Dois Irmãos dos cam-

(7) Não incluído na divisão de 1834 pelos motivos expostos acima.

(8) Parece ter havido confusão quanto aos rumos das divisas dêste distrito.

pos de José Antonio de Quadros, e por êste arroio acima até sua nascente e daí, em linha reta a outra vertente que deságua no Jacuí: ao Sul — o Jacuí, dêse a barra da dita vertente até o Jacuízinho; ao Oeste — as do Terceiro distrito.

V (Palmeira)

Ao Norte — Uruguai, dêse a confluência do Rio da Varzea; ao Leste — as do quarto distrito; ao Sul; — as do primeiro; ao Oeste — o boqueirão que separa a fazenda de São Jacó da de Monte Alvão, e dêse boqueirão, pelo lageado das Brancas até cair no Uruguai.

VI (Santo Angelo)

(Criação proposta)

Ao Norte — o Uruguai, dêse a confluência do lageado das Brancas até a do Ijuí Grande e por êste acima até a do Ijuízinho; ao Leste — por êste rio acima até as matas do Cadeado; ao Sul — as do primeiro distrito.

VII (São Miguel)

(Pelas divisões do antigo sexto)

Ao Norte — as Matas do Ijuí e divisas do municipio de São Borja; ao Leste — as do primeiro distrito e as do sexto; ao Sul — a estrada geral da coxilha e que conduz a São Borja; ao Oeste — as atuais divisas do municipio de São Borja.

1855

Terceira divisão, feita em 21 de Agosto dêste ano, criando-se mais um distrito, o de Piratiní. Foi essa a época em que o municipio cruzaltense atingiu sua maior expansão territorial. Suas divisas ficaram assim determinadas:

I (Vila)

Ao Norte, com os distritos de Santo Angelo e da palmeira pelo Ijuí Grande, dêsde a confluência do Conceição, subindo pelo Palmeira, até a nascente dêste, e daí seguindo em rumo direto até a mais proxima vertente do Jacuízinho; ao Sul, com o de São Martinho, dêsde o Jacuí, pelo Ivaí e pelo Buracos até São Pedro, e com o de São Xavier, pela estrada geral, dêsde São Pedro até Tupaceretan; pelo Oeste, com o de Piratiní, pelo Ijuízinho, desde sua nascente em Tupaceretan até a barra do lageado mais forte, que vai do mato do Cadeado, e daí, com o de Santo Angelo, subindo pelo referido lageado, até sua nascente em direção á mais proxima vertente do arroio Conceição, e por êste abaixo até o Ijuí Grande.

II (Santo Angelo)

Ao Norte — o Uruguai, dêsde a confluência do Comandá até a barra do lageado das Brancas; ao Léste, com o da Palmeira — por êsse mesmo lageado até São Jacó e pela mais proxima contra-vertente do Ijuí Grande, e com o distrito da vila — pelo Conceição e mais divisas do Oeste; ao Sul com o de Piratiní e São Miguel — pelo Ijuízinho, desde o lageado mais forte da mata do Cadeado até o Ijuí Grande; ao Oeste com o de São Miguel — pelo Ijuí Grande até a barra da vertente superior ao Campo Novo de Juruá e por essa vertente acima até seu manancial, continuando pela mais proxima nascente do Comandá e por êste abaixo até a sua foz no Uruguai.

III (São Miguel)

Ao Norte — o Uruguai, dêsde a barra do Comandá até a do Piratiní; ao Léste, com o de Santo Angelo — o mesmo Comandá e mais as divisas do Léste dêsde distrito até a barra do lageado do Umbú no Ijuízinho; ao Sul, com o de Piratiní — por êsse lageado até sua nascente, pelo arroio Chunei, até sua confluência no Piratiní; ao Oeste, com êsse mesmo dis-

trito dêse a barra do Chunei, até a do Inhacapedum, continuando daí por diante a dividir com o município do São Borja. (Lei provincial n.º 290, de 3 de Novembro de 1854.)

IV (Piratiní)

Ao Norte, com o de São Miguel — pelas divisas dêste lado do Sul; ao Leste, com o de Santo Angelo e da vila — pelo Ijuízinho acima, dêse o lageado do Umbú até Tupaceretán; ao Sul, com o de São Xavier — pela estrada geral da coxilha, dêse Tupaceretán até o passo do Lopes, no Inhacapedum; ao Oeste, com o município de São Borja — pelo mesmo Inhacapedum abaixo, até sua junção com o Piratiní. (Cit. lei prov.)

V (São Xavier)

Ao Norte, com o de Piratiní — pela referida estrada, dêse o Inhacapedum até São Pedro; ao Leste, com São Martinho — pelo arroio Caneleira e por êste abaixo até o Toropí e por êste abaixo até a Serra Geral; ao Sul, com o município de São Gabriel — pela mesma serra, dêse que é cortada pelo Toropí até onde a transpõe o Jaguarí; ao Oeste com o município de São Borja — pelo Inhacapedum acima, dêse o passo do Lopes até sua nascente e daí em direção á vertente mais proxima do Jaguarí, e, por êste abaixo, até a referida serra. (Cit. lei prov.)

VI (São Martinho)

Ao Norte — o Ivaí e o Buracos, até São Pedro; ao Leste, com o distrito da vila e o da Soledade — pelo Jacuí; ao Sul, com o município da Cachoeira — pela Serra Geral, dêse o Jacuí até o Toropí; ao Oeste, com o distrito de São Xavier — pelo Toropí e Caneleira ou divisas de Leste dêste distrito.

VII (Soledade)

Ao Norte, com o de Passo Fundo — pelo braço do Jacuí (atual Jacuízinho), que vem do Mato Castilhano; ao Lés-

te — com a Serra Geral; ao Sul, com Rio Pardo e Cachoeira — pela mesma serra; ao Oéste, com São Martinho — pelo Jacuí e com o distrito da vila — pelo Jacuzinho e sua contra vertente o Jacuí (atual Jacuí Grande).

VIII (Passo Fundo)

Ao Norte — o Goio-En ou Uruguai, subindo da barra do Rio da Varzea até ás matas, que proveem do Mato Português; ao Léste, com o municipio da Vacaria — por essas matas; ao Sul, com a Soledade — pelo Jacuí; ao Oéste, com a Palmeira — pelo Rio da Varzea, dêsde sua confluência no Uruguai até a barra do arroio, que divide a fazenda dos Dois Irmãos dos Campos de J. A. de Quadros, subindo por êsse arroio até sua nascente, na mesma direção, seguindo a contra-vertente que vai ao Jacuí, e, por êste abaixo, até a confluência do braço oriental, que vem do Mato Castilhano.

IX (Palmeira)

Ao Norte — o Uruguai; ao Léste, com o de Passo Fundo — por suas divisas ocidentais; ao Sul, com o da vila — pelas dadas divisas setentrionais; ao Oéste, com o de Santo Angelo — pelas divisas orientais dêste.

Essas divisas acham-se inscritas no Registro de Officios da Câmara Municipal, Liv. II, da pag. 58 em diante.

1857

E'poca em que começou o desmembramento do municipio, então no apogeu de sua maior expansão territorial.

Não tendo sido aprovadas as divisas de 1855, que, não obstante, prevaleceram assim mesmo, e tendo sido, por proposta da propria câmara, desmembrado o distrito de Passo Fundo e o da Soledade, para constituirem ambos um novo municipio autônomo, propôs então a mesma câmara a se-

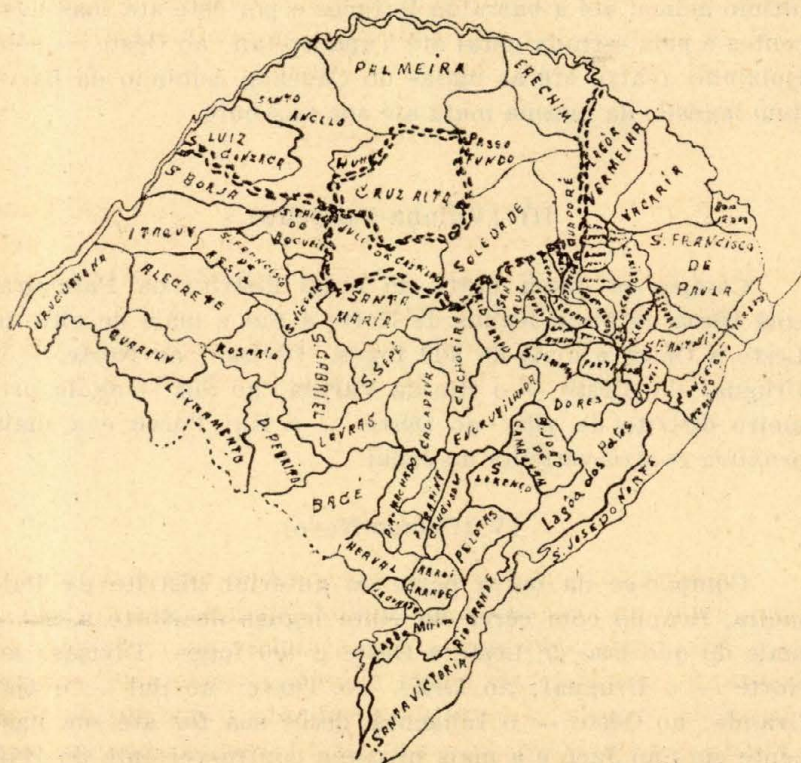
guinte divisão, aprovada pelo ato governamental n.º 5, de 30 de Maio do mesmo ano:

I (Vila)

Compunha-se de parte do anterior distrito da vila, ficando com dez léguas de Norte a Sul e cêrca de vinte de Lés-te ao Oéste e com mais de 400 fogos. Suas divisas eram: ao

MAPA DEMONSTRATIVO

da antiga e atual grandeza territorial do município da
CRUZ ALTA



(Fig. 1)

Norte — o Ijuí Grande e o Palmeira; ao Léste — o Jacuí, dêse sua nascente até a barra do Ingaí; ao Sul — a rua transversal de José Manuel Lucas Anes (atual General João Manuel) até o valo de Francisco Teles de Sousa, tomando ali a vertente do Ingaí e, seguindo por êste abaixo, até o Jacuí e pela vertente do Panelinha até onde se forma o Conceição; ao Oéste — por êste último arroio.

II (Vila)

Compõe-se da outra metade do anterior primeiro distrito, ficando com igual extensão e o mesmo número de fogos do primeiro. Divisas: ao Norte — as do Sul do primeiro; ao Léste — o Jacuí, entre o Ingaí e o Ivaí; ao Sul — por êste último acima, até a barra do Buracos e por êste até suas nascentes e pela estrada geral até Tupaceretan; ao Oéste — pelo Ijuízinho abaixo até as matas do Cadeado, subindo da barra dum lageado da mesma mata até sua nascente.

III (Vilinha-Palmeira)

Compõe-se duma parte do atual distrito da Palmeira, com cêrca de vinte leguas de Norte a Sul e mais de oito de Léste a Oéste e mais de 300 fogos. Divisas: ao Norte — o Uruguai; ao Léste — o Rio da Varzea; ao Sul — as do primeiro distrito da vila; ao Oéste — o Rio Turvo e a mais proxima contra-vertente do Jacuí.

IV (Campo Novo)

Compõe-se da outra parte do anterior distrito da Palmeira, ficando com cêrca de vinte leguas de Norte a Sul e mais do que isso de Léste a Oéste e 400 fogos. Divisas: ao Norte — o Uruguai; ao Léste — o Turvo; ao Sul — o Ijuí Grande; ao Oéste — o Inhacorá, desde sua foz até sua nascente em São Jacó e a mais proxima contra-vertente do Ijuí.

V (Santo Angelo)

Compõe-se duma parte do actual distrito e freguezia de Santo Angelo, ficando com cêrca de vinte leguas de Norte a Sul e doze de Léste a Oêste e mais de 400 fogos. Divisas: ao Norte — o Uruguai; ao Léste — as occidentais do Campo Novo; ao Sul — o Comandai, desde sua foz até defrontar o passo do Quaresma, no Ijuí, subindo ali por um córrego até sua nascente e descendo pela contra-vertente que faz barra no Ijuí, acima do dito passo.

VI (São Luiz)

Compõe-se do territorio dos Povos Jesuiticos, desmembrados de São Borja e do quartelrão do Cêrro Pelado, do actual distrito de Santo Angelo, tudo pertencente á freguezia dêste nome, ficando com vinte leguas de Norte a Sul e oito de Léste a Oêste. Divisas: ao Norte — o Uruguai; ao Léste — as do Oêste do quinto distrito e o Ijuí Grande, até a barra do Urubucarú e por êste arroio até a barra do que divide os campos dos Melinhos dos de Urbano Marques; ao Sul — êste último arroio, desde sua foz no Urubucarú até sua nascente mais proxima á do Santa Bárbara e por êste abaixo até o Piratiní.

VII (São Miguel)

Compõe-se duma parte do actual distrito de São Miguel e o quartelrão de Entre-Ijuís, pertencendo anteriormente a Santo Angelo, ficando o distrito com doze leguas em quadro de extensão e mais de 300 fogos. Divisas: ao Norte — o Ijuí Grande; ao Léste — o Conceição e as vertentes dêle e do Ijuízinho nas matas do Cadeado, referidas nas divisas do segundo distrito; ao Sul — o boqueirão da lagôa ao pé dum cemitério abaixo da tapêra de São João Mirim e pelas mesmas vertentes, que, ao lado da estrada geral da coxilha, nascem dêsse boqueirão, uma para o Ijuízinho e a outra para o Piratiní, desde a barra da vertente, que desce daquelle boqueirão até a barra do Santa Bárbara.

VIII (Santa Tecla)

Compõe-se duma parte do actual distrito de São Miguel e do territorio desmembrado de São Borja, entre o Pirainí e o Inhacapetum, ficando mais ou menos com a mesma extensão e número de fogos do sétimo distrito (São Miguel). Divisas: ao Norte — as do Sul do sétimo; ao Léste — o Ijuí-zinho, desde Tupaceretan até a barra da vertente nas divisas do Norte; ao Sul — a estrada geral, desde Tupaceretan até o passo dos Lopes, no Inhacapetum; ao Oéste — êste arroio, desde aquele passo até sua junção com o Piratiní e por êste acima até a barra da outra vertente referida nas divisas do Norte.

IX (São Xavier)

Conservará os actuais limites, dividindo com São Borja pelo Inhacapetum e Jaguarí, conforme dispõe a lei provincial n.º 290, de 3 de Novembro de 1854.

X (São Martinho)

Ficará com as mesmas divisas anteriores, limitando com São Borja.

A respeito dessas divisões deve-se conferir o officio da câmara municipal de 22 de Abril de 1857.

Segue-se depois a referida lei provincial de 26 de Novembro, restabelecendo as defeituosas divisas com o municipio de São Borja, pelo arroio Santa Bárbara, alterando-as também com o municipio de Passo Fundo.

Deve-se consultar igualmente o luminoso protesto contra essa lei, dirigido pela câmara a assembléia provincial, em 9 de Janeiro de 1858, e em virtude do qual foi a mencionada lei revogada pela de n.º 507, de 17 de Outubro de 1862.

Após essa época de máxima grandeza territorial, foi successivamente perdendo cada um desses distritos, ficando re-

duzido, como já ficou dito, apenas ao primeiro, do qual ainda se cortaram as duas mencionadas partes para a formação do município do Ijuí e de Tupaceretan.



(Fig. 2)

Atualmente (1932) consta o município de dez distritos, assim numerados e denominados: 1.º — cidade; 2.º — Rincão Seffrin; 3.º — Valos; 4.º — Santa Bárbara; 5.º — Três Capões; 6.º — Cadeado; 7.º — General Osório; 8.º — Neu Württemberg; 9.º — Rio Branco; 10. — Quinze de Novembro.

Essas circunscrições administrativas são as que se vê no mapa levantado em 1925 pelo agrimensor, Sr. João Antonio Edler (fig. 2), apenas com as seguintes modificações: O segundo distrito, denominado Tupaceretan, foi separado para a formação de novo município dêste nome; desagregou-se ao Norte do sétimo (General Osório) uma parte para constituir o atual segundo, com a denominação de Rincão Seffrin.

E não tardará muito tempo que dois outros distritos, Neu-Würtemberg e General Osório, se separem para constituírem novos municípios autônomos.

Extraímos êste artigo do nosso "Dicionario Corográfico do Municipio da Cruz Alta", ainda inédito.

Barão do Triunfo

BRIGADEIRO JOSE' JOAQUIM DE ANDRADE NEVES

Gloria Militar do Rio Grande do Sul

Leopoldo de Freitas

I

Na parte meridional do Brasil está situado o Continente Rio-grandense. Decorreram mais de cem anos que os seus principais nucleos de povoação eram as vilas do Rio Grande de São Pedro, de Porto Alegre e de Rio Pardo; escreveu o brigadeiro Sebastião Xavier Cabral da Camara:

"De agricultores e de soldados é de que mais se necessita aqui, dos primeiros para fertilizar a terra, e dos segundos para defendê-la."

A riqueza do Rio Grande era a criação de gado bovino, lanigero, cavalar e muar, tambem a colheita do Trigo que com a carne salgada, as péles e outros produtos da industria rural constituíam o seu comercio de exportação.

O meio social não estava adiantado, porém nêle, duas cousas se distinguíam:

"A natureza excelente do solo e o patriotismo dos seus habitantes." A natureza, disse Nicoláo Dreys, na sua **Noticia Historica**, querendo conceder á Provincia do Rio Grande do Sul a magnificencia das regiões equatoriais e a graça das zonas temperadas, conformou a sua configuração geologica com os beneficios que lhe reservára.

Pampas férteis, com as suas perspetivas indefinitas, matas virgens com a sua vegetação robusta e profusa, monta-

nhas elevadas com os seus sistemas de irrigações e suas coincidências com a organização geral; tudo se acha reunido no quadro da Provincia como um compendio dos accidentes mais memoraveis do globo.” — O patriotismo, unido á bravura dos seus habitantes, contava na Historia os triunfos alcançados contra o poder teocratico dos Jesuitas, nas Missões do Uruguai, em 1756 e contra as audaciosas incursões dos espanhóes desde 1774 a 1801.

Pela Carta Regia de 19 de Setembro de 1807 foi o Rio Grande do Sul elevado a categoria de Capitania Geral e, nela exerceu o cargo de 1.º Governador o General português dom Diogo de Souza.

Foi no seio de um povo de criadores e de patriotas, lavradores e guerreiros que nasceu, em Rio Pardo, a 22 de Janeiro de 1807 o brigadeiro Andrade Neves, conhecido nas guerras como — O bravo entre os bravos militares.

Rio Pardo é cidade situada na margem esquerda do rio Jacuí, teve origem num fortim levantado pelos colonos portugueses, em 1751, para da fronteira, na ocasião de se demarcarem os limites, em virtude do Tratado de 1750, ajustado entre os reinos de Portugal e Espanha.

II

Foi progenitor de Andrade Neves o major José Joaquim de Figueiredo Neves que destinou seu filho á carreira militar, verificando-lhe praça no 5.º Regimento de Cavalaria no ano de 1826, durante a Campanha da Cisplatina, porém no ano seguinte o jovem cadete obteve baixa do serviço para dedicar-se aos trabalhos da lavoura, de modo a auxiliar a familia paterna, em sua manutenção.

Entretanto a Revolução de 20 de Setembro de 1835 veio chamá-lo, outra vez, ao serviço das armas imperiaes. Desta época em diante Andrade Neves principiou a formar o seu renome de bravura, intrepidez e capacidade militar, ao ponto de em 1840 ter a promoção ao posto de major, pois tomara parte em quinze combates, entre elles o da ilha do Fanfa e o de Rio Pardo; no de Taquarí recebeu um ferimento de bala.

Louvou-o, merecidamente, em Ordem do Dia, o comandante da sua brigada, general Manuel Jorge Rodrigues, agraçado com o título de Barão de Taquarí.

Nesse combate Andrade Neves comandava um esquadrão de cavalaria e apesar de ferido não se retirou do campo de ação; em 1841 teve promoção de tenente-coronel. Nas operações realizadas em 1844, em Rosario, Ponche-Verde e Dom Marcos comprovou-se a sua admirável intrepidez.

Concluída a tenaz guerra civil Rio-grandense dos dez anos, o tenente-coronel Andrade Neves recolheu-se a sua cidade natal, onde constituiu família pelo seu consorcio com uma irmã do ilustre patricio coronel João Luiz Gomes, estancieiro no município.

O período do seu descanso das lides da atividade militar não muito longo, porque em 1851 o governo do Imperio convocou as milícias nacionais para a guerra contra o ditador argentino general Rosas que oprimia o seu país e perturbava a paz dos povos vizinhos do Rio da Prata.

A politica agressiva do ditador de Buenos Aires aos interesses brasileiros determinou que se declarasse aquela guerra que teve conclusão a 2 de Fevereiro de 1852 na batalha de Caseros.

Em 1857 organizou-se, no Rio Grande do Sul, uma brigada de Guarda Nacional, sob o comando superior do coronel Andrade Neves e destinada a guarnecer o Ibicuí, em observação a attitude que podesse tomar o presidente do Paraguai dom Carlos Antonio Lopez.

Nova mobilização da brigada do comando de Andrade Neves lhe foi dada em 1864, por ocasião das intervenções do Brasil nas questões do Uruguai, entre os partidos Blanco e Colorado.

Nas forças expedicionarias o denodado coronel Andrade Neves alistou os seus jovens filhos Carlos e José Joaquim, que pertenceram á arma de cavalaria.

Atacada e tomada a praça fortificada de Paisandú não demorou que surgisse o protesto do novo ditador paraguaio, o presidente general Francisco Solano Lopez que se erigindo

em regularizador do equilibrio das relações sul-americanas rompeu hostilidades contra o Brasil.

Então, o eminente general Bartolomeu Mitre, estadista e presidente da nação Argentina, dizia em correspondencia amistosa com o seu illustrado patricio dom Domingos Sarmiento, diplomata em Lima:

“La paz del Estado Oriental se malogró... El Brasil vino después en guerra contra el Estado Oriental. Hoy vá el Paraguay en guerra contra el Brasil. No sabemos si al fin seremos envueltos, por esta tempestad que hace más de un año vamos orillando, aunque para evitarlo trabajo con perseverancia y voluntad, y no sé si llegaré á conseguirlo.”

— Estava prestes a se desencadear a terrivel tempestade que turvou durante cinco anos os horizontes da politica internacional da America latina.

Joaquim Nabuco, orador e publicista erudito, bem conhecendo a condição geral dos países do Continente do Sul, num dos formosos capitulos do seu magnifico estudo, historico e politico, “Um Estadista do Imperio”, occupou-se da guerra do Paraguai, e exprime-se dêste modo acêrca do principal responsavel desta grande luta: o marechal Solano Lopez.

“A verdade sobre suas intenções e ambições ao começar a guerra é ainda duvidosa. Parece certo que êle contava na Argentina com Urquiza, no Uruguai com os Blancos, no Brasil com a escravatura e sublevando estes três elementos julgava poder subverter nos três países os respetivos governos.

Que planos porém eram os seus?

Atribue-se-lhe a aspiração de se fazer Imperador e não é improvavel, quando a fórmula monárquica acabava de ser proclamada no Mexico, sob os auspicios da França, e o arquiduque Maximiliano tinha aceitado a corôa imperial, não é improvavel que Lopez segundo, da sua dinastia, tivesse identico pensamento.

E’ estranho, todavia, dêsse ponto de vista o seu rompimento com o Brasil.”

Pela sua vez escreveu o distinto literato e diplomata argentino dr. Martim Garcia Merou, apreciando a influencia despotica do marechal e ditador paraguaio:

“Ele era um carater endeosado pelo servilismo e sujeito a coleras violentas. Vê-se-o militarizar o seu povo, reunir armas e petrechos de guerra, fortificar Humaitá... Que planos abrigava? Que empresa prosseguia?

Que propositos podiam explicar essa atividade a não serem os seus sonhos insensatos de um Imperio Napoleonico.

Suas ambições fogosas, suas vertigens delirantes de hegemonia americana.”

— Outros historiadores, como o alemão Masterman, que conheceram o marechal Lopez assinalam ao seu lado a presença de uma estrangeira de grande ambição, e cuja posição éle de algum modo só podia regularizar coroando-a. Elisa Lynch desejava fazer do seu manto — o Napoleão do Novo-mundo.

Em suma, “antes de começar a guerra a disposição moral de Lopez já mostrava ser a de um Despota de nascença, de um semi-civilizado em quem o instinto do indio, a miude, fazia explosão.”

III

Em 1894 respondendo a uma publicação do ministro uruguaio dr. Vasquez Sagastume, escreveu o honrado estadista brasileiro senador José Antonio Saraiva:

“A guerra do Paraguai teve origem no conflito brasileiro-oriental. Mas quem produziu este conflito? Foram os mediadores que obtiveram a pacificação da Republica ou que romperam o Convenio Aguirre-Flôres? Foi o Ministro brasileiro que pôs a disposição do governo oriental a esquadra brasileira e uma divisão do exército na fronteira, para que o snr. Aguirre pudesse organizar um ministerio de paz, sem receio de ser deposto por Lucas Moreno, ou o ministro oriental em Assunção, dr. Carlos de Castro que deu a Aguirre conhecimento prévio do protesto paraguaio de 30 de Agosto e animou-o contra o Brasil, confiado na proteção de Lopez e na sua invencível Humaitá...”

Outros estadistas, o Marquês de São Vicente e o conselheiro J. Francisco Furtado — não acreditavam na Nova Ma-

ravilha Paraguaia, até o momento em que a guerra nos surpreendeu com a invasão do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul. A opinião publica exaltou-se. A indignação dominou o sentimento e o brío dos brasileiros contra o ultraje á nossa bandeira e ao territorio nacional. Formou-se o partido da guerra e organizaram-se Legiões de Voluntários da Patria em todas as Provincias do Imperio.

Quando foi firmado o Tratado da Aliança-Triplice, escrevendo um dos seus brilhantes artigos, o diplomata e literato dom José Marmol, assim disse:

“Los Colorados fueran los primeros aliados del Brasil desde mayo de 1864. La serpiente envolvió poco después en Buenos Aires a los amigos de los libetadores como el General Venancio Flores.

— Desde la presencia del almirante Tamandaré en las aguas del Plata, y de los generales Souza Neto e Mena Barreto en las fronteras Orientales se estableció la verdadera alianza de hecho entre los gobiernos Brasileiro y Argentino. A una invasión no se contesta con una nota diplomatica. Era necesario el empleo de las Armas.”

IV

Realizou-se a guerra contra o ditador-presidente do Paraguai.

Entraram em ação os exercitos do Brasil, da Argentina e do Uruguai ao mando dos seus valorosos chefes Marquês de Caxias, Bartolomeo Mitre e Venancio Flôres, acompanhados de outros valentes generais, coroneis e outros officiais.

O brigadeiro Andrade Neves foi um dos primeiros militares Rio-grandenses que incorporou ao exército do inclito general Manuel Luiz Osorio, comandando uma brigada de cavalaria ligeira que constava de voluntários e guardas-nacionais.

Este intrepido veterano começou imeditamente a demonstrar, nesta cruenta campanha a costumada coragem com que se soubera conduzir desde os tempos da sua mocidade.

Refere, nuns apontamentos biograficos o historiador Ba-

irão Homem de Melo, que — No mês de Julho de 1867 quando houve o movimento das forças dos exercitos aliados sobre o flanco dos paraguaiois, o general Andrade Neves cometeu “prodigios com os seus esquadões de cavalaria.”

Foi êle um dos primeiros chefes desta arma e de todos o mais indomito, flamigero e glorioso; de vitória em vitória conseguiu aniquilar os elementos de resistencia do ditador paraguaio que em pouco tempo ficou reduzido a apertado cêrco, ao xclusivo recurso dos seus entrincheiramentos.”

A cavalaria dos generais José Luiz Mena Barreto e Andrade Neves, no ataque de 16 de Julho, teve o arrojo de tomar as trincheiras de Punta Carapá e de levar de vencida as guarnições paraguaias até as proximidades de Humaitá; aos 13 de Agosto realizou-se o vitorioso combate de Arroio Hondo, seguindo-se a 19 e 20 de Setembro o reconhecimento de Potrero Ovella e de Tayi. — A tomada de Pilar foi de grande importancia e efetuou-se quando o general Andrade Neves deu ordem para os seus soldados atravessarem a nado o arroio Nembucu. A artilharia do inimigo foi tomada e a sua guarnição aprisionada. — Esta esplendida vitória mereceu louvor honroso do marechal Caxias ao denodado guerreiro Andrade Neves.

No cômboate de 3 de Outubro outra vez o valente official general derrotou seis regimentos do inimigo e conseguiu ocupar a estrada de ligação entre Humaitá e São Solano.

Comandando uma divisão de mil e setecentas praças o general Andrade Neves juntamente com o general Vitorino Monteiro, Barão de São Borja, derrotaram a 21 de Outubro uma divisão de paraguaiois.

O governo imperial reconhecido aos bons serviços prestados pelo insigne general Rio-grandense agraciou, em decreto de 10 de Outubro de 1867, com o titulo de Barão do Triunfo; honra e galardão que êle continuou a justificar nobremente.

Em 1868 nos combates do Estabelecimento e da Vileta, o general Andrade Neves, depois de transpôr extensos banhados e “esteros” investiu com as suas tropas aquelas posições, resguardadas por defesas de abatizes, e, realizou o reconhe-

cimento das posições do inimigo, no flanco direito de Humaitá.

A sua decisão extraordinária e temeridade desconheciam embaraços para alcançar vitória todas as vezes em que pelejou.

No reconhecimento empreendido contra o flanco de Humaitá o Barão do Triunfo perdeu o cavalo em que montava e recebeu ferimento no quadril. A metralha era incessante.

V

A 11 de Dezembro de 1868 travou-se a fortíssima batalha de Avaí.

Completamente aniquilado ficou o Batalhão de infantaria da guarda especial do tirano do Paraguai.

Era esta unidade a de número 40 e que se bateu com heroísmo admirável, quando retirava e fazia alto para opôr-se com bravura e serenidade as repetidas cargas dos esquadrões da cavalaria do general Andrade Neves.

O batalhão paraguaio, tendo formado em quadrado, recebeu, pelas suas quatro faces, as cargas simultaneas dos lanceiros de mando do intrepido coronel Niderauer.

Descrevendo este feito d'armas, assim disse o general Dionisio de Cerqueira, nas suas **Recordações da Guerra**:

“Cerrado fogo repeliu as primeiras cargas. Os esquadrões retiraram á esquerda e á direita, para carregarem de novo; o batalhão resistia sempre envolvido pela nuvem de lanceiros que redemoinhavam por todos os lados. — O general, impaciente, colocou-se a frente de três esquadrões e carregou com todo vigor sobre uma face do quadrado, abrindo, violentamente, uma brecha naquele muro de baionetas que ondulava na planície e resistindo heroicamente. — Então, o batalhão perdeu a formatura. Dispersaram-se os esquadrões, e, um duelo de morte travou-se entre os lanceiros e a infantaria na planície coberta de mortos, e cheia de fugitivos, de filas de carros de bagagem, de carretas quebradas e de destroços de todo genero.”

Este combate final, em Avaí, recorda o de Rezonville,

na guerra franco-alemã quando o general francês du Barail carregou com impetuosidade sobre a infantaria inimiga.

VI

A guerra da aliança-tríplice cada vez mais extenuava a varonil resistencia do exército paraguaio.

O ditador e tirano do seu povo recusava render-se ou renunciar ao mando supremo, obsecado pelo orgulho de “Morrer com a Patria” como succedeu em Aquidaban, a 1.º de Março de 1870.

Mas, a saude do general Andrade Neves já estava excessivamente afetada; mesmo nestas condições, êle, não deixou de continuar no comando das suas tropas.

Em Lomas Valentinas, no formidavel ataque a esta posição fortificada e que foi uma das principais que o marechal paraguaio teve no seu país, o general Andrade Neves formou com a sua divisão de cavalaria, na columna da esquerda e sob o comando supremo do marechal Caxias.

Tomado o fosso de uma das linhas de trincheiras, achando-se muito exposto ao fogo mortifero do inimigo o general Andrade Neves recebeu ferimento num pé, e não quis retirar-se da batalha para a ambulancia.

Lomas Valentinas depois de prolongada peleja, em dias successivos, cedeu á pressão do exército brasileiro.

O marechal Solano Lopez lá se achava, porém conseguiu evadir-se para o interior, deixando as suas tropas á mercê dos vencedores; sendo, então, capturado entre os prisioneiros — o major alemão von Versen que se achava no Paraguai desde 1866.

Não foi este o unico official estrangeiro ao serviço do marechal Lopez, nesta guerra, pois estiveram o coronel Viener de Morgenstern, austriaco, o dr. W. Stewart, cirurgião e chefe do serviço de saúde; era inglês e o norte-americano engenheiro George Tompson.

Ferido e enfermo de acessos febris o Barão do Triunfo, acompanhado de seus dois filhos e de outros officiaes que o estimavam, transportou-se para Assunção, onde faleceu a seis de Janeiro de 1869.

Suas palavras últimas, quando delirava foram as de comando “Mais uma carga, camaradas!”

Assim pereceu, o general Andrade Neves, na capital da Republica Guaraní, abrasado no amor da Patria e sonhando com novas vitórias na guerra; saudoso dos valentes patricios que tombaram na contra-escarpa de Curupaití ou no meio daquelas invias florestas; “Palissadas gigantes com que a Natureza defendeu a terra do Paraguai, onde o canhão durante a guerra — ressoava como uma cantilena de Morte...”

VII

O imaginoso poeta e eloquentissimo orador parlamentar senador José Bonifacio de Andrada e Silva qualificou-o de **Redivivo**, numa poesia de glorificação militar.

Eis algumas das estrofes sonoras dêsse hino em louvor dos feitos marciais de Andrade Neves:

Sorrindo adormeceu, a espada em punho?
A imaginar sonhando ouvir no espaço
O clarim da investida!
Armas em continencia! E' um morto vivo,
Ei-lo que passa agora, erguendo do alto
No esquite da vitória!
O Brasil o saúda, e tu Historia
Um poema de luz de novo escreves!
Soldados cortejai Andrade Neves...

Lei especial do parlamento do Imperio reconheceu as honras do generalato aos notaveis veteranos Andrade Neves, Antonio de Souza Neto, José Gomes Portinho, David Canabarro e Bento Martins de Menezes; mas acreditamos que exceptuando o primeiro, os outros já eram officiaes generais em razão do reconhecimento dos postos militares aos revolucionários gaúchos de 1835 a 45.

Gomes Portinho teve o titulo de Barão da Cruz Alta e Bento Martins, o de Barão de Ijuí, em recompensa dos seus grandes serviços militares na guerra do Paraguai.

O Barão do Triunfo está sepultado em Rio Pardo, na sua cidade natal, para onde foram trasladados os seus restos mortais, para a igreja matriz.

Esculturado no alto do seu túmulo acha o brazão d'armas do nobre titular. O escudo é esquartelado, tem no primeiro quartel em campo azul um castelo de ouro, em ruínas; no segundo quartel, em campo de goles, um monte de sinople armado de prata; no terceiro doze estrelas de prata no alto e no quarto duas espadas de ouro, em aspa; encima-o a corôa heráldica.

Nenhum dos dois filhos militares do Barão do Triunfo, nem sua filha a senhora dona Adelaide de Andrade Neves Meireles tiveram mercê do título do seu glorioso progenitor.

São netos do general Andrade Neves os generais reformados Eurico José de Andrade Neves Meireles; e o atual general de divisão, comandante da 3.^a Região, Francisco Ramos de Andrade Neves, cujos serviços e dedicação muito o recomendam no exército nacional e na sociedade civil.

A veneração da memória do seu eminente avô é um nobre culto que também distingue a todos que conhecem e prezam a família Andrade Neves.

A velhice da terra == O continente americano

(Prof. Jorge Bahlis)

A America, tambem chamada Novo Continente, desempenhou um importantissimo papel nas civilizações pre-históricas. Teatro de conquistas varias e de lutas sangrentas, foi o scenario de muitos povos vigorosos e belicosos, que se chocavam a cada momento, resultando disso — muitas vezes — o aniquilamento de um determinado ramo racial e o desenvolvimento de outro.

Qual será a idade do Continente Americano? Desde quando começou a ser habitado? — Não se sabe com precisão mathematica. Póde-se afirmar, entretanto, sem receio de se cometer um erro científico, e apezar da acanhada visão dos conservadores, que conta milhões de anos. Considerado como uma unidade, tem mais de um milhão, e si o considerarmos nas suas diferentes partes, então tem centenas de milhões. (1) Com efeito, quando o Continente Lemuriano estava no vigor de sua existência, algumas partes — hoje americanas — principiavam a se formar, augmentando mais tarde quando o

(1) "Strutt, ha voluto calcolare l'età della Terra, determinando la quantità di elio contenuto in corte roccie. Prima si era dato a ricercare la quantità di elio nel silicato di zinconio, ma poi si è basato sopra la torianite, determinando che in un anno, per ogni grammo di torianite, si produce una quantità de elio. Per due esemplari diversi di torianite ha trovato: per uno 280 milioni di anni; per l'altro, 250 milioni di anni." (PLANETOLOGIA, por E. Cortese)

Continente Atlante predominou. Ao desaparecer a Atlantida, surgiram novas terras que acabaram de constituir o continente a que se deu, em virtude de uma homenagem injustificavel, o nome de America. ⁽²⁾ O Continente Atlante já não mais pôde ser tido como lendario. ⁽³⁾ As differentes terras submarinas ⁽⁴⁾ não deixam margem a nenhuma dúvida quanto á existencia dos continentes a que já nos referimos. Os extintos vulcões submarinos tambem comprovam a nossa afirmativa. No que se refere á antiguidade de certos pontos da America, temos rochas que accusam a estupenda idade de varias centenas de milhões de anos. ⁽⁵⁾

Inumeras são as regiões que submergiram e que emergiram depois de um longo lapso de tempo. ⁽⁶⁾ Grande parte da America já esteve varias vezes sob as aguas ⁽⁷⁾, chegando as partes emersas a tomar a graciosa fórmula de pitorescas ilhas. A Patagonia é uma das regiões que menos vezes esteve

⁽²⁾ "O nome de America deve-se ao fato de haver o cosmografo alemão Martinho Waldesemueueller aplicado, em trabalho seu, o nome de Americo Vespucio ao Novo Continente. Vede qualquer enciclopedia."

⁽³⁾ "... Foi esta circunstancia que levou a Geologia a reconhecer a necessidade da existencia de uma Atlandida..." (História da CIVILIZAÇÃO IBERICA, por J. P. Oliveira Martins, 7.^a edição) .

⁽⁴⁾ "Les differentes terrains submergés sont-ils nettement séparés les uns des autres, ou se fondent-ils entre eux par passages insensibles? Les deux cas se presentent dans la nature." (GUIDE D'OCEANOGRAPHIE, por J. Thoulet).

⁽⁵⁾ "Pare che avesse trovato, per certe roccie del Canadá 622 milioni di anni. Perciò, andando di questo passo, si arriverebbe a più de 700 milioni di anni." (PLANETOLOGIA, por E. Cortese).

⁽⁶⁾ "Asi, por ejemplo, todo el estuario del plata, estaba ocupado por las aguas saladas del Océano, que ocupaban los mismos puntos en que actualmente se hallan situadas las ciudades de Buenos Aires y Montevideo." (LA ANTIGUIDAD DEL HOMBRE EN EL PLATA, por F. Ameghino.)

⁽⁷⁾ "Y volviendo al Occidente qué encontramos? La misma historia en todos sus detalles, conservada por los mejicanos (cada una de cuyas tribus tenía su versión), por los guatemaltecos, peruanos y habitantes de Honduras, y por casi todas las tribus indias de la America del Norte." (HISTORIA DE LOS ATLANTES, por W. Scott-Helliot).

mergulhada, razão por que o seu solo apresenta caracteres especiais que a differenciam dos outros pontos americanos.

Si não houvesse mais robustas provas contra o chamado “DILUVIO UNIVERSAL”, o fâto de se encontrarem na America terrenos arcaicos, primarios, secundarios e outros, bastaria para provar que a terra não esteve submersa ao mesmo tempo em toda a parte.

* * *

Para se provar a velhice do Continente Americano basta lançar-se uma vista de olhos para os estudos geologicos, levados a efeito por abnegados cientistas de fama mundial. Na America do Norte ha, além das terras arcaicas, terrenos do Periodo Cambriano, Siluriano, Devoniano, Carbonifero e Permiano, todos da Era Primaria. Essas terras deviam ter sido contemporaneas do resto de um continente desaparecido já. A propria Europa, estudada por inteligentes e habéis observadores, apresenta vestigios desse Continente. Qual será êle? — O Continente Atlante, sem dúvida. ⁽⁸⁾

Os leitores que seguiram attenciosamente o nosso estudo referentes ás Civilisações Pre-Historicas, não terão a menor dificuldade em compreender os nossos pontos de vista. De resto, a existencia da Atlantida já é admitida até por alguns luminares da Igreja. ⁽⁹⁾

Graças ás investigações geologicas de extraordinarios resultados, tudo leva a crer que uma terra de enormes dimensões, que devia ter abrangido a quasi totalidade do mundo, deixou, ao ser tragada pelas aguas, restos eloquentes que se ligaram por uma lei natural ao Continente chamado Americano, e que nessa época ainda estava em formação. Esse é

⁽⁸⁾ “As revoluções que assignalaram a entrada de nossa idade geologica cindiram a Espanha da Africa, subverteram a Atlantida...” (Civilização Iberica, por J. P. Oliveira Martins).

⁽⁹⁾ “Clentifiquement, je pense, le doute ne saurait être permis; oui, l’Atlantide a existé.” (L’ATLANTIDE A-T-ELLE EXISTE’?, pelo Abbade Th. Moreux.)

um dos motivos principais por que se constata a existencia dos continentes, tidos como lendarios por muita gente ilustrada.

Devido ao maravilhoso progresso da Geologia, já sabemos que o nosso mundo não é essa criança inexperiente ⁽¹⁰⁾ que todos os compendios dos séculos passados nos impingiam dogmaticamente. A sua avançada idade já não mais pode ser posta em dúvida por nenhum cientista, mesmo quando reduza ao minimo os seus calculos. ⁽¹¹⁾

E já que estamos reafirmando a velhice da terra, sejam-nos permitido apresentar mais algumas considerações, que julgamos importantes.

O illustre sr. D. M. Riet, que apezar de ser bem idoso ainda se preocupa com as magnas investigações científicas, deu-nos a honra de pedir a nossa opinião a respeito de um artigo, publicado por um autor europeu na revista argentina "LA ATLANTIDA."

No artigo em questão — muito interessante, sem dúvida — o autor afirma, entre outras cousas, o seguinte:

1.º — Que o nosso Planeta tem 1.500.000.000 (um bilhão e quinhentos milhões) de anos;

2.º — Que a Humanidade surgiu ha 300.000 (tresentos mil) anos apenas.

3.º — Que os outros planetas, com excepção de Marte, não são habitados.

(10) "... No que diz respeito á composição e origem das camadas terrestres, sabemos que o deposito das rochas neptuneanas no fundo das aguas devia exigir pelo menos varios milhões de anos. Mas que supozessemos para essa formação dez mil milhões ou dez mil biliões de anos, isso é inteiramente equivalente. Diante de nós e atás de nós está umr eternidade. E si a muitas pessoas repugna a hipótese desses enormes periodos, é porque desde a infancia lhes incutiram ideias erroneas sobre a pretensa brevidade da história da Terra, que só contaria alguns milhares de anos." (HISTO'RIA DA CRIAÇÃO NATURAL, por Ernesto Haeckel).

(11) "A Terra que está a 37 milhões de leguas do Sol, conta uns 100 milhões de anos de existencia...". (VIAGEM ATRAVEZ DOS CE'US, por Camilo Flammarion.

As últimas duas afirmativas pareceram — e não podiam deixar de parecer — bastante arrojadas ao sr. Riet, cujo espirito de homem culto e observador encontrou nelas muita falla. Foi então que nos deu a honra de nos escrever, apresentando seus pontos de vista, e pedindo a nossa opinião a respeito do que dizia o articulista.

Quanto a antiguidade da Terra, nada temos a objectar. Não concordamos, entretanto, com a idade dada para o genero humano. E' muito insignificante em relação á idade de nosso planeta. Si este conta com a respeitavel idade de 1.500.000.000 (um bilião e quinhentos milhões) de anos, o homem não pode ter apparecido ha tresentos mil anos apenas. Deve ter — e de fáto tem — muito mais idade.

O grande naturalista Haeckel apresenta na sua História da Criação Natural uma interessante divisão das Eras Geologicas. Dividida a idade total da Terra em cem centesimos, ⁽¹²⁾ calcula-se com grande facilidade a idade aproximada de cada Era e até de cada Periodo.

Imaginando que a Terra tenha 1.500.000.000 (um bilião e quinhentos milhões) de anos, teremos as seguintes durações para as Eras referidas:

ERA ARCAICA	= 804.000.000	(oitocentos e quatro milhões) de anos.
ERA PRIMARIA	= 481.500.000	(quatrocentos e oitenta e um milhões e quinhentos mil) anos.
ERA SECUNDARIA	= 172.500.000	(cento e setenta e dois milhões e quinhentos mil) anos.
ERA TERCIARIA	= 34.500.000	(trinta e quatro milhões e quinhentos mil) anos.

(12)	"I Idade arqueolítica ou primordial	53,6
	II Idade Paleolítica ou Primaria	32,1
	III Idade Mesolítica ou Secundaria	11,5
	IV Idade Cenolítica ou Terciaria	2,3
	V Idade Antropolítica ou Quaternaria	0,5

(História da Criação Natural, por Ernesto Haeckel).

ERA QUATERNARIA = 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) anos.

Admitindo-se que o homem tenha aparecido na Era Quaternaria, éle teria a respeitavel idade de 7.500.000 (sete milhões e quinhentos mil) anos. E é preciso frisar-se que ha documentos que provam ter o homem surgido na Era Terciaria. Assim sendo, a sua idade se elevaria a muito mais milhões de anos.

Si tomarmos em consideração o tempo que levaram certas rochas para formar-se, e dermos á Terra a idade de ... 800.000.000 (oitocentos milhões) de anos, teremos a seguinte duração para cada uma das referidos Eras:

ERA ARCAICA = 428.800.000 (428 milhões e oitocentos mil) anos.

ERA PRIMARIA = 256.800.000 (256 milhões e oitocentos mil) anos.

ERA SECUNDARIA = 92.000.000 (92 milhões) de anos.

ERA TERCIARIA = 18.400.000 (18 milhões e quatrocentos mil) anos.

ERA QUATERNARIA = 4.000.000 (4 milhões) de anos.

Por êste calculo, o homem teria a idade de quatro milhões de anos, admitindo-se que haja surgido no inicio da Era Quaternaria, e mais de quinze milhões, si o fizéssemos aparecer pouco antes dos meados da Era Terciaria.

Si optarmos pelos calculos minimos de Camilo Flammarion, o grande astrônomo francês, a Terra tem a idade de 100.000.000 (cem milhões) de anos. Neste caso, pelos centesimos em que se divide a história geologica do nosso planeta, os seguintes resultados seriam encontrados:

ERA ARCAICA = 53.600.000 (53 milhões e seiscentos mil) anos.

ERA PRIMARIA = 32.100.000 (32 milhões e cem mil) anos.

ERA SECUNDARIA = 11.500.000 (11 milhões e quinhentos mil) anos.

ERA TERCIARIA = 2.300.000 (2 milhões e trescentos mil) anos.

ERA QUATERNARIA = 500.000 (quinhentos mil) anos.

Si o homem houvesse surgido na Era Quaternaria, teria, por este calculo, 500.000 (quinhentos mil) anos, e tendo surgido pouco antes dos meados da Era Terciaria, tem quasi dois milhões de anos, pouco mais ou menos.

Na nossa opinião — e esta opinião é fundamentada nos estudos que desde muitos anos estamos fazendo — a raça humana, si bem que muito animalizada, surgiu ha 18.000.000 (18 milhões) de anos.

Quanto ao que se refere ao outros planetas, estamos firmemente convencidos de que todos estão habitados. Não resta dúvida de que os habitantes dos outros mundos têm uma estrutura física diferente da nossa, compativel com as condições proprias de cada um dêsses mesmos mundos. A vida está em toda a parte. Não se pode conceber um mundo sem vidas. Julgar que os outros planetas não são habitaveis pelo fato de nossas condições físicas não se prestarem para vivermos lá é uma ingenuidade digna de lastima. Só uma vaidade, sem nenhum fundamento científico, pôde levar o homem a pensar que só o nosso planeta teve a fortuna de ser destinado á Criação.

* * *

As rochas cristalinas e as camadas calcareas — cubrindo muitos quilometros — se encontram em regular quantidade no Canadá, Terra Nova e grande parte dos Estados Unidos da America do Norte, o que evidencia o predominio da Era Primaria no Continente Americano. Os filões de rochas eruptivas, espalhadas em muitos pontos, confirmam, tambem, a diversidade das idades das diferentes terras americanas. Os fosseis vegetais e as camadas carboníferas são bem patentes. O Periodo Permiano é caracterizado pelos vegetais e pelo reino animal que lhe corresponde, e cujos fosseis, encontrados em lugares os mais diversos, vamos estudar oportunamente.

A America do Sul não deixa de possuir, tambem, seus

antiquíssimos terrenos. Encontraram-se diversas rochas arcaicas nos planaltos do Brasil. Ao Norte do Amazonas ha rochas pertencentes a êsse Periodo. As rochas de granito e quartzito — documentos de grande valor científico — contam com regular número de exemplares na America do Sul. Nas cachoeiras dos rios Curuá, Macurú e Trombetas, o Periodo Siluriano está fartamente representado. Não resta dúvida que os terrenos silurianos são mais eloquentes na America do Norte, onde o Mar Siluriano dominou grande parte dessa região. No que se refere ás camadas devonianas, temos nos Estados de Mato Grosso, São Paulo, Goíaz, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul diversas rochas importantes dêsse Periodo. No Vale do Amazonas foram achados muitos fosseis pertencentes aos terrenos devonianos, em camadas sôbrepostas aos silurianos. Nos Estados Sulinos ainda não foram devidamente classificadas as camadas devonianas, por falta de fosseis definidos. Tudo, entretanto, leva a crêr que as rochas dadas como devonianas devem sê-lo de fato, pois diferem das outras dos demais periodos.

Quanto aos terrenos carboniferos, foram classificadas diversas Camadas no Vale do Amazonas, nas zonas onde os fosseis dêsse Periodo são imponentes. As rochas do Periodo Cretaceo têm belos expoentes em diversos pontos da America, inclusive no Brasil, onde foram constatadas ao E'ste da Serra de Itabaina, no Estado de Sergipe, no Amazonas, em Pernambuco, na Paraíba e em outras localidades.

Este rapido estudo de caráter geologico que estamos fazendo poderá parecer, á primeira vista, destituído de qualquer utilidade para a descrição das CIVILIZAÇÕES AMERICANAS. Quando, porém, o leitor tiver percorrido em nossa companhia as regiões onde floresceram as civilizações que vamos historiar, ficará convencido da necessidade dêsse importantissimo estudo. Sem o auxílio da Geologia não poderíamos ser compreendidos convenientemente.

A imprensa de Santa Maria

J. Belém

Em 1.º de Janeiro de 1883 a cidade de Santa Maria viu surgir o seu primeiro órgão de publicidade — *A Gazeta do Norte*.

Porque era do Norte a dita folha, não pudemos descobrir, mas afirmamos que o primeiro jornal de Santa Maria teve o titulo de *A Gazeta do Norte*.

Foi seu fundador José Ferreira Camboim Filho, a quem cabe a gloria de ter lançado a semente que, em bôa terra, proliferou de um modo assombroso.

Claro que Santa Maria, pouco desenvolvida naquela época, não podia oferecer grande campo a quem pretendesse conquistar glorias nas lides jornalistas ou tirar pingues proventos dessa ardua profissão. Entretanto o gesto de Ferreira Camboim, como Moisés tocando com a vara mágica no rochedo, fez brotar no povo santamariense o gosto pela leitura de jornais, animando os letrados, pois logo no ano seguinte (1884), mais dois periodicos apareceram — *A Gazetinha* e *O Imparcial*, este, brilhantemente redatado por José Mariano de Matos que, pouco tempo depois, transferiu a conceituada folha a José Leão Porto.

E, nunca mais, Santa Maria deixou de ter em circulação, pelo menos, três órgãos de publicidade.

Em 1885 apareceu *O Santamariense*, e em 1886 *A Provincia*, órgão do partido liberal que teve como diretor, primeiramente, Ernesto Silva e, mais tarde, o dr. Felipe de Oliveira.

O COMBATENTE — Em 1887, o Club Caixeiral fez publicar **O Combatente**, seu órgão, sem pensar, talvez, no importante papel que essa folha viria desempenhar, mais tarde, no cenário politico do meio santamariense.

E' que, naquela época, a idéa republicana em marcha para o triunfo, avassalando a consciencia da mocidade intellectual da terra, não podia deixar de refletir-se no órgão de publicidade do Club Caixeiral, onde colaborava a juventude estudiosa, dando expansão a seus devaneios literarios. Assim sendo, á sombra dêstes, fugindo da finalidade do jornal, que era simplesmente a união da classe, seus redatores, não raro, atiravam aos monarquistas e á redação d'**A Província**, epigramas rubros, ás vezes de uma impertinencia tal, que provocavam protestos das pessoas atingidas.

Damos aqui uma amostra transcrita d'**O Combatente**, edição de 23 de Janeiro de 1887:

“Qual novél viajor que foi, serenamente,
Da trega mancenilha á sombra repousar
Sem conhecer que ali, pensando descansar,
A morte encontraria,
Assim vai o Brasil morrendo inconciente
Aos pés da monarquia.”

Talvez por isso, **O Combatente** tenha deixado de ser órgão do Club Caixeiral para passar á propriedade do ardoroso republicano, ha pouco falecido, Adolfo Otto Brinckmann, que o fez, ostensivamente, órgão do partido chefiado por Julio de Castilhos.

Nesta nova fase, a gloriosa folha combateu, denodadamente, pela abolição da escravatura, secundando **A Federação**, de Porto Alegre, na campanha redentora.

Quer prégando a Republica, quer batalhando contra os escravocratas, o intemerato **Combatente** não esmoreceu um instante, cintilando em suas colunas a pena adestrada do dr. Ildefonso Borges da Fontoura e as dos jovens Herculano dos Santos, Otaviano de Oliveira e José Terra.

Noticiando, jubilosamente, a quéda da Monarquia, assim termina o lutador o seu artigo de fundo:

“O modesto **Combatente**, embora um fraco paladino, batalhou pela grande idéa, hoje, vencedora, e, na luta que travou, teve muitas vezes ocasião de ferir e magoar os adversarios; hoje, porém, que vê realizado o desideratum que almejava, os seus redatores **quebram as penas com** que pelejavam, empunhando outras com que combaterão pelo alevantamento desta estremecida Patria.”

Como órgão do partido republicano local, por algum tempo ainda, aquela folha prestou ainda seus serviços, pontificando e aconselhando na consolidação das novas instituições.

Tendo passado **O Combatente** á propriedade de Candido Brinckmann, irmão do ardoroso Adolfo Otto, tornou-se folha noticiosa e comercial, sem ligações partidarias, vivendo, ainda mais de uma dezena de anos, uma vida anêmica, descolorida, como si os esforços feitos durante a campanha abolicionista e a republicana lhe houvessem exaurido todas as energias.

Foi seu último proprietario e diretor o festejado poeta patricio dr. Manoel do Carmo, atualmente residente em São Paulo.

Tendo surgido a gloriosa folha santamariense em 1887, suspendeu definitivamente sua publicação em 1907, depois de dois decenios de vida acidentada, brilhantissima em seus primeiros anos, e, honesta mas vulgar, na maior parte de sua existencia. Morreu de inanição.

O POPULAR — Em 7 de Janeiro de 1888, appareceu um novo órgão de publicidade — **O Popular**.

Como **O Combatente**, **O Popular** tambem defendeu a causa republicana, si bem que não tivesse esta folha ligações partidarias.

O seu redator, o saudoso Herculano dos Santos, no artigo-programa assim se pronunciou:

“**O Popular** apresenta-se desligado das três coletividades politicas que existem entre nós, nenhuma ligação o prende a elas.

“Estando, porém, a sua redação a cargo de uma individualidade que professa convictamente a idéa republicana, a qual êle presume ser a unica compativel com as tenden-

“ cias dêste povo americano, toda a vez que a sua intervenção seja chamada a baila da discussão no terreno das idéas, “ advogará com empenho aquela que está ligada ao seu ideal “ politico.”

E este programa foi cumprido á risca.

O Popular, com galhardia, atacou todos os assuntos sociais, que nossa Patria, em sua marcha evolutiva, ia fazendo aparecer, consoante ás suas necessidades e aos seus progressos. A abolição da escravatura foi uma das suas mais constantes preocupações, enchendo paginas e paginas de luminosos artigos abolicionistas.

Temos á vista o n.º 2, de 11 de Janeiro de 1888, em o qual se lê substancioso artigo de que extraímos os topicos abaixo:

“Ninguém mais pôde opôr um dique á idéa abolicionista.

“As leis sociais são tão inflexiveis como as leis físicas, “ quem as infringe incorre na sua sanção.

“A idéa abolicionista cresceu, avolumou-se e tomou tal “ velocidade que será um louco quem tentar lhe opôr um “ obstáculo por mais forte que seja. Ela tornou-se a aspiração “ ção geral do país.”

E cheio de lógica, iluminado de entusiasmo, o articulista d'**O Popular** prosseguiu no patriótico artigo, procurando levar aos espiritos retrogrados a superioridade incomparavel de suas convicções.

Como se vê, a imprensa republicana tem tradições em Santa Maria, concorrendo ela, na medida de suas forças, com seu contingente para a realização do grande ideal da Patria Brasileira.

O fato historico de 13 de Maio e o de 15 de Novembro, realizando as aspirações máximas do partido republicano, não vieram surpreender o povo santamariense, de braços cruzados, indifferente á pugna travada, mas, de pé, em suas trincheiras, que eram **O Combatente** e **O Popular**, canhoneando as instituições retrogradadas que perdiam terreno dia a dia.

O PORVIR — A poesia e a prosa literaria tinham também, naquela época, seus apaixonados cultores, tanto que, tornando-se o **Combatente** exclusivamente politico, mistér se

fazia a criação de um jornalzinho puramente literario. Preencheu esta lacuna, em Setembro de 1889, **O Porvir** “dedicado ao belo sexo” e redatado por Francisco Vale Machado Filho e Candido Brinckmann.

Havia, pois, em Santa Maria, no ano da proclamação da Republica, quatro jornais: **O Combatente**, **O Popular**, **A Província** e **O Porvir**.

A Província fechou logo após a quédia da Monarquia; **O Popular** viveu ainda dois anos; **O Porvir**, como todo jornal literario do Rio Grande do Sul, teve vida efemera; subsistiu **O Combatente** até 1907, como já dissemos.

QUATORZE DE JULHO — Em 1892 appareceu o **Quatorze de Julho**, de propriedade e direção de Abelardo de Almeida Campos.

Folha republicana, manteve durante sua curta vida a linha reta dos fortes, combatendo corajosamente, em defesa de seus principios, sem descurar dos assuntos locais, antes abordando-os com o mais alevantado criterio em prol do engrandecimento de Santa Maria e do bem estar da população.

Transferindo Abelardo de Campos sua residencia para outro ponto do Estado, o **Quatorze de Julho** suspendeu a publicação.

28 DE MARÇO — Em 1894 o Club Caixeiral deu á publicidade o seu novo órgão o **28 de Março** que por muitos anos viveu, trazendo sempre leitura amena, colaboração de seus associados. Redigiram a simpática folha, em diversas épocas, Aniceto da Silva Rosa e Garibaldi Felizola.

O ESTADO — Em 1898, o coronel Ramiro de Oliveira, então chefe do partido republicano local, fundou **O Estado**, fazendo-o órgão de seu partido.

Inspirado nos principios consubstanciados na carta constitucional de 14 de Julho, a nova folha republicana iniciou sua publicação, doutrinando numa linguagem elevada, tendo para isso um corpo de brilhantes redatores em que figuravam José Pena de Moraes, dr. Olavo Franco de Godoy, dr. Ildefonso Fontoura, dr. Pelagio de Almeida e Jacinto Franco Godoy, sendo este último o secretario da redação, que, mais tarde, foi substituido pelo autor destas memorias.

Durante oito anos, **O Estado** prégou com ardor a causa castilhista, fiél ao seu programa, mantendo sempre a attitude serena dos que combatem encastelados na propria fé. **O Estado** era o castelo da Fé republicana.

Morto Julio de Castilhos, mais se lhe arraigou aquele sentimento, como um preito de veneração devido ao chefe extinto.

Em 1906, tendo se cindido o Partido Republicano em virtude da dissidencia do dr. Fernando Abbott, **O Estado**, então propriedade do coronel Antero Corrêa de Barros, passou a ser órgão do Partido Democrata, fundado naquele ano. Assumiu a direção do jornal o dr. José Joaquim de Andrade Neves Neto, talento de escól e homem de luta que fez daquela folha o baluarte da candidatura do dr. Fernando Abbott á presidencia do Estado em contraposição á do dr. Carlos Barbosa, apresentado pelo Partido Republicano Riograndense.

E foi brilhante aquele jornal em sua nova fase!

Como propagandista da candidatura Abbott, **O Estado** foi intemerato, audaz, persistente, guiado pelo cintilante espirito de Andrade Neves Neto que, óra dardejando a ironia, óra agredindo de frente, não dava treguas ao adversario que tambem não fraquejava na luta empenhada. Andrade Neves, poeta lírico de delicadeza extrema, como jornalista era veemente, jogando com as palavras com habilidade tal que do colorido da frase arrancava efeitos surpreendentes.

A TRIBUNA — Para dar combate a **O Estado** e defender a candidatura do dr. Carlos Barbosa, o Partido Republicano criou **A Tribuna**, sob a direção de José Pena de Moraes, tendo como redator-secretario o subscritor destas linhas. Prestaram tambem valioso auxilio intelectual áquella folha, o dr. José Vieira do Amaral e Alvaro Rodrigues Leitão.

A intelligencia robusta de Pena de Moraes, a par de uma cultura filosofica não vulgar, fulgurava nas paginas d'**A Tribuna**, umas vezes doutrinando, outras rebatendo os golpes do adversario, sempre com o aprumo fidalgo de um polemista de escól.

Tendo o Partido Democrata assentado seu quartel-gene-

ral em Santa Maria com Andrade Neves Neto á frente da redacção d'O Estado, o Partido Republicano, que ficou então em minoria no município, teve de fazer ingentes esforços para conter a onda que subia em favor da candidatura Abbott.

E á tenacidade d'A Tribuna, ao valor combativo de seus redatores aos quais Ramiro de Oliveira orientava e dirigia, deve o Partido Republicano a sua vitória, neste município, no pleito memoravel.

Decidida a questão presidencial que motivou o fracionamento do partido chefiado por Borges de Medeiros, O Estado e A Tribuna esfriaram o entusiasmo.

Pouco tempo depois, ambas as folhas desapareceram, deixando nos anais da imprensa santamariense a história do emocionante prelio jornalístico travado em torno daquele acontecimento politico. O Estado desapareceu sem deixar vestígios, A Tribuna transformou-se em Diário do Interior que vive ainda prosperamente.

DIÁRIO DO INTERIOR — Corria o ano de 1909. Era gerente d'A Tribuna Alfredo Rodrigues da Costa. Possuindo êle a maioria das ações da empresa jornalística, pois que o capital para a fundação d'A Tribuna fôra conseguido por meio de apólices de 100\$000, possuindo êle, repetimos, a maioria das ações, resolveu adquirir por compra, e por dadas, as restantes que lhe faltavam para ser o unico proprietario da tipografia.

E, si assim pensou, melhor realizou.

Em breve, todas as ações lhe pertenciam.

Como uma folha politica nunca dá lucro, ao passo que um jornal comercial, bem dirigido, póde conduzir seu proprietario á fortuna, Alfredo Rodrigues da Costa deixou a gerencia d'A Tribuna, que naturalmente se finou, e fundou o Diário do Interior, o primeiro jornal diario que veio á luz em Santa Maria.

Nasceu êle em um momento oportuno. O meio, já bastante desenvolvido, bem comportava uma folha, pela qual o publico fosse, quotidianamente, informado do que ocorria na capital do País e na do Estado.

O serviço telegrafico seria a vida do novo jornal, levando

êle a vantagem de chegar á Serra e á Fronteira 24 horas antes das folhas portoalegrenses.

Assim bem o compreendeu seu fundador, fazendo um jornal que se impôs no conceito publico, existindo ainda hoje, sempre em crescente prosperidade.

QUATORZE DE JULHO — Para ocupar o lugar d'A *Tribuna*, como porta-voz do Partido Republicano, surgiu em 1911, sob a direção do subscritor destas notas, o *Quatorze de Julho*, segunda folha publicada com este titulo em Santa Maria.

Sua vida foi curta. Pouco mais de um ano o *Quatorze de Julho*, no cumprimento exato do programa que traçara, prégou a doutrina castilhistá, se não com brilho ao menos com convicção.

Um incidente havido na intimidade do Partido Republicano local, fê-lo suspender definitivamente a publicação. O fato principal de sua vida foi a campanha em pról da candidatura do dr. Borges de Medeiros á presidencia do Estado quando folhas federalistas agitavam a do marechal Mena Barreto.

GASPAR MARTINS — Em 1903, transferindo residencia para Santa Maria, o velho jornalista Julio Magalhães aí fundou o *Gaspar Martins*, órgão parlamentarista que defendia, tenazmente, contra tudo e contra todos o programa de 23 de Agosto do Partido Federalista.

Lutador de rija tempera, de uma convicção profunda, inabalável, só êle enchia, semanalmente, as quatro paginas de seu jornal, numa linguagem picaresca, muito sua, revelando um homem de pouco preparo intelectual mas de uma intelligencia robusta que bem lhe supria as deficiencias de cultura.

Julio Magalhães foi um intransigente, um forte, um alucinado na defesa de seus ideais politicos aos quais serviu até á sua morte que ocorreu em 1927, desaparecendo com êle o valente órgão federalista ao qual se dedicára de corpo e alma.

PEDRO II — Temos á vista o *Pedro II*, unico jornal monarchista publicado neste Estado depois da proclamação da Republica. Traz em seu cabeço o seguinte: N.º 198 — Santa

Maria, 5 de Março de 1914 — Ano 6.º — Diretor-proprietario José Augusto de Barros.

Entretanto tal folha não nasceu em Santa Maria.

Pelo ano de 1913, fixou residencia nessa cidade José Augusto de Barros e começou a editar o **Pedro II** que saíu á luz, na terra santamariense, já no seu ano VI.

E' provavel que tenha começado sua publicação em outro ponto do Rio Grande, ou, mais certo, em outro Estado da União.

Não tinha o **Pedro II** dia determinado para circular. Quando menos se esperava êle saía.

Por isso desapareceu sem que alguém desse pela sua falta.

O FEDERALISTA — Em 1913 foi dado á publicidade **O Federalista**, órgão parlamentarista, redatores diversos e gerente Antonio Luiz Barreto.

Esta folha passou depois á propriedade e direção de Arnaldo Melo que, mais tarde, a fechou, substituindo-a, em 1917, pelo **Correio da Serra**, jornal diario, noticioso e comercial, que existiu até 1930.

Houve ainda três jornais diarios de vida efemera: em 1914 o **Jornal de Noticias**, redatado por Demetrio Niederauer; em 1915 **A Noticia**, de propriedade e redação do dr. Jacinto Barbosa; em 1928 o **Sul Brasil**, órgão libertador, que combateu ao lado da aliança liberal, sob a direção do dr. Valter Jobim.

Além destas folhas as mais importantes, que, em verdade, constituem a história da imprensa santamariense, viveram, em diversas épocas, periodicos, criticos e literarios, de publicação semanal ou mensal, bem como algumas revistas ilustradas.

Segundo nossas notas, tiveram circulação em Santa Maria, no período decorrido de 1883 até hoje, os seguintes jornaisinhos: **O Alarme**, de propriedade e direção de Serafim

Vallandro e o —X—, redatado por Sadí Lisboa, os quais lograram vida longa, o que atesta as simpatias que conquistaram no meio social. Tiveram existencia efemera os seguintes: O Porvir, O Popular (segundo), O Iris, O Ferrão, A Trombeta, A Navalha, O Apito, O Democrata, O Gaúcho, A Estrella do Oriente, A Sentinela, O Echo da Serra, A Penna, O Trovador, O Trocista, A Violeta, A Sogra, o Rocicler, A Tesoura, O Gafanhoto (caricato), O Bohemio, O Lenço, O Domingo, A Rúa, A Baderna, O Sul, O —Z—, O Cigarro, O Continentino, O Typheu, O Atlas, O Juvenil e as revistas ilustradas Terra Gaúcha, Illustração Gaúcha, Actualidades e Castalia.

Hoje, circulam, em Santa Maria: o Diario do Interior; a revista "CCA", órgão do Centro de Cultura Artistica; a "UCVRS", órgão da União dos Caixeiros Viajantes do Rio Grande do Sul; a Universitas; o Succo, periodico mensal; e o semanario O Santamariense, órgão da igreja católica.

Ideologia federativa na cruzada farroupilha

Conferencia realizada no Instituto Histórico e Geografico Brasileiro pelo nosso confrade coronel Emilio Fernandes de Souza Docca, em 20 de Setembro de 1932

O Instituto Histórico e Geografico Brasileiro, fiel ao seu grandioso programa e ás suas respeitaveis e consagradas tradições, de opulentar a história patria com ensinamentos históricos, vai, atendendo um apelo da Comissão Executiva do Centenario Farroupilha, nesta Capital, comemorar a passagem dessa grandiosa data com a publicação de um volume especial de sua Revista consagrado á divulgação de documentos existentes em seu opulento arquivo, aumentando assim os serviços relevantes já prestados ao Rio Grande do Sul.

Coube, como sabemos, ao Instituto, a divulgação, ha meio século, dos mais importantes subsidios para a história da grande revolução que se vai comemorar, publicando, juntamente com a conhecida *Memoria* de Tristão de Alencar Araripe, grande cópia de documentos. Além disso, diversos e importantes estudos tem inserido em sua Revista sôbre a história e a geografia do Rio Grande do Sul.

Agora, como demonstração da simpatia e interesse com que o Instituto se associa á comemoração do Centenario farroupilha, dá inicio hoje a uma série de conferencias a serem aqui realizadas, no mês de Setembro de cada ano, até 1935.

Coube-me a honra de ter sido designado para fazer a primeira dessas conferencias, que versará sobre a

Ideologia federativa na cruzada farroupilha

Assim como não ha crença fervorosa e firme, sem um Deus, não ha luta estoica, nem desejo inabalavel de vencer, quando não se peleja pelo triunfo de um idéal.

A cruzada farroupilha foi alimentada por um idéal politico: **Republica e Federação.**

A causa principal do levante consignada no manifesto de Bento Gonçalves, de 25 de Setembro de 1835: deposição das autoridades legais, não seria capaz de sustentar aquella luta de gigantes durante um decenio, porque condicionaria o movimento a uma simples revolta e elle foi uma verdadeira revolução.

Mas, neste caso, como em muitos outros, os chefes ostensivos dos movimentos, entram como simples cabeças de motim, contra a civilização, porque agem sem um ideal elevado, ferindo o principio da autoridade, que é o ponto de apoio da cohesão dos povos.

Muitos dêsses chefes, felizmente, como todos os do caso em apreço, dominados depois pela sugestão do meio, se fazem paladinos do idéal que faz e sustenta as revoluções, para que elles concorreram, procurando servir suas ambições pessoais.

Daí as mutações, os zigue-zagues as dubiedades, certos atos que parecem esquisitos, contraditorios e ás vezes até criminosos e indignos, de certas individualidades, mas que são perfeitamente explicaveis para quem estudar a fundo a educação e a psicologia dêsses atores nos dramas politicos dos povos.

As revoluções são filhas dos acontecimentos, são produzidas pela necessidade, consubstanciada em um ideal coletivo ou da maioria — e por isso, segundo a lição do autor genial de **Noventa e Três**, imputal-as ao homem equivale a imputar a maré ás ondas.

Todas as revoluções têm sua força diretora e essa força é o ideal que as impulsiona, que lhes dá vida.

Dentro desta ordem de idéas, vamos examinar alguns aspétos da Revolução Farroupilha, cuja força diretora foi a republica federativa.

O objetivo dos chefes

era o de Bento Gonçalves, expresso em seu manifesto: a deposição do presidente da Província e do comandante das armas e por isso se lê nêsse documento esta passagem, que revela o transporte de satisfação de quem triunfa: "Compatriotas, vossos votos e vossas justas exigencias já estão satisfeitos. Caducou aquela autoridade cujo manto cobria os atentados de homens perversos, que têm conduzido esta Província á borda do precipio."

Corroborando aquêlê objetivo, disse em officio dirigido no mês seguinte a Manoel Oribe, então presidente da Republica Oriental do Uruguai: "... os filhos do Rio Grande, ao empunhar as armas, não se propuzeram a outro fim que o de salvar a Patria do abismo de males em que se precipitava, pela inepta e anti-nacional administração do dr. Antonio Rodrigues Fernandes Braga."

Treze dias depois do inicio da revolução em Porto Alegre, officiava Bento Gonçalves aos vereadores da Camara Municipal da cidade do Rio Grande, pedindo-lhes o reconhecimento da posse do dr. Marciano Ribeiro, na presidencia da Província, realizada a 21 de Setembro, "até a chegada do Presidente que for nomeado pelo Governo Central."

Talvez não falte quem nos observe que essas proclamações eram feitas para despistar...

Aos que assim pensarem, observaremos que o desejo da realização de um ideal, póde obrigar um homem a passar pelas forcas caudinas do despistamento, mas que o culto e a ansia por êsse ideal o impede de negal-o depois de o ter attingido.

Bento Gonçalves negou em 40 e 43, intuitos da republica e separação no movimento de 1835.

Antes, isto é, logo após o levante, assegurou reiteradamente a Araujo Ribeiro “que a revolução foi sómente para expelir as duas primeiras autoridades e que nenhuma dúvida haveria em receber o presidente nomeado pela Córte; que entrara na revolução para lhe dar uma cabeça e assim evitar maiores males de uma guerra civil”.

E’ evidente, pois, que o chefe militar da revolução não entrou nesta impulsionado por aquelas idéas. Vejamos seus proprios termos que são expressivos e não admitem sofisma.

Em carta dirigida ao Marechal Gaspar Mena Barreto, de seu quartel-general na Vila Setembrina, aos 15 de Março de 1840, se lê: “Uma opressão acintosa pesava sôbre o povo riograndense; eram a cada passo postergados os seus direitos, violada a sua liberdade, e a influencia lusitana, que devia acabar com o glorioso 7 de Abril, dominava por toda a parte.

“Empunhámos as armas para resistir á opressão, não tínhamos então idéa de mudar a forma de governo estabelecida.”

Em proclamação de 1843, depois de oito anos de luta heróica, assim se expressou, dirigindo-se aos seus compatriotas: “A guerra, compatriotas, teria finalizado e a paz reinaria entre nós, se o governo do Brasil não desprezasse todas nossas proposições, desde o começo da nossa gloriosa revolução.

“Esta só foi operada para desfazermo-nos dos pequenos tiranos que apoiados pelo primeiro delegado do governo, nos escravizavam, o que foi publico no manifesto que apresentei logo depois do majestoso 20 de Setembro de 1835.”

O que ficou transcrito é sufficiente para evidenciar o intuito do principal cabeça ostensivo do movimento farroupilha e que refletia o pensamento de seus pares.

Pareceu-nos, porém, conveniente deixarmos aqui consignado o que sôbre o assunto disseram outros chefes de grande prestigio.

E' possível que nêste ponto, como em outros, haja excesso na citação das provas abonatorias de nossas teses, mas a isso somos obrigados, por se tratar de assuntos em que ha opiniões diferentes.

Bento Manoel Ribeiro, de quem o prestigio e o valor não necessitam encarecimentos, porque resaltam dos triunfos assinalados com a sua presença no comando de fôrças durante o decenio heróico, quer quando lutava as hostes farroupilhas, quer quando combatia pela legalidade — Bento Manoel, como diziamos, em officio dirigido em 3 de Outubro de 1836, ao dr. Marciano Ribeiro, acusando a comunicação da posse dêste na presidencia da Provincia, declarou ficava ciente de que êsse ato era “até ulterior deliberação do Governo Central” e acrescentou estar firme “em sustentar a Constituição Política do Imperio, o Sr. D. Pedro II, Imperador Constitucional e a Integridade do mesmo Imperio”.

Esse mesmo criterio adota na resposta sôbre a aceitação do comando das Armas para que fôra nomeado: “... aceito a comissão honrosa de que V. Ex. me encarregou, até a última deliberação do Governo Central”.

Em proclamação de 3 de Outubro de 1835, convocando seus compatriotas, disse, depois de explicar sua attitude, o destro guerrilheiro: “Como, pois, compatriotas, poderia hesitar a pôr-me em campo, quando a Patria, o voto publico e a humanidade oprimida me chamavam a repelir os malvados retrogrados, que nos collocaram em um pélago de desgraças?

“O que mais deveria fazer um cidadão que tinha jurado defender a Patria, a Constituição Reformada e ao jovem Imperador Sr. D. Pedro II, a integridade do Imperio, as Leis patrias e as garantias dos brasileiros?

Ah! não vacilei um momento em empunhar a espada, para prevenir o derramamento de sangue e firmar a presidencia do novo Eleito, até que o Governo Central nos envie outro, que deva tomar a administração.

“Riograndenses e meus antigos companheiros de ar-

mas! E' neste sentido que vos convido a engrossar as fileiras das fôrças da campanha de Missões, que se acham sob meu comando."

Domingos José de Almeida, que foi uma das maiores cabeças na organização da republica Riograndense, ministro de mais de uma pasta, tendo se salientado na da Fazenda, membro eminente da Constituinte e um dos relatores do projéto da Constituição farroupilha — em manifesto aos seus compatriotas, em 29 de outubro de 1835, disse: "Ao conhecer de vossa justa indignação contra uma administração anti-nacional, despotica, turbulenta e dissipadora, qual a do sr. Braga, apenas soube dos movimentos de 20 de Setembro na Capital, me alistei nas vossas fileiras."

Vinte e cinco anos depois, com a sinceridade que sempre o norteou, confessava o grande ministro republicano, que entrara para a revolução "empurrado pelo que individual e traiçoeiramente" lhe fizeram.

José Pinheiro de Ulhôa Cintra, grande talento, vasta cultura, animoso lutador, jornalista brilhante e como Domingos de Almeida, ministro de diversas pastas, membro da Constituinte e um dos relatores do projéto da Constituição e ainda mais — enviado extraordinario e ministro plenipotenciario da Republica nos países platinos e no Paraguai, em vibrante artigo contra o partido **Caramurú**, pouco antes de rebentar a revolução farroupilha, referindo-se ao marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, assim se expressou: "E consente-se e sofre-se e deixa-se no comando das Armas este general inepto, este abastardado brasileiro, sem opinião, sem conceito, geralmente aborrecido por seus mesmos compatriotas".

E depois de deflagrado o movimento, por ocasião da posse de Araujo Ribeiro na cidade de Rio Grande, ainda com vistas firmes na comunhão brasileira assim terminou um longo artigo sôbre o áto do delegado imperial, depois de aconselhar fosse poupado derramamento de sangue: "Eia, pois, compatriotas, confiar nas luzes e patriotismo de

nossa Assembléa, confiar na prudencia e na sabedoria do Regente: êle é nosso amigo e não deixará de atender aos nossos queixumes.”

O remedio para os males dos riograndenses, nessa hora, não estava ainda, para esta notavel figura da revolução, nas mãos dos farroupilhas e sim nas do Regente do Brasil.

Manoel Lucas de Oliveira, não obstante republicano, nega que a revolução tivesse em seu inicio outro objéto além do que constava do manifesto de Bento Gonçalves.

Em 1844, já no penultimo ano do decenio heroico, afirmava do alto do cargo de ministro da guerra da Republica, em extensa exposição dirigida ao dr. Manoel Antonio Galvão, então Ministro da Justiça do Imperio, que a usurpação da liberdade fôra, “sem dúvida a origem da comoção popular que se desenvolveu em 20 de Setembro de 1835, que certamente não teria aparecido, se a provincia houvesse tido sempre presidentes distintos como V. Ex.”

E, precisando melhor a causa do levante, em 1835, acrescentou que as vistas dos riograndenses “eram sómente livrar-se de um opressor”, estando, porém, dispostos a se submeterem ao novo presidente que fosse nomeado pela Côrte.

Ha finalmente, uma nota curiosa que nos dá a medida do conceito em que era tido nas altas camadas sociais do Rio Grande, o levante de 35.

Em um caderno de notas da espôsa do tenente-general do Exército Bento Manoel Ribeiro D. Maria Mancia Ribeiro, se lê êste registo: “Dia 20 de Setembro de 1835 foi a foi a revolução de Bento Gonçalves, contra Barreto e Braga.”

Objetivo atingido

A saída de Fernandes Braga do territorio riograndense, em demanda da Côrte, foi considerada, pelos chefes ostensivos do movimento revolucionario, como o triunfo definitivo e deram, por isso, a luta como terminada. Desincorporaram, em seguida, os homens que se haviam apresentado e se achavam em armas.

Este procedimento dos diversos comandantes, inclusive Bento Gonçalves, define seus intentos á frente do levante.

Após a partida do presidente deposto, para a capital do Imperio, Bento Gonçalves dirigiu um longo officio ao dr. Marciano Ribeiro, cujas primeiras palavras são estas: "Completo-se neste dia (23 de Outubro) a pacificação da Provincia e com ella a grande obra encetada no dia 20 de Setembro proximo passado, pelos sustentadores das leis e dos principios liberais ou para melhor dizer pela grande maioria dos riograndenses. Apresso-me, portanto, a participar a V. Ex. este feliz acontecimento, que deve encher do mais puro prazer a todos os corações verdadeiramente amantes do bem estar de nossa cara Patria e de nossas liberdades."

Nessa comunicação diz o chefe farroupilha que assistira na matriz da vila de São José de Norte, de onde data o officio, um "Te-Deum em ação de graças pela pacificação" e acrescenta: "Cumpre-me, agora, felicitar a V. Ex. pelo feliz exito do movimento de 20 de Setembro."

Bento Manoel, em carta a Bento Gonçalves, aos 16 de Outubro de 35, disse: "Estou desesperado por recolher-me a minha casa, pois julgo tudo acabado."

Nove dias depois communicava ao Presidente da Camara de Alegrete haver dispensado as forças que se achavam sob seu commando "por não serem presentemente necessarias".

No mês seguinte julgando, segundo suas proprias expressões, que a Provincia se achava "em perfeito sossego", solicitou sua exoneração do commando das Armas, para se retirar "á vida privada unico bem que cordialmente ape-tego", disse.

Domingos Crescencio de Carvalho ao comunicar, em 22 de Outubro tambem de 35, ao coronel oriental Servando Gomez, commandante do Departamento de Serro Largo, que havia assumido o commando da Fronteira de Jaguarão, acrescentou que se havia "finalmente ultimada a gloriosa revolução de 20 de Setembro do corrente anno, que teve por

principal objeto sustentar o governo de Sua Majestade Imperial e Constitucional o Sr. Dom Pedro II e as instituições que venturosamente regem o Imperio”.

Domingos Crescencio era natural de Jaguarão e official de primeira linha. Foi depois uma das melhores espadas na defesa da Republica Riograndense. Faleceu no posto de coronel em Janeiro de 41.

Antonio de Souza Neto, o proclamador da Republica Riograndense, nos Campos do Seival, dirigindo-se aos seus compatriotas, em 10 de Novembro de 35, depois de dizer que o levante de 20 de Setembro tivera “por objeto sacudir o jugo da tirania e quebrar os ferros da escravidão e libertar a Patria de um governo opressor e anti-nacional” e que tendo isso sido alcançado com a fuga dos inimigos “nada mais havia a recear” e por isso todos podiam regressar ao lar.

São estes os termos finais dessa proclamação: “Devolvei-vos ao seio de vossas familias, que em plena paz gozarão os frutos de vossas fadigas.”

Ismael Soares da Silva, figura de grande relevo na Revolução, um dos deputados a constituinte de 42 e que, como representante de Bento Gonçalves, teve, em 1844, entendimentos com o Barão de Caxias, sobre a paz — depois de agradecer aos bagéenses que serviam sob seu comando e de proclamar o triunfo do levante, disse-lhes, em 10 de Novembro de 35: “Vossos trabalhos estão concluidos e é justo que gozeis dos suaves frutos de vossas fadigas, regressando aos vossos lares, cobertos de verdadeiros louros.”

Joaquim Teixeira Nunes, o bravo dos bravos, o intrepido e vigilante vanguardeiro do Canabarro na expedição á Santa Catarina em 39, aquêle cuja bravura, á frente do famoso 1.º regimento de lanceiros, um dia assombrou Garibaldi — ao dispensar, em 6 de Novembro de 35, seus comandados do 2.º distrito da villa de Piratini, assim se manifestou. Sim, amados compatriotas! Acabamos nossas fadigas coroando nossa empresa, deixando por terra o bando retrogrado e pondo em seu lugar a brasileiros livres, que

fazer-nos-ão felizes, regendo-nos pelos princípios constitucionais que professamos!"

Carencia de visão historica

Pondo de lado os metodos modernos para a investigação do passado, se tem procurado explicar o procedimento dos principais chefes ostensivos da revolução de 20 de Setembro de 1835, ao se manifestarem sôbre seus objetivos em vista da attitude que posteriormente tiveram combatendo em prol da Republica Riograndense — attribuindo-se-lhes fingimento em suas manifestações.

Apegam-se, os que assim pensam áquêles fantasmas sem existencia real, e, nem siquer, virtual, de que nos fala Th. Ribot.

Desviam-se dêsse modo, da verdadeira fonte a que em tais casos deve recorrer o historiador — a psicologia, que nos fornece importantes elementos para a compreensão da conduta humana em certas circumstancias; conduta essa que, ás vezes, á primeira vista, nos parece esquisita.

A psicologia, disse Lacombe, encerra a explicação da história, fornecendo a esta uma pedra de toque.

Taine pontificou "que explicar uma revolução é fazer uma pagina de psicologia."

No Brasil por falta de uma orientação geral e scientifica no ensino e no cultivo da história, com fundamento nos metodos modernos, poucas são as obras de real merecimento sôbre o nosso passado.

O fanatismo politico, a ortodoxia das religiões e das seitas, o desejo exhibicionista de ser lido pelo grande publico, a fantasia ao serviço do estetismo — desvirtuam os acontecimentos, ao sabor das paixões de quem os narra.

A aceitação do fingimento por parte dos chefes ostensivos do levante farroupilha, com o intuito de occultarem seus verdadeiros objetivos — é absurda, depreciativa, injuriosa.

Nem na fase preparatoria do movimento foi necessa-

rio despistar, visto que a propaganda de federação e república era feita abertamente da tribuna e pela imprensa.

Além disso os farroupilhas não sabiam mentir, porque a mentira é o aviltamento da palavra humana e eles tinham verdadeiro culto pela palavra e um profundo respeito pelas virtudes morais.

Em o hino farroupilha o investigador encontra toda a ética daquela gente nestas estrofes de alta filosofia e dignas de serem sempre memoradas:

Não basta para ser livre
ser forte, aguerrido e bravo:
Povo que não tem virtude
acaba por ser escravo.

Imbecilidade e não estratagema cometeriam aqueles chefes se continuassem depois do triunfo do levante, em virtude da queda e fuga das primeiras autoridades, a negar aquilo que queriam, e cuja realização deles exclusivamente agora dependia.

Incapazes e não astutos seriam eles se, visando a separação e república, deixassem, como deixaram, entrada franca aos recursos que o Governo Central enviasse, com a desmobilização dos homens em armas e não trancando a entrada da barra do Rio Grande.

A teoria do contágio mental, nos explica claramente o procedimento desses homens, sem depreciá-los.

O prestígio de Bento Gonçalves

O nome deste guerrilheiro principiou a figurar em nossos anais militares quando já entrava no 30.º ano de sua existência, sem tirocinio regular, na carreira das armas.

Em 1817 foi nomeado capitão de milícias. Sua atividade e intrepidez concorreram para diversas vitórias que nossas forças alcançaram sobre os bandos de Artigas.

Em 1818 derrotou em Currales, entre Olimar e Sebolati, o caudilho Moreira, que capitaniava 150 uruguaios.

Em Maio do ano seguinte derrotou e aprisionou o coronel Fernando Otorquez, um dos mais importantes dos chefes artiguistas e dias depois derrotava, junto ao arroio Carumbé, o famoso Lopez Chico. Em Janeiro de 1820 bateu no arroio Olimar o coronel Aguiar, importante auxiliar de Artigas.

Em 1824 foi elevado a tenente-coronel e nomeado comandante do 39.º regimento de milicias, que organizou e á frente do qual combateu, em 12 de Outubro de 1825, em Sarandí, data em que foi promovido a coronel. Tomou parte na batalha do Passo do Rosario, comandando uma brigada.

Em 1829 foi promovido a coronel do Estado Maior e nomeado comandante do 4.º regimento de cavalaria de 1.ª linha, estacionado em Jaguarão.

Seus feitos militares, a simplicidade de suas maneiras, sua identificação com a massa popular, que tanto admira as pessoas altamente colocadas que tem os mesmos defeitos dela — valeram-lhe admirações e popularidade e se tornou por isso um dos homens de influencia na Provincia.

Tinha Bento Gonçalves três graves defeitos como chefe militar: era irresoluto, suggestionavel e extremamente sensível.

No estudo de seus atos, não se deve nunca perder de vista essas suas qualidades congenitas.

Foi a influencia que sôbre Bento Gonçalves exerciam o sagaz e irrequieto padre Caldas e o ambicioso caudilho Lavalleya, que o levaram a escandalosa proteção que a êste último dava, proteção essa denunciada em longo e energico officio do comandante das Armas e que determinou sua vinda a esta Capital, a chamado do governo, em fins de 1833.

Era filiado ao partido Liberal da Provincia, ao qual tambem pertencia João Manoel de Lima e Silva, que ao ter conhecimento da chamada de Bento Gonçalves conseguiu permissão para vir tambem á Côrte, afim de socorrer seu correligionario e ao mesmo tempo fazer propaganda

de suas idéas políticas, para o que tinha grande facilidade na ocasião, por ser regente do Imperio seu Irmão Francisco de Lima e Silva.

Tão grande era a pressa do jovem e ativo agitador liberal, em vir a Côrte, que, obtida a licença para isso, emprehendeu a viagem por terra, a cavallo. Nos primeiros dias de Dezembro aqui se achava.

Desenvolveu uma formidavel campanha contra a administração da Provincia do Rio Grande do Sul e a favor de Bento Gonçalves, explorando as disposições de seu irmão de transformar a Regencia em uma ditadura militar.

Essas disposições de Francisco de Lima e Silva foram um dos fatores principais na explosão do levante farroupilha.

Com o pouco escrupulo que a politica em regra aconselha aos que querem triunfar e na ansia de realizar seus intentos, o Regente, para conseguir um adepto de valor ou um cabo eleitoral poderoso, deu Bento Gonçalves por justificado das acusações que lhe faziam no Sul, o colocou no comando da fronteira do Rio Grande e o premiou com uma pensão annual de 1:200\$, ato este que justificou em decreto com os maiores louvores ás qualidades privadas e publicas do agraciado.

Assim coberto de honrarias e prestigiado pelo Centro, voltou Bento Gonçalves á Provincia, em companhia de João Manoel, depois de conseguirem a demissão do Presidente José Mariani e a nomeação de Fernandes Braga, que pertencia ao gremio dos liberais.

O luzido coronel riograndense passou, dêsse modo, a ser o heroi do dia.

E assim, mais do que todos os seus serviços em defesa da Patria, no campo de batalha, mais do que as suas qualidades pessoais, o elevou no conceito publico, uma proteção criminosa, porque tinha origem em uma tramoia politica.

Ha mais de um século que vêm figurando, com fre-

quencia, no cenário de nossa vida política, grande número de indivíduos assim elevados.

Estava, pois, Bento Gonçalves indicado para chefiar o primeiro movimento revolucionário que surgisse na província.

Perceberam isso os vigilantes propugnadores da república federativa e passaram a cortejar e suggestionar o coronel que, ufano, mostrava correspondência do Regente, entre a qual havia uma carta que hoje guarda o Museu e Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e que nos serviu de chave para decifrar o motivo da proteção que Bento Gonçalves obteve na Côrte.

Carta branca para conspirar

Talvez pareça novidade o que dissemos sobre Francisco de Lima e Silva e, por isso, nos apressamos em comprovar o que afirmamos.

E' por todos sabido que dos membros da Regencia o unico que se achava de fato em exercicio, em fins de 33 e principios de 34, era Francisco de Lima e Silva.

José da Costa Carvalho, alegando doença, se retirara para São Paulo, desgostoso com a marcha dos negocios.

Braulio Muniz, efetivamente doente, se limitava a "assinar os papeis de serviço."

Foi nessa situação que Lima e Silva pensou conjurar os males que assediavam a Regencia desde 1831, estabelecendo uma ditadura militar sob sua chefia. Evitaria assim, ao mesmo tempo, a eleição de Araujo Lima para a Regencia una, de que já se tratava.

Em carta de 15 de Janeiro de 1834, Lima e Silva concita Costa Carvalho a vir "tomar seu lugar na Regencia", visto estar êle em "luta com imensas dificuldades, com exigencias de partidos e com pouca firmeza, de Braulio Munitz e depois de outras considerações acrescentou: "Certificando por esta ocasião a V. Ex. que ou abandono este lugar que tenho porque não sei infringir a Constitui-

ção ou tomarei uma atitude inteiramente militar e verei se assim posso salvar-me com dignidade.

“Epero que V. Ex. tomará em muita consideração o que digo acima.”

Cinco dias depois escrevia a Bento Gonçalves a carta a que nos referimos, felicitando-o pela sua nomeação para comandante da fronteira de Rio Grande e acusando o recebimento da correspondencia do coronel por “ocasião da crise” e, entrando no assunto principal, disse: “Não pretendia escrever a V. S. sobre o negócio do Regente, porque não só contava com a sua amizade como para não parecer suspeito.

“Agora, porém, que chegou a mim a noticia de um modo terminante e decisivo que o Marechal Barreto (Sebastião Barreto Pereiro Pinto, comandante das Armas no Rio Grande do Sul) traidora e perfidamente procura aliciar eleitores dessa Provincia para nomearem Pedro de Araujo Lima, homem inimigo constante das coisas de 7 de Abril, do que tem dado sobejas provas, até traindo a Regencia quando foi seu Ministro nos quarenta dias, tudo isso induzido e aconselhado daqui por José Carlos de Almeida Torres e Galvão, autores de toda esta cabala.

“Dirijo-me a V. S. para que ponha todo o esforço, afim de malograr o obscuro enredo de tal marechal, certificando a V. S. que se por desventura aparecer tal homem para Regente, não só não lhe entregarei a Regencia como lhe farei sempre toda a opposição: não foi para ver o Brasil perdido que eu e minha familia nos sacrificamos em 7 de Abril.

“Espero que V. S. me acuse a recepção desta carta e eu vou tomar sobre o Marechal Barreto as convenientes medidas.”

Os liberais riograndenses por meio dessa carta, da mais alta autoridade do pais, tiveram carta branca para conspirar e prégar suas idéas e por isso o fizeram publicamente, zombando do poder na Provincia e atacando com aspereza o comandante das Armas, e dêsse modo afrouxa

ram os laços da obediencia e, anulando as autoridades, abriram uma porta ampla para a revolução.

Diretores da Revolução

Foi o ilustre dr. Assis Brasil quem, em sua **História da Republica Riograndense**, em 1881, deu a Tito Livio Zambeccari a dignidade de “verdadeiro e real diretor mental”, da revolução farroupilha.

Desde então vem sendo dado curso a essa heresia historica.

Ha pouco o dr. Basilio de Magalhães a repetiu.

Conhecemos e admiramos, todos, a erudição dêsse nosso ilustre confrade nos assuntos da história patria e, neste caso particular, convem não esquecer haver êle declarado que os feitos farroupilhas lhe eram bem conhecidos.

Emprazado, porém, a comprovar sua afirmativa, se limitou a declarar, mais de uma vez, que tinha conhecimento do assunto pela obra do dr. Assis Brasil e pelas **Revoluções Cisplatinas** do dr. Alfredo Varela e acrescentou que o primeiro dos referidos autores não documentara sua afirmativa, mas que o segundo comprovava com documentos sua asserção e aditou: “Foi o Conde Zambeccari quem infiltrou as primeiras idéas republicanas no Rio Grande do Sul”, deixando transparecer que isso afirmava amparado pelo ilustre dr. Alfredo Varela.

Esse erudito historiador riograndense, entretanto, no livro citado, nega aquella supremacia do conde italiano, nestes tempos: “Iniciador como alguns querem, não foi.” (Obra cit., 306).

Um dos biografos de Zambeccari diz que, quando êste se fixava em Porto Alegre “a revolução batia tambem ás portas daquela Provincia brasileira.”

Acontecia isto em fins de 1833 e, portanto, quando mais intenso era o movimento dos farroupilhas em prol da republica federativa.

Foi a revolução que levou Zambeccari ao Rio Grande, visto que de Buenos Aires êle para lá se transportou, a con-

vite dos farroupilhas, quando já estava de malas feitas para retornar a Europa.

O conhecimento dos riograndenses com o conde carbonario vinha de 1831, quando êle esteve na Provincia, como simples agrimensor.

Era homem de cultura, inteligente e imbuido de idéas revolucionarias. Preso no inicio da revolução, em 1836, e recolhido a uma fortaleza nesta capital, cortou definitivamente as relações com os farroupilhas esquecendo-os. Contemplado nas anistias que o Imperador costumava dar, na data de seu aniversario natalicio, aos que arrependidos, imploravam perdão, foi Zambeccari posto em liberdade a 2 de Dezembro de 1839, com a condição de seguir para a Europa, para onde se transportou em seguida, com a marca quente...

Em nota de seu proprio punho, em um jornal do Rio de Janeiro, encontrado em seu arquivo, declarou que fôra "um dos redatores do **Republicano**" — vide bem — um dos redatores, o que é perfeitamente aceitavel, e não o unico redator, como se tem dito.

A **Idade do Pau**, jornal de Pedro Boticario, o Marat da Revolução Farroupilha, declarou que fazia parte da redação do **Republicano** um estrangeiro "alheio aos nossos costumes". Esse estrangeiro devia ser o conde italiano.

Tem-se procurado dar fóros de cidade, entre nós, á inventiva de Bertolini, um dos panegiristas do conde bolonhez, de que êste foi um dos "sete fundadores da Republica Riograndense, em 1836".

Bento Gonçalves e Zambeccari só tiveram conhecimento de proclamação da republica, em 1836, quando presos, depois do desastre do Fanfa.

Está cabalmente provado que a Republica Riograndense foi proclamada por Antonio de Souza Neto, instigado, por Joaquim Pedro Soares e Manoel Lucas de Oliveira, a revelia de todos os demais chefes farroupilhas e sem audiência prévia dêstes, que apenas tiveram conhecimento do fato e com êle se conformaram.

Tem-se dado curso á versão de Eurico Spartaco, de que Zambeccari foi “o autor de programa que tinha servido como base das operações” dos riograndenses.

Não ha provas disso e todas as presunções são opostas a essa afirmativa.

A presença, entre os chefes farroupilhas, de José Mariano de Matos, que foi ministro da guerra da Republica Riograndense e depois da mesma pasta do Imperio, escolhas essas que evidenciam suas qualidades militares para o alto comando; a presença entre aquêles, de outros soldados de merecimento, em cujo número se achava João Manoel de Lima e Silva, dotado de brilhantes talentos militares, aprimorados por esmerada cultura tecnica, afugenta a insinuação do publicista italiano acima referida.

A elite republicana

Havia no Rio Grande do Sul, oito anos antes do levante farroupilha, uma pleade de republicanos ilustres, que pugnavam, sem cessar, pelas suas idéas, no seio da massa popular, preparando-a, com pertinacia e intelligencia, para a aceitação do regime democratico.

Todos os chefes militares de prestigio ou os politicos de nomeada, foram sempre assediados por esses pugnadores audazes e, muitos, por êles contaminados.

Em um meio assim ha muito trabalhado, no sentido das idéas republicanas, foi que Zambeccari contribuiu com o seu talento, prégando o republicanismo.

Seu papel nesse sentido não tem importancia que se lhe atribue — foi o de mais um colaborador de mérito que se aliou aos muitos que já existiam.

E', pois, inadmissivel a inferencia, por essa simples colaboração, de que foi êle o pai espirital da revolução.

Além dos elementos de ordem historica e cronologica, que vamos ligeiramente referir, abona a tése que sustentamos, o fato de ser Zambeccari estrangeiro e se não achar identificado com os costumes da Provincia, como foi assi-

nalado em um dos jornais farroupilhas. Junte-se a isto o jacobinismo exaltado que imperava no meio riograndense.

O quanto é necessario, indispensavel, á identificação com o meio em que se vive, para que nêle se tenha influencia e predominio — é coisa tão sabida, que nos limitamos a chamar a atenção para o fato apontado pelo jornal portoalegrense.

Não nos permitindo o espaço e o tempo de que aqui dispomos, uma esplanção longa, vamos passar em simples revista os nomes dos principais diretores da revolução farroupilha, isto é: dos que a prepararam no sentido da realização de um ideal, dos que verdadeiramente triunfaram em 20 de Setembro de 35, dos que enquadraram os chefes militares entre os defensores do ideal republicano quando, com o apoio desses chefes, acentuaram definitivamente o curso da revolução, negando posse ao presidente nomeado pelo Governo Central.

Eis algumas das principais figuras da élite farroupilha:

Antonio Pereira Ribeiro — foi êste culto e talentoso sacerdote riograndense um dos mais intrepidos dos prégadores das idéas liberais.

Ao chegar em Porto Alegre a notícia da proclamação da independencia, em 1822, proferiu brilhante oração na catedral, por ocasião da missa por aquêlle feito.

Manifestou-se, depois, com veemencia contra o véto absoluto, em longa proclamação, onde tambem reclamou com insistencia a reunião da primeira assembléa geral, que já tardava, dizendo “o governo representativo é o sistema que temos adotado todos os brasileiros.

Referindo-se ao véto absoluto, escreveu: “Não salta aos olhos ser a êste sistema repugnante o poder que se quer dar ao chefe da nação, de um véto absoluto, ao que fôr resolvido e determinado pela assembléa?”

Foi preso pela manifestação dessas idéas, remetido para esta Capital e aqui encarcerado na fortaleza da Ilha das Cobras, durante cinco meses.

Tal era, porém, a sua influencia e tão disseminados

estavam já as idéas liberais no Rio Grande do Sul, que o illustre sacerdote obteve, em Outubro de 1828, grande votação no comicio feito de acôrdo com as instruções de Março de 1824.

Em correspondencia relatando essas eleições na paróquia de Porto Alegre, é afirmada ali a existencia de “uma facção republicana”.

Nas eleições para a segunda legislatura foi o Padre Pereira Ribeiro eleito deputado geral e tomou assento nas sessões de 31 a 33, substituindo o Tenente-General Joaquim de Oliveira Alvares.

Entre os mais íntimos amigos do desembargador Candido Ladislau Japi-Assú, denunciado em 1828 como republicano, no Rio Grande do Sul, figurava o Padre Pereira Ribeiro, como declara o referido magistrado em sua Defeza.

Foi êsse illustre sacerdote um dos maiores agitadores do levante farroupilha e um de seus martyres.

Preso no início da revolução, morreu no carcere em 1837.

Dr. Marciano Pereira Ribeiro — medico illustre, formado na Inglaterra. E' um dos maiores vultos da Revolução, salientando-se pela sua cultura e sentimento de brasilidade, que os sobrepunha aos seus ideais politicos.

Foi o orientador da propaganda republicana e o presidente escolhido pelos farroupilhas, em substituição de Fernandes Braga.

Era sobrinho do Padre Antonio Pereira Ribeiro. Mencionamos êste parentesco, porque êle nos adverte que antes da suposta influencia estrangeira, já havia na familia riograndense intimos laços de tradição republicana.

Nas referidas eleições de 1828, onde aquele sacerdote obteve grande votação, quando o dr. Marciano Ribeiro, secundado por Antonio Maria de Magalhães Calvet, protestava contra o procedimento da mesa, em Porto Alegre, se estabeleceu tumulto e foram ouvidos no recinto, segundo regista um jornal da época, gritos de “fóra, republicanos!”

Na mencionada Defeza do desembargador Japi-Assú

figura o dr. Marciano Ribeiro como um dos “mais notados” dos seus intimos amigos.

Para ter liberdade na propaganda de suas idéas, recusou o Dr. Marciano diversos empregos, que lhe foram oferecidos, durante o 1.º Reinado.

Não é nosso intuito fazer aqui o historico do papel que representaram na grande revolução riograndense, os homens cujos nomes estamos referindo — queremos apenas assinalar suas atuações em prol das idéas democratas, antes de 1835 e antes de Zambecari com elles colaborar: e por isso vamos nos limitar a referir apenas mais dois fatos em que figura este eminente republicano.

Em 1828, ao se manifestar sobre negocios publicos, disse que o fazia “como quem viveu anos na terra classica dos amigos da liberdade, a poderosa Albion.”

Bento Gonçalves influenciado pelo padre Caldas e por Lavalleja, recomendou este ao dr. Marciano em 1832, como disposto á criação do Quadrilatero — formado com o Estado Oriental, Entre Rios, Corrientes e Rio Grande.

A resposta do illustre patriota ao coronel desencaminhado foi positiva e esmagadora.

Eis alguns de seus periodos magnificos, pela lição de civismo e de cordura que encerram: “Creio não avanço juízo exagerado dizendo que o plano de Lavalleja é absurdo.

“Nós devemos tomar do Sr. general os elementos subalternos de que póde dispôr, porém não dar-lhe ingerencia em nossos assuntos, desde que conhecemos sua *arrière pensée*, é muito menos propender a restabelecê-lo no poder, idéa que persegue em seu país, cujo estado politico devemos deixar dormir.

“Quanto ao seu plano, basta só meditar que conseguida a desmembração do Rio Grande, o prejuizo seria para esta provincia parte integrante do pretenso quadrilatero das Corrientes, Entre Rios e Provincia Oriental.

“Segregada politicamente a provincia do Rio Grande do resto do Imperio, virá a ficar submetida, por compromissos de aliança e outros inconvenientes, a inimigos (pois sempre o foram) que tirariam o melhor partido desta desmembração.

“O movimento riograndense não deverá nunca perder o seu carater eminentemente nacional: deve apoiar-se em elementos e em politica essencialmente brasileira.” Esta resposta foi como uma barra de gelo sobre o ardor de Bento Gonçalves, naquele momento, pelo **Quadrilatero**.

Em 1835 foi o dr. Marciano Ribeiro sagrado nas urnas, pelos seus admiradores e correligionarios, para vice-presidente da Provincia.

Para que se tenha uma idéa de sua atuação e influencia na politica do Rio Grande, basta a leitura das seguintes passagens do officio de Fernandes Braga, comunicando, em 9 de Junho, ao ministro do Imperio, o resultado daquelas eleições: “Não julgo prudente ocupe o 3.º lugar, mas sim o ultimo, Marciano, homem de genio arrebatado, sem tino algum para governar, ligado a um partido que se intitula farroupilha e que promove a desordem na Provincia.

“O dr. Marciano envolverá o Continente em um pelago de males, se por ventura as rédeas do governo caírem em suas mãos.”

E’ a esta individualidade, de cunho nacional e politico tão solidamente acentuado, que se tem querido fazer figurar no cenario da vida farroupilha, como dirigida por idéas de elementos exóticos.

José de Paiva Magalhães Calvet — espirito culto, servido por um talento de escol. Iniciou sua vida publica na marinha nacional. Abandonou essa carreira no primeiro posto de official depois de um brilhante curso e foi residir em sua provincia natal.

Em 1831 obteve, por concurso, a cadeira de aritmetica e geometria, que passou a lecionar. Fez-se depois advogado notavel. Foi em 1832 eleito presidente da Camara Municipal de Porto Alegre. Nesse posto representou contra a instituição da Sociedade Militar, que tinha intuitos restauradores.

Em 1833 foi nomeado para altos cargos na administração do Rio Grande, entre elles o de membro do Conselho Geral da Provincia.

Foi eleito para a primeira assembléa riograndense e to-

mou parte saliente em seus debates quando Fernandes Braga denunciou a revolução.

Sua atuação em prol das idéas liberais, como jornalista, foi das mais profundas e das de maior curso.

O **Recopilador Liberal** foi a sua grande tribuna de doutrinação, desde o aparecimento desse jornal em 1832 até 1836.

Foi esse jornal, afirma um grande conhecedor da historia riograndense — Alfredo Ferreira Rodrigues — “orgão extremado do partido farroupilha e um dos promotores da Revolução.”

O **Continentista** que, segundo Lobo Barreto, era o “veículo dos aturridos republicanos”, foi redatado por José de Paiva Magalhães Calvet e pelo dr. Francisco de Sá Brito, de Julho a Dezembro de 1835.

Em 1831 Calvet entusiasmado pelo grande agitador republicano Dr. Cipriano José Barata de Almeida, então recolhido á fortaleza da ilha das Cobras, consagrou-lhe uma “ode safica”, onde se lêem estas estrofes:

E tu, grande Barata, heroico martir
da preciosa e santa liberdade,
inda em vida recebes os troféus,
que te consagra a Patria.

Eis um rapido perfil desse grande sonhador e desiludido da democracia.

Sua personalidade forte, está a dizer-nos que não precisava de lição de forasteiros para se conduzir na vida politica de sua Patria.

Mais três irmãos teve José de Paiva e todos, como êle, foram republicanos exaltados: Antonio Maria que, como já vimos, teve papel saliente ao lado do dr. Marciano Ribeiro nas eleições de 1828;

Manoel Antonio, medico e um dos principais elementos para o triunfo do levante farroupilha de 20 de Setembro de 35;

João, que foi preso em 1836, por perigoso, por ter sido influente no levante.

Era, como se vê, uma família de republicanos tradicionais.

João Manoel de Lima e Silva — brilhante e culto espirito, bravo soldado, ilustre general. Teve formidável e decisiva atuação no movimento farroupilha. Aqui só nos interessa sua atuação como propagandista.

O Continentino, jornal que circulou de 1831 a 1833, e portanto antes de Zambeccari colaborar na imprensa republicana do Rio Grande do Sul, foi fundado por João Manoel e era inicialmente impresso na casa de sua residência, á rua da Igreja, atual Duque de Caxias, em Porto Alegre.

Nesse jornal, segundo se lê na **Memoria Historica** dos ultimos movimentos politicos da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, publicada na **Sentinela da Liberdade**, em 1836, João Manoel pré-gava “em favor do sistema republicano”.

Vicente Ferreira Gomes — pai e avô de dois ilustres e benemeritos educacionistas riograndenses — Fernando e Ildefonso Ferreira Gomes — é mais um exemplo a se apresentar para a comprovação de que antes de Zambeccari aportar ao Brasil, já se pré-gavam, na Tessalia brasileira, idéas liberais, já havia ali convicções republicanas.

Vicente Gomes, **O Carona** como o chamavam seus desafetos, redigiu de 1828 a 31 o **Constitucional Rio-Grandense**, onde defendia, com ardor, o liberalismo.

Esse jornal mereceu esta apreciação da **Aurora Fluminense** de Evaristo da Veiga: “Temos no Brasil um novo periodico, noticia que deve sempre alegrar os amantes da Constituição, da publicidade e da imprensa livre.”

Vicente Gomes teve assento na primeira assembléa provincial e foi dos que mais combateram a posse do dr. Araujo Ribeiro.

Exerceu, no inicio da revolução, a chefia de policia.

Pedro José de Almeida — o formidável **Pedro Boticario** — foi além de jacobino um exaltado liberal.

Dá-nos uma idéa de sua atuação, este trecho da **Memoria** acima citada, referindo-se aos sucessos de 1834: “Pedro Bo-

ticario recitando discursos, umas vezes pendurado pelas janelas, outras de cima de cadeiras, outras de cima de carretas.”

Foi êle o redator do formidavel jornal a **Idade do Pau**, que circulou de 33 a 34.

Silvano José Monteiro de Araujo e Paula — é outro grande propagandista da republica. Sob sua direção circulou de Julho de 34 a Julho de 35 o **Éco Porto-Alegrense**, “órgão do partido exaltado, que fez a revolução.”

Silvano foi depois uma das principais figuras da Constituinte farroupilha.

Francisco de Sá Brito — um dos mais cultos espiritos da revolução. Fazia parte da assembléa provincial em 35, como secretario. E’ bem conhecida sua vigorosa atuação na imprensa farroupilha, especialmente pelas colunas do **Continetista**, até a erupção do movimento. Foi ministro do Interior da Republica e fez parte da Constituinte de 42, E’ autor de um dos melhores estudos sobre a Revolução.

Serafim Joaquim de Alencastre — é uma figura de republicano historico de grande destaque, pela sua atuação firme e franca desde 1832, pelo desprendimento com que serviu suas idéas, pela intelligencia e pelo seu grande valor pessoal.

Era filho do brigadeiro Joaquim Antonio de Alencastre, o heroi de Sarandí e avô de nosso illustre camarada Coronel Alvaro de Alencastre, que nos forneceu as seguintes notas: “Foi promovido a alferes em 1827, morreu ainda alferes em 1857. Foi republicano durante toda sua vida e por isso não foi promovido, apesar de ter sido o n.º 1 durante muitos anos.”

Em 32, diz-nos documento existente no **Museu e Arquivo Historico do Rio Grande do Sul**, foi mandado por Bento Gonçalves, de Jaguarão para Porto Alegre, por ser republicano e por isso, o futuro chefe dos farroupilhas, depois de qualificar de malvado o alferes democrata, declarou desejar que êste não mais voltasse áquella localidade.

Dez anos depois Bento Gonçalves, na qualidade de presidente da Republica Rio-grandense, comparecia perante a sessão inaugural da Constituinte em Alegrete, e Alencastre,

o malvado republicano, tendo a cingir-lhe os punhos os luzidos galões de tenente-coronel farroupilha, tomava assento entre os membros daquela assembléa, exercendo também o alto cargo de ministro da guerra e da marinha, para que havia sido ha pouco nomeado, não obstante a “repugnancia manifestada em aceitar tão laborioso encargo”, segundo os termos do decreto que o nomeou.

O Compilador em Porto Alegre, fundado em 1831, sem assistencia de estrangeiros, foi outro órgão do partido liberal riograndense. Entre seus redatores figuravam o padre Francisco das Chagas Martins, irmão de David Canabarro e o nome mais votado para a constituinte republicana de 42; Antonio Alves Pereira Coruja, que foi preso no inicio da revolução e remetido para esta Capital e aqui viveu o resto de sua vida. Teve assento na primeira assembléa provincial.

O Noticiador, que circulou na cidade de Rio Grande — por lá não andou Zambeccari—de Janeiro de 32 a Novembro de 35, foi um dos grandes órgãos do partido liberal. Era seu redator Francisco Xavier Ferreira, que fez parte da Junta Governativa, que administrou o Rio Grande do Sul de Fevereiro de 22 a Março de 24. Era um dos membros da primeira assembléa provincial e fez grande opposição a posse de Araujo Ribeiro.

Gruta foi o nome de uma sociedade secreta, fundada em Coimbra, por estudantes brasileiros, que tinham por fim, regressando á Patria, aí promover a republica.

A informação é de um dos seus associados — José Pedroso de Albuquerque, illustre farroupilha e um dos ministros da Republica Riograndense.

Candido Batista de Oliveira, Antonio Vieira Braga, Antonio Rodrigues Fernandes Braga e José de Araujo Ribeiro, todos riograndenses, faziam parte da **Gruta**.

Entre os depois grandes nomes nacionais e titulares do Imperio que pertenciam a essa agremiação figuravam: **Honorio Hermeto Carneiro Leão** — Marquês do Paraná — vigoroso esteio do partido conservador, onde ingressou com procedencia do liberal.

Paulino José Soares de Souza — Visconde do Uruguai — que no Brasil pertenceu sempre ao partido conservador.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho — Visconde de Sepetiba — chefe eminente do partido liberal e nome que é neste Instituto sempre recordado com grande admiração.

Antonio da Costa Pinto, mineiro, que de regresso ao Brasil, em 1827, logo depois de formado, recusou, em audiência solene do Imperador, cumprir as cerimoniaes da etiqueta do Paço.

As provas aduzidas, justificam o nosso asserto, sobre a existencia no Rio Grande do Sul, em 1835, de uma mentalidade republicana e evidenciam que essa mentalidade não fôra criada pela influencia pessoal de estrangeiros.

A Federação

Neguem, façam todos os esforços por negar, os separatistas, a existencia da idéa federativa na cruzada farroupilha — tudo será inutil; só hão de conseguir o que até aqui tem feito: iludir a si mesmos.

A Republica Federal foi um grande sonho dos farroupilhas e dêle os dispertou o profundo sentimento de brasilidade, abrindo-lhes os olhos para a contemplação da Patria grande em perigo.

Foi esse ideal farroupilha que norteou os republicanos riograndenses na cruzada politica, que venceu na madrugada de 15 de Novembro de 1889.

Quando em 1.º de Janeiro de 1884 apparecia o primeiro numero da **A Federação**, dizia Venancio Ayres, em artigo de apresentação que o que êle vinha prégar não era novidade, que vinha fazer uma afirmação no presente de uma aspiração no passado; que era a revolução de 1835 que renascia com a mesma bandeira e a mesma fé e terminou concitando a salvação da unidade nacional, pela federação.

Julio de Castilhos, cujo nome representa o programa de um partido politico, escreveu pelas colunas do jornal citado, em 28 de Abril de 1890: "O Partido Republicano surgiu como

continuador da obra gloriosa dos Farrapos, interrompida em 1845 pela intervenção illusoria, mas dominadora do governo monárquico.”

Nêsse mesmo ano, a 15 de Dezembro, em discurso no Congresso Nacional Constituinte proclamou: “Todos nós devemos combater a idéa separatista em nome da grandeza dêste país.”

A tirania do Centro foi o germe da idéa federativa no Brasil.

A existencia de um preposto do poder central nas Provinces, dispertou nestas o desejo de autonomia, sem a quebra da integridade nacional.

Talvez a Republica Riograndense não tivesse existido se a interpretação do Ato Adicional não tivesse sido em favor do sistema parlamentar.

Foi depois de 1831 que a idéa federativa principiou a ser prégada com vigor e tomou vulto como aspiração politica.

A Confederação do Equador, como seu nome está indicando, não tinha em vista a federação das provincias brasileiras. A estas não se refere o artigo 1.º do decreto regulando as funções do governo instituido pela revolução, até que fosse votada a constituição e sim tão sómente ás “comarcas que formavam a antiga Capitania” pernambucana.

Mais tarde, é verdade, o grande frei Caneca, pelas columnas do jornal *Typhes Pernambucano*, doutrinou no sentido da federação, mas sem resultado pratico, em consequencia da vitória do governo imperial.

Claramente federativa foi a revolta de Cachoeira, na Baía, em Fevereiro de 1832, segundo lemos nas *Memorias Historicas* de nosso illustre confrade, Professor Braz do Amaral — mas a idéa não vingou e a revolta, que não tinha intuitos republicanos, foi vencida dentro de três dias.

No Rio Grande do Sul o ideal federativo principiou a ser prégado publicamente em 1832, pelas columnas do *Recopilador Liberal*. E’ o centenario dessa manifestação que o Instituto hoje comemora.

Em um dos numeros desse jornal, do referido ano, se lê: “Se as leis existentes não são concentaneas como podemos

dizer que não temos leis; que estamos anarquicos. Faça-se, pois, a lei do Estado, faça-se a Federação Republicana, e eis o remedio dos males da Patria.”

Entre os redatores dêsse jornal figuravam José de Paiva Magalhães Calvet, como já vimos, e Mateus Gomes Viana, escritor elegante e inspirado poeta, pai do Barão de Arroio Grande.

Mateus Viana foi um dos principais elementos da revolução farroupilha, tendo, entretanto, abandonado-a em seu inicio, por ser contrário a separação da Provincia. O que êle prégava, com ardor e brilho, era a federação e por isso condenou, em veementes artigos, pelas colunas do **Liberal Rio-Grandense**, o desmembramento do Rio Grande da communhão brasileira.

Em 1834 circulava em Porto Alegre o **Federal**, redigido por José Joaquim de Alencastro — o **Capororoca** — pai do Marechal Antonio Pedro de Alencastro, liberal exaltado e “homem muito lido”, segundo o informe de Coruja, que o conheceu intimamente.

As idéas politicas de Alencastro e o nome de seu jornal, estão a indicar, claramente, que este era mais uma tribuna de onde, no Rio Grande do Sul, se prégava o sistema federativo para o Brasil.

Em Fevereiro do ano recem citado, o **Recopilador Liberal**, comentando a transferencia do major José Mariano de Matos, para Santa Catarina, por se haver manifestado contra a instalação da Sociedade Militar, disse: “Os riograndenses só querem que o governo marche no sentido da heroica, mas malfadada revolução de 7 de Abril: querem as reformas federativas pelos meios legais e nada mais.”

E depois de fazer referencias á campanha sustentada por Evaristo da Veiga, no Rio de Janeiro, pela **Aurora**, contra os restauradores, assim se manifestou o jornal gaúcho: “Será crimê nos riograndenses o que nos fluminenses é virtude?... Santa Federação, só tu poderás libertar-nos dos males que sofremos.”

Ainda em 1834, o **Republicano**, tambem de Porto Alegre, Assim doutrinava: “O regime federal principal abrange duas

coisas: 1.º, a independência de cada Estado em relação aos outros, para o arranjo e manejo interior dos negocios domesticos;

2.º, a liga e união de todos, para a segurança e defesa dos interesses comuns debaixo do impulso de um governo central, que respeite e sustenha a independência particular, sem intrometer-se nos negocios peculiares de cada Estado. Daqui nasce a mais perfeita igualdade, estabelecida entre seus habitantes.

Depois de citar varios exemplos historicos em favor do sistema federativo, acrescentou: "A' vista do que fica dito segue-se que o regime federal é o melhor, porque assegura a liberdade de cada Provincia e põe uma forte barreira aos homens ambiciosos."

Assinalada, como ficou, a existencia da idéa federativa entre os farroupilhas, antes da revolução de 20 de Setembro de 1835, vamos provar a continuidade dessa aspiração politica no decurso do decenio heroico.

Limitamo-nos a expôr as provas sem comentarios, que aliás se fazem desnecessarios, pelo valor dos elementos que passamos a citar.

1835 — Em um longo artigo do *Continentista*, dois meses depois do movimento revolucionário, se lê: "A Federação, isto é, o governo federativo é o unico capaz de fazer a felicidade da Provincia do Rio Grande."

1836 — O mais importante documento dêste ano, para comprovação de nossa tése, é a ata da proclamação da Republica Riograndense pela Camara de Piratini, em 5 de Novembro. Aí se lê que seguindo o exemplo da camara de Jaguarão, se "declarava a Provincia desligada da obediência que devia ao governo do Brasil, elevando-a á categoria de Estado livre, constitucional e independente, com a denominação de — Estado Riograndense — podendo ligar-se por laços federativos áquelas Provincias do Brasil que adotarem o mesmo sistema de governo e quizerem se federar a este Estado."

1837 — Agora é a Camara de Alegrete, a futura séde da Constituinte republicana de 42, que resolveu, em 24 de

Junho “unanimemente” que a Província do Rio Grande “deveria constituir-se em Estado livre, constitucional e independente, com a denominação de Estado Riograndense, podendo ligar-se por laços de federação ás Províncias do Brasil que, como é de esperar, vierem a adotar a mesma fôrma de governo, querendo elas esta união, que todavia jamais poderá ser tal que se oponha á completa independencia do Estado Riograndense, quanto aos vinculos internos, não conhecendo portanto poder algum além de seus representantes, livremente eleitos, que lhe possa lançar tributos ou contribuições, mas tão sómente um governo ou senado central, que taxe os subsidios com que se formará o tesouro da União, os quais deverão ser proporcionados ao rendimento de cada um dos Estados federados.”

1838 — Em o substancioso manifesto de 29 de Agosto dêste ano, assinado por Bento Gonçalves e pelo grande estadista farroupilha Domingos José de Almeida, se lê esta importante declaração: “Perdidas, pois, as esperanças de concluir com o Governo de S. M. Imperial uma conciliação fundada nos principios de Justiça Universal, os Riograndenses, reunidas as suas municipalidades solenemente proclamaram e juraram a sua Independencia Politica, debaixo dos Auspícios do Sistema Republicano, dispostos todavia a se federarem, quando nisso se acordem as Províncias Irmãs que venham a adotar o mesmo sistema.”

1839 — O General Antonio Neto, em proclamação de 24 de Julho, exaltando os triunfos obtidos em Santa Catarina, interroga: “Que resta pois ao Brasil? Como salvar-se?”

Ele mesmo responde: “Um só meio se antolha, o reconhecimento da independencia riograndense — ou melhor, a Federação das Províncias, unica maneira de manter um centro de União no malfadado Imperio de Santa Cruz; prescindir dêstes principios, é promover completa ruina a esta bela porção da America.”

1840 — Em carta dirigida por Bento Gonçalves ao marechal Gaspar Mena Barreto, em 15 de Marco, se lê: “Ah! nem eu, nem os riograndenses desejamos desligar-nos absoluta-

~~mente~~ [illegible]

mente do Brasil. Tempo virá, talvez, em que por fatos possa convercer-vos desta verdade.”

1841 — Domingos de Almeida em carta ao Tenente-Coronel Manoel Ribeiro de Moraes afirma que o chefe do Estado “se empenha de coração na manutenção dos principios republicanos, que se ufana de professar, e que se empenha por estabelecer em todo o Brasil.”

1842 — Inaugurando a Assembléa Constituinte disse Bento Gonçalves em sua fala de 1.º de Dezembro: “Aproxima-se o dia em que, banida a realza da terra de Santa Cruz, nos havemos de reunir por estreitos laços federais á magnanima nação brasileira, a cujo gremio nos chama a natureza e nossos mais caros interesses.”

O projéto de Constituição apresentado á referida assembléa estabelecia em seu artigo 1.º: “A Republica do Rio Grande é uma associação politica de todos os cidadãos riograndenses. Eles formarão uma Nação livre e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união ou federação, que se oponha á independencia de seu regime interno.”

Referindo-se á Constituinte farroupilha, assim se manifesta Felisbello Freire, em seu magnifico estudo sobre a **Historia Constitucional da Republica dos Estados Unidos do Brasil**: “E’ a primeira assembléa republicana que tirou de seu seio as formulas e as bases de uma Constituição. Constitue o elemento historico do direito constitucional da Republica, que é preciso consultar como uma fase da evolução republicana.”

Depois de fazer citação dos dispositivos do projéto, diz que êsses “principios gerais caracterizam a fórmula federativa do governo republicano e até mesmo a fase embrionaria do do regime presidencial.”

1843 — Em a resposta á fala do Presidente da Republica, pela deputação da Assembléa Constituinte, em 17 de Janeiro, há esta declaração, depois da afirmativa de que confiava na intrepidez e constancia do exército riograndense, para assegurar o triunfo dos principios por que se batiam: “... quiçá, raie então um dia de gloria, em que possa verificar-se a lison-

jeira idéa de nossa união á grande familia brasileira, pelos laços da mais estreita federação.”

1844 — Em 28 de Abril, Manoel Lucas, então ministro da guerra, fez esta comunicação ao presidente da Republica: “Motivos imperiosos que de viva voz vos participarei me moveram a convidar a um conselho de cidadãos gerais e officiais superiores do exército e a fazer ciente de vossa parte os passos que se hão dado para São Paulo, Minas e outras provincias, solicitando a cooperação de varios senadores e deputados para advogarem nossa causa e suas justas circumstancias na assembléa e no senado, e que o governo, solicito em empregar os ultimos meios para pôr termo á guerra, resolveia enviar um comissionado com instruções a ambas as camaras a tratar do transcendente assunto, para cujo fim desejava ouvir a opinião de cada um dos mesmos gerais e officiais sobre o que mais convinha — ou independencia total ou federação. Uniformemente se conformarão com esta ultima coisa.”

1845 — O maior e o mais belo atestado dos sentimentos de brasilidade dos riograndenses neste ano — é a paz, que foi feita porque um poder estranho ameaçava a integridade do Imperio e tão estolida ousadia jamais deixaria de écoar em seus corações de brasileiros, segundo as magnificas e civicas expressões do bravo comandante em chefe do exército farroupilha.

Sobrepunham assim ao grande ideal politico, tão longamente afagado e com tanto heroismo defendido, os elevados e nobilissimos sentimentos com que o patriotismo fortalece o coração humano, fazendo-o pairar acima de todas as paixões.

O azinhavre do separatismo tentou manchar êsse gesto de acrisolado civismo gaúcho, taxando-o de artifício, mas não o conseguiu porque o sentimento de brasilidade dos riograndenses do sul, na constelação politica de nossa Patria paira, como aquele cantico da musa inspirada de Guerra Junqueiro:

“Tão limpido, tão alto, que parece
que é a estrela no céu que está cantando.”

A história ha de consagrar isso, em juízo definitivo, a despeito de todas as paixões, porque, como pontificou Vitor Hugo: “o que deve passar passa, o que deve soprar sopra.

A serenidade eterna nada sofre com êsses aquilões.

Acima das revoluções a verdade e a justiça permanecem como o céu estrelado acima das tempestades.”

E’ “a justiça de Deus na voz da História”, segundo a lição de alta sabedoria e de grande resignação do principe illustre que, em effigie, preside este Instituto e para quem os farroupilhas tiveram sempre que pensavam no Brasil, os olhos voltados, na esperança de que com a Maioridade teriam a paz, porque sempre ansiaram; a paz, que é o supremo bem dos povos; a paz, por que o Brasil inteiro hoje anseia e que deve ser a nossa **Delenda Carthago!**

Prelados e bispos, no Brasil, com jurisdição sobre o Rio Grande do Sul

(Por Mons. Dr. João Maria Balem)

BISPOS DA BAÍA

(1552-1576)

1.º — Dom Pedro Fernandes Sardinha (1552-1556)

Antes de ser creado o Bispado de São Salvador da Baía, estavam as terras do Brasil, primeiramente sob a jurisdição eclesiastica da Ordem de Cristo com séde na cidade Tomar ⁽¹⁾, e depois sob a jurisdição do bispado de Funchal ⁽²⁾. A pedido do rei Dom João III ⁽³⁾, erigiu o Papa Julio III ⁽⁴⁾ pela Bula "Super Specula Militantis Ecclesiae" de 25 de Fevereiro de 1551 ⁽⁵⁾ o primeiro bispado no Brasil, com séde na vila da Baía de Todos os Santos, tendo por catedral a Igreja de São Salvador.

O bispado era constituido por territorios que abrangiam cincoenta leguas medidas na linha da costa e vinte da costa para o interior ⁽⁶⁾. Enquanto não houvesse outros bispados em terras do Brasil ao bispo da Baía pertencia toda a jurisdição nelas e bem assim nas terras e ilhas adjacentes sendo nomeado primeiro bispo da Baía Dom Pedro Fernandes Sardinha ⁽⁷⁾. Era este natural de Evora e doutorára-se na Universidade de Paris, e depois disso fôra enviado á Índia como Vigario Geral de Gôa, cargo em que revelou seu merito, sendo

apresentado para bispo pelo rei Dom João III, que o recomendou como “mestre em teologia, pessoa de boas letras e doutrina” (8), foi confirmado na propria Bula de ereção do bispado. Partiu de Lisboa a 4 de Dezembro de 1551 e chegou á Baía a 1.º de Janeiro de 1552, levando consigo clerigos, ornamentos e objétoes necessarios ao culto (9).

Creou as paróquias da Sé, de N. S. da Vitoria da Vila Velha, São Jorge, na vila de Ilhéos. Regeu o bispado até 2 de Julho de 1556, quando partiu para Portugal, porém levando quatorze dias de viagem, a nau foi acossada por terrivel tempestade que a fez naufragar nos baixios chamados de Dom Francisco (16 de Julho) na enseada de Cururipe, entre o rio São Francisco e o de Jequiá, onde com todos seus companheiros de naufragio, foi o bispo morto, assado e comido pelos selvagens Caetés (10). Na vacante dêste veio por visitador e comissario geral de toda a costa, o Padre Francisco Fernandes, que regeu a igreja brasilica até a vinda do bispo Dom Pedro Leitão (11).

2.º — *Dom Pedro Leitão*
(1559-1573)

O segundo bispo da Baía e de todo o Brasil foi Dom Pedro Leitão, o qual chegou á Baía a 4 de Dezembro de 1559, reinando em Portugal o rei Dom Sebastião (12). Era presbitero secular e fôra apresentado ao episcopado por aquele soberano ao papa Paulo IV (13), que o confirmou pela Bula “*Gratiae Divinae praemium*” de 23 de Março de 1558 (14). Sua jurisdição extendia-se até o rio da Prata. Este Bispo tendo vindo ao Rio de Janeiro com o governador Mem de Sá, assistiu á expulsão dos francezes e erigiu a primeira paróquia com a denominação de São Sebastião, em homenagem ao Santo em cujo dia foi obtida a vitoria contra os invasores. Dom Pedro Leitão foi quem conferiu as ordens sacras ao Veneravel José de Anchieta (15). Nada se sabe ao certo sobre a data da morte dêsse prelado, apenas, diz Accioli (16), que regressando da viagem do Rio de Janeiro falecera (1573) (17), e que tivera por jazigo a Capela de N. S. do Amparo na

Catedral da Baía, donde passados alguns anos, foram seus restos mortais transportados para Lisboa ⁽¹⁸⁾.

3.º — *Dom Antonio Barreiros*
(1576-1596)

Dom Antonio Barreiros foi o terceiro bispo do Brasil. Era prior da ordem de Aviz quando foi apresentado pelo rei Dom Sebastião e confirmado pelo Papa Gregorio XIII ⁽¹⁹⁾. Chegou á Baía no dia 14 de Maio de 1576, dia da Ascensão do Nosso Senhor. Foi chefe do governo provisório do Brasil por morte do governador Manoel Teles Barreto. Durante o seu episcopado foi creada a Prelazia do Rio de Janeiro por Breve do mesmo Papa Gregorio XIII, a 19 de Julho de 1576 ⁽²⁰⁾. Faleceu em 1596 e foi sepultado na Capela-mór da igreja dos Padres Jesuitas, na Baía ⁽²¹⁾.

PRELADOS DO RIO DE JANEIRO

(1577-1676)

1.º — *Padre Bartolomeu Simões Pereira*
(1577-1598)

Após a criação da Prelazia do Rio de Janeiro pelo Papa Gregorio XIII ⁽²²⁾, a qual extendia-se até ao Prata, foi nomeado por carta regia de 11 de Maio de 1577 o primeiro prelado na pessoa do Padre Bartolomeu Simões Pereira, clérigo secular do habito de São Pedro, natural de Portugal. Muito se esforçou para reformar os costumes dos habitantes de sua prelazia, de que lhe resultou graves comprometimentos, que o obrigaram a retirar-se para a Capitania do Espirito Santo a 1.º de Julho de 1591 ⁽²³⁾. Assistiu á morte do Veneravel José de Anchieta fazendo-lhe a oração funebre ⁽²⁴⁾. Faleceu em 1598, segundo conjectura Mons. Pizarro.

2.º — *Padre João da Costa*

O segundo prelado do Rio de Janeiro foi o Padre João da Costa, clérigo secular do habito de São Pedro e natural de

Portugal. Não consta o dia da nomeação e posse dêste prelado que também foi perseguido pelos colonos portugueses, escravizadores de indígenas. Refugiou-se em São Paulo, porém foi deposto do cargo por sentença da Relação da Baía ⁽²⁵⁾. Crearam-se as seguintes freguesias: de Angra dos Reis, São Mateus do Porto Seguro e a de Itambí.

3.º — *Padre Bartolomeu Lagarto*

Para suceder-lhe foi nomeado prelado o Padre Bartolomeu Lagarto, presbítero secular, porém não chegou a exercer o cargo. Ignora-se a época da nomeação e da desistencia ou falecimento ⁽²⁶⁾.

4.º — *Padre Mateus da Costa Aborim*
(1607-1629)

Aos 20 de Julho de 1606, quando Felipe de Castela dominava em Portugal, foi nomeado prelado do Rio de Janeiro o Padre Mateus da Costa Aborim, também clérigo secular do hábito de São Pedro e natural de Portugal. Tomou posse a 2 de Outubro de 1607 e porque defendia a liberdade dos índios, fulminou penas espirituais aos colonos que os trucidavam, morrendo êle por isso, envenenado, a 8 de Fevereiro de 1629. Justo como era, diz Mons. Pizarro, obteve do rei a faculdade de nomear os eclesiásticos para lugares vagos na prelazia ⁽²⁷⁾.

5.º — *Frei Máximo Pereira*
(1629)

Frei Máximo Pereira, da ordem beneditina, foi nomeado pelo Bispo da Baía, para reger interinamente a Prelazia, por provisão de 13 de Julho de 1629 até que pelo Rei fosse nomeado o efetivo. Em consequência de suas molestias renunciou á administração em 24 de Dezembro do mesmo ano ⁽²⁸⁾.

6.º — *Padre Pedro Homem de Albernaz*
(1630-1631)

Por eleição do clero e povo a 23 de Janeiro de 1630 foi escolhido o Padre Pedro Homem de Albernaz, presbítero secular, para reger a Prelazia até que fosse provida efetivamente pelo Grão-Mestre da Ordem de Cristo (29).

7.º — *Padre Lourenço de Mendonça*
(1632-1637)

Por carta regia de 22 de Julho de 1631 foi nomeado Prelado o Dr. Lourenço de Mendonça presbítero secular, tomando posse a 9 de Setembro de 1632. Hostilizado logo ao desembarcar teve de renunciar á Prelazia e voltar para Portugal. Este prelado foi mais tarde apresentado para Bispo do Rio de Janeiro, quando o rei Felipe III requereu á Sé Apostolica por carta regia de 7 de Outubro de 1639 a ereção da Prelazia em Bispado, o que deixou de ter andamento em consequencia da revolução de 1.º de Dezembro de 1640, que sacudiu o jugo de Castela elevando ao trono de Portugal Dom João IV, o fundador da dinastia de Bragança (30).

8.º — *Padre Pedro H. de Albernaz*
(1638-1640)

Pela segunda vez foi nomeado para reger a Prelazia do Rio de Janeiro o Padre Homem de Albernaz, o qual, tendo pouco tempo depois entrado na Ordem da Companhia de Jesus, entregou o governo da Prelazia ao Padre Jeronimo Coelho, que a regeu até chegar o legitimo sucessor Padre Antonio Marins Loreiro.

9.º — *Padre Antonio Marins Loreiro*
(1644)

O Padre Antonio Marins Loreiro era clérigo secular e foi nomeado por carta regia de 8 de Outubro de 1643. Partiu

de Lisboa a 12 de Abril de 1644, tomanado posse a 4 de Julho seguinte. Zeloso dos deveres pastorais, foi visitar os lugares mais distantes da Prelazia chegando até São Paulo, onde seus habitantes negaram-lhe obediencia e conspiraram contra a sua vida. Este prelado creou as paróquias de Nossa Senhora do Desterro (hoje Florianopolis), de Nossa Senhora da Graça, de São Francisco do Sul e de Santo Antonio dos Anjos de Laguna, abrangendo esta última o territorio do Rio Grande do Sul.

10.º — *Padre Manoel de Souza e Almeida*
(1659-1670)

O Padre Manoel de Souza e Almeida, clérigo secular e natural de Leiria, Portugal, foi nomeado por carta regia de 12 de Dezembro de 1658, tomando posse em 1659. Regeu a prelazia por mais de dez anos; era varão de letras e virtudes, de reconhecida prudencia e amenidade no trato; mas não obstante tão distintas qualidades viu-se a braços, como seus antecessores, com os perseguidores de indios, que igualmente o fizeram sofrer. Assim levaram contra êle acusações falsas perante o rei, e tentaram contra a sua vida em sua propria residencia, contra a qual assestaram na madrugada do dia 6 de Março uma peça de artilharia carregda com bala sobre um morrão, que devia comunicar o fogo, mas disparando a peça, e penetrando a bala na casa, o prelado ficou salvo. Retirou-se para Portugal no ano de 1670,

11.º — *Padre Francisco da Silveira Dias*
(1671-1681)

O Padre Francisco da Silveira Dias era clérigo secular e natural do Rio de Janeiro; foi nomeado por carta regia de 7 de Março de 1671, no reinado de Pedro II de Portugal. Mostrou-se zeloso no cumprimento de seus deveres, visitando as freguezias do interior e trabalhando na reforma dos costumes, sem dúvida a mais palpitante necessidade daqueles tempos de barbarismos e como se tem visto no procedimento

dos habitantes contra os seus prelados. Elevada a Prelazia do Rio de Janeiro a categoria de Bispado (16 de Novembro de 1676) ⁽³¹⁾ entregou em Dezembro de 1681 o governo ecclesiastico ao Padre Sebastião Barreto de Brito, Vigário da Candelaria e procurador do primeiro bispo do Rio de Janeiro Dom Manuel Pereira. Esse prelado creou a paróquia da Colonia do Sacramento, á margem do rio da Prata. Em premio de seus serviços foi feito Deão do novo Cabido ⁽³²⁾.

BISPOS DO RIO DE JANEIRO

(1676-1853)

1.º — *Dom Frei Manuel Pereira* (1676-1682)

Era Dom Frei Manuel Pereira natural de Lisboa e da Ordem de São Domingos, varão illustre por sua ciencia e virtudes. Achando-se algum tempo em Roma, foi provido no cargo de provincial titular da Terra Santa e voltando á patria exerceu o de provincial da provincia lisboense. Eleito Bispo do Rio de Janeiro na regencia de Dom Pedro, foi confirmado pelo Papa Inocencio XI aos 16 de Novembro de 1676 ⁽³³⁾. Sem ir á diocese ⁽³⁴⁾ renunciou-a em 1680, para exercer em Lisboa o cargo de ministro do Rei. Foi um dos plenipotenciarios da Corôa de Portugal que assinou o tratado de 7 de Maio de 1681 celebrado com Castela sobre a nova Colonia do Sacramento. Faleceu no convento de São Domingos a 6 de Janeiro de 1688. Foi sepultado na Capela de São Gonçalo que fez edificar no convento de São Domingos em Bemfica perto de Lisboa, onde professara na Ordem ⁽³⁵⁾.

2.º — *Dom José de Barros de Alarcão* (1682-1700)

Dom José de Barros de Alarcão, presbítero do habito de S. Pedro, nasceu em Leiria a 28 de Novembro de 1634, era pro-

motor do Tribunal de S. Officio quando foi apresentado para Bispo do Rio de Janeiro, sendo confirmado em 19 de Agosto de 1682, pelo Papa Inocencio XI ⁽³⁶⁾, com a Bula "Hodie Ecclesiae Santi Salvatoris" ⁽³⁷⁾. Tomou posse por seu procurador Padre Sebastião Barreto de Brito, Vigario da Candelaria, em 14 de Dezembro de 1682 ⁽³⁸⁾. Chegou ao Rio de Janeiro a 1.º de Junho de 1682, fazendo sua entrada solene a 13 de Junho, dia de Santo Antonio. Visitou grande parte da diocese indo até Santos e São Paulo, onde permaneceu três anos. Por carta regia de 28 de Fevereiro de 1689 foi chamado a Portugal de onde só voltou a 28 de março de 1700, falecendo a 6 de Abril do mesmo ano ⁽³⁹⁾. Sepultado no mosteiro de São Bento, foram seus restos mortais transportados mais tarde para Portugal e depositados na Igreja de Santa Iria em Sacavem, termo de Lisboa. Durante a vacancia até 1702, a diocese foi regida pelo Cabido.

3.º — *Dom Francisco de S. Jeronimo*
(1702-1721)

Era conego regular da Congregação de São João Evangelista e natural de Lisboa; fôra Superior Geral de sua Congregação e regeitara a diocese de Macau. Foi apresentado Bispo do Rio de Janeiro a 10 de Dezembro de 1700, sendo confirmado pelo Papa Clemente XI ⁽⁴⁰⁾. Chegou ao Rio no dia 8 de Junho de 1702, tomando posse no dia 11, festa da S. S. Trindade. Após a retirada dos Capuchinhos franceses, estabelecidos no morro da Conceição, tomou posse de sua casa e capela e as adaptou para residencia dos bispos, que lá moraram mais de dois séculos. Por três vezes assumiu o governo civil do Rio de Janeiro e o exerceu a contento de todos ⁽⁴¹⁾. Piedoso e douto, deixou varias obras e faleceu com fama de santo a 7 de Março de 1721, com 83 anos de idade. Foi sepultado na Capela do Palacio da Conceição ⁽⁴²⁾.

4.º — *Dom Fr. Antonio de Guadalupe*
(1725-1740)

Nasceu Dom Fr. Antonio de Guadalupe em Amarante, Portugal, a 27 de Setembro de 1672: Formado na Universi-

dade de Coimbra, seguiu a principio a magistratura e alcançou o cargo de Juiz em Trancoso, porém trocou a carreira pelo habito de São Francisco, que recebeu no convento de Lisboa a 23 de Março de 1701. Eleito Bispo do Rio de Janeiro a 25 de Novembro de 1722, só foi confirmado a 22 de Fevereiro de 1724, por Bula ⁽⁴³⁾ do Papa Bento XIII ⁽⁴⁴⁾. Sagrado a 13 de Maio de 1725 pelo Patriarca de Lisboa, partiu para o Brasil a 2 de Junho e chegou ao Rio de Janeiro a 2 de Agosto do mesmo ano. Fundou os Seminario de São José e dos Orfãos e creou a primeira paróquia no Rio Grande do Sul na vila de São Pedro do Rio Grande. A 12 de Fevereiro de 1739 foi transferido para o Bispado de Vizeu pelo rei Dom João V, e, ⁽⁴⁵⁾, partindo do Brasil a 25 de Maio de 1740 chegou a Lisboa a 26 de Agosto, recolhendo-se enfermo ao convento de São Francisco. Faleceu no dia 31 ⁽⁴⁶⁾.

5.^o — *Dom Fr. João da Cruz*
(1741-1745)

Nasceu em Lisboa a 28 de Dezembro de 1694 tendo ingressado na Ordem dos Carmelitas Descalços a 22 de Junho de 1713. Sendo apresentado Bispo do Rio de Janeiro pelo rei Dom João V, a 11 de Fevereiro de 1739 foi confirmado pelo Papa Clemente XII ⁽⁴⁷⁾ a 12 de Fevereiro de 1740 e sagrou-se na Igreja Patriarcal de Lisboa a 5 de Fevereiro de 1741. Chegando ao Rio de Janeiro a 3 de Maio do mesmo ano começou com zelo e ardor corrigir os abusos e desordens, publicando muitas pastorais e editais ⁽⁴⁸⁾, e mandando pôr em execução as Constituições da Baía. Visitou as paróquias de Minas Gerais e de lá voltando em 1745 renunciou ao Bispado, seguindo para Portugal a 14 de Outubro do mesmo ano, tendo antes feito entrega do governo da diocese ao Cabido que elegeu seu vigário capitular ao Padre Henrique Moreira de Carvalho. Chegou a Lisboa aos 22 de Janeiro de 1746 e o Papa Bento XIV, em 9 de Maio de 1746 ⁽⁴⁹⁾ assinou-lhe uma pensão anual e vitalicia nas novas dioceses de São Paulo e Mariana e nas prelazias de Goiaz e Cuiabá recém desmembradas do Bispado do Rio de Janeiro. Mais tarde foi nomeado bispo

coadjutor e futuro sucessor de Dom Diogo Marques Morato, Bispo de Miranda, Portugal, não chegando a exercer esse cargo por falecimento daquele Prelado, porém a 16 de Março de 1750 tomou posse como Bispo de Miranda tendo feito sua entrada solene a 16 de Julho. Faleceu em Miranda a 20 de Dezembro de 1756 ⁽⁵⁰⁾.

6.º — *Dom Fr. Antonio do Desterro*
(1745-1773)

Nasceu a 13 de Junho de 1694 em Ponte de Lima, Viana, em Portugal e era religioso da Ordem de São Bento no mosteiro de Tibães. Foi eleito e confirmado Bispo de Loanda, em Angola, Africa ⁽⁵¹⁾. Sendo apresentado para o Bispado do Rio de Janeiro foi confirmado pelo Papa Bento XIV em 18 de Dezembro de 1745. Chegou ao Rio de Janeiro a 1.º de Dezembro de 1746, fazendo sua entrada solene a 1.º de Janeiro de 1747. Fez parte em 1763 do triunvirato que governou as Capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, por morte do Conde de Bobadela. Durante o seu episcopado deu-se a divisão da diocese do Rio de Janeiro, em cinco partes, sendo creados os Bispados de São Paulo e Mariana e as prelazias de Goiaz e Cuiabá. Creou inumeras freguesias entre as quais 13 no Rio Grande do Sul ⁽⁵²⁾. Faleceu aos 80 anos de idade em 5 de Dezembro de 1773 no 27.º ano de seu episcopado, sendo sepultado no mosteiro de São Bento. Para esse prelado foram nomeados dois coadjutores: Dom Vicente Gamma Leal, Bispo titular de Hetalonia, por Bula do Papa Bento XIV a 18 de Julho de 1756, o qual nunca veio ao Brasil e renunciou a coadjutoria por motivo de doença. Foi-lhe dado segundo coadjutor, Dom Joaquim Justiniano Castelo Branco, Bispo titular de Tipaza, confirmado pelo Papa a 20 de Dezembro de 1773, o qual só chegou ao Rio em 16 de Abril de 1774, como sucessor.

BISPO DE SÃO PAULO

Dom Bernardo Rodrigues Nogueira
(1746-1748)

Tendo o Papa Bento XIV ⁽⁵³⁾ a 6 de Dezembro de 1745 desmembrado do bispado do Rio de Janeiro o novo bispado de São Paulo, pela Bula "Candoris Lucis Aeternae" ⁽⁵⁴⁾, sob a Jurisdição dêste ficaram sujeitos todos os territorios do Sul até á Colonia do Sacramento. Porém tendo sido suprimida em 1748 ⁽⁵⁵⁾ a Capitania de São Paulo com a criação das Capitanias de Minas, Goiaz e Cuiabá, foi ordenado que se anexassem novamente á Capitania do Rio de Janeiro os territorios do Sul que faziam parte de São Paulo, e assim tambem a jurisdição eclesiastica sobre esses territorios tornou a ser exercida pelo Bispado do Rio de Janeiro, porquanto as dioceses eclesiasticas acompanhavam sempre as divisões civis ou seculares. Assim o declarou mais tarde a carta regia de 29 de Novembro de 1749 ⁽⁵⁶⁾. Quando em 1765 foi restabelecida a Capitania de São Paulo estavam já constituidos a Capitania de Santa Catarina e o governo militar do Rio Grande do Sul, subalternos á Capitania Geral do Rio de Janeiro, e dentro de seus limites estavam em exercicio as jurisdições civil e militar, as dos juizes, as das camaras, as eclesiasticas e as da fazenda. A Capitania de São Paulo fôra restabelecida mas não na mesma forma e jurisdição anterior, tanto civil, militar ou eclesiastica ⁽⁵⁷⁾. Os Bispos do Rio de Janeiro continuaram a exercer a jurisdição sobre o Rio Grande do Sul até o ano de 1853, quando tomou posse o primeiro bispo do Rio Grande do Sul, Dom Feliciano José Rodrigues Prates. O primeiro bispo de São Paulo Dom Bernardo Rodrigues Nogueira foi o unico prelado Paulista que exerceu a jurisdição eclesiastica sobre o Rio Grande e sua carta de 6 de Agosto de 1746 está registrada no Livro da Vara eclesiastica de N. S. da Conceição de Viamão a folhas 22. Era clerigo secular, natural de Santa Marinha, na Serra da Estrada, Bispado de Coimbra ⁽⁵⁸⁾. Foi Provisor e Vigario geral do Bispado de Funchal, governador do Bispado de Lamego,

onde recusou a Mitra, e Vigario Geral do Arcebispado de Braga. Apresentado para Bispo de São Paulo em Agosto de 1745 pelo rei Dom João V ⁽⁶⁰⁾ foi confirmado pelo Papa Bento XIV a 23 de Dezembro do mesmo ano, pela Bula "Apostolicae Sedis Consueta". Sagrou-o na Sé de Lisboa o Patriarca a 13 de Março de 1746, assistido pelo Arcebispo de Lacedemonia e pelo Bispo Frei Dom João da Cruz, que fôra bispo do Rio. Tendo embarcado em Lisboa a 9 de Maio chegou ao Rio a 14 de Julho, mandando tomar posse do Bispado, em seu nome, ao Padre Manoel José Vaz ⁽⁶⁰⁾, Vigario da Vara de São Paulo, o que se executou a 7 de Agosto. Fez sua entrada solene em São Paulo a 8 de Dezembro de 1746. A 13 de Dezembro publicou uma circular sobre a administração das Paroquias. Tendo adoecido, faleceu após grandes padecimentos, a 7 de Novembro de 1748, com 54 anos, 8 meses e 23 dias, e de governo do bispado 1 ano e 11 meses ⁽⁶¹⁾.

BISPOS DO RIO DE JANEIRO (1749-1853)

7.º — *Dom José Joaquim Mascarenhas Castelo Branco*
(1774-1805)

Dom José Joaquim Mascarenhas Castelo Branco era clérigo secular e nascera no Rio de Janeiro a 23 de Agosto de 1731 sendo o primeiro bispo brasileiro que regeu o bispado, no dominio de Portugal. Foram seus pais João Mascarenhas Castelo Branco, comandante da fortaleza da Ilha das Cobras, e D. Ana Teodora, que deu o nome ao antigo largo do Rio, Mãe do Bispo. Terminados seus estudos ginasiais no Collegio dos Jesuitas, foi por seu tio, vigario da Candelaria, enviado a Coimbra a formar-se em canones ⁽⁶²⁾. Ordenou-se sacerdote em 1750, sendo nomeado decano da Sé do Rio em 11 de Janeiro de 1765, porém foi retido em Portugal para exercer cargos importantes nos tribunais da Inquisição de Evora e de Lisboa. Sua nomeação de bispo, foi primeiramente como coadjutor e futuro sucessor de Dom Antonio do Desterro, mas quando chegou á diocese tomou posse dela por

já ter falecido aquele prelado. Tinha sido nomeado bispo titular de Tipaza aos 15 de Janeiro de 1773 no reinado de Dom José I ⁽⁶³⁾ e confirmado por Bula de 20 de Dezembro do mesmo ano pelo Papa Bento XIV. Sagrou-o o Cardeal Dom João da Cunha, Patriarca de Lisboa. Chegou ao Rio de Janeiro aos 15 de Abril de 1774, tomando posse nesse mesmo dia por seu procurador e tio, o Conego doutoral Paulo Mascarenhas Coutinho, tendo feito sua entrada solene no dia 29 de Maio seguinte. Por Pastoral de 11 de Março de 1775 deu salutareis avisos aos fieis para a reforma dos costumes e chamou a exames em sua presença todo o clero secular e regular da diocese empregado no misterio sagrado ⁽⁶⁴⁾. Enviou visitadores munidos de amplas faculdades por toda a vasta diocese. Reformou os Seminarios de São José, da Lapa e São Joaquim do Rio de Janeiro. Faleceu aos 74 anos de idade e 31 de episcopado a 28 de Janeiro de 1805.

8.º — *Dom José Caetano da Silva Coutinho*
(1808-1833)

Nasceu Dom José Caetano da Silva Coutinho em Caldas da Rainha, Portugal, a 13 de Fevereiro de 1767, sendo filho legitimo de José Coutinho e sua esposa. Frequentou a Universidade de Coimbra onde bacharelou-se em canones. Nomeado Arcebispo de Cranganor, no reino de Calicut, na India, a 24 de Julho de 1804, aos 30 anos de idade, excusou-se; foi depois apresentado para Bispo do Rio de Janeiro a 4 de Novembro de 1805, no reinado de D. Maria I ⁽⁶⁵⁾ e regencia de Dom João VI ⁽⁶⁶⁾. O Papa Pio VII o confirmou ⁽⁶⁷⁾ por Bula de 26 de Agosto de 1806, sendo sagrado em Lisboa, na Igreja de São Domingos a 15 de Março de 1807, pelo bispo do Algarve Dom Frei José Maria de Melo, confessor da Rainha e assistido pelos Bispos Dom Frei Miguel da Madre de Deus (franciscano, então bispo eleito e consagrado de São Paulo e mais tarde Arcebispo de Braga) e Dom Frei Custodio de Sant'Ana, Bispo de São Tomé. Depois de inumeras difi-

culdades conseguiu burlar as forças francesas que ocupavam Lisboa saindo furtivamente da cidade e chegar ao Rio de Janeiro a 26 de Abril de 1808, onde já tinha chegado a família real portuguesa, tomando posse solenemente no dia 28. Por carta regia de 13 de Junho de 1808 foi nomeado Capelão da Capela Real; oficiou na sagração do 1.º Imperador do Brasil Dom Pedro I (68) e na benção da nova bandeira do Brasil, e presidiu a Assembléa que deu posse á Regencia Trina em 7 de Abril de 1831. Visitou varias vezes as paróquias do imenso Bispado, desde o rio Belmonte, confins do Arcebispado da Baía, até o rio da Prata, ora a carro, ora a cavalo, ora embarcado, como lhe era possivel. Atravessou a cavalo a Provincia de São Paulo para ir a Santa Catarina e veio até o Rio Grande do Sul, acompanhado de alguns ecclesiasticos que lhe eram dedicados (69). Durante seu episcopado foram creadas no Rio Grande do Sul 13 paróquias (70). Faleceu no Rio de Janeiro a 27 de Janeiro de 1833 e foi sepultado na Capela do Palacio Episcopal da Conceição.

9.º — *Dom Manoel do Monte Rodrigues de Araujo, Conde de Irajá*
(1839-1863)

Natural do Recife, Pernambuco, nasceu a 17 de Março de 1789, sendo filho legitimo de João Rodrigues de Araujo e Catarina Ferreira de Araujo. Foi ordenado sacerdote a 17 de Fevereiro de 1822, e logo depois exerceu o magisterio no Seminario de Olinda como lente de theologia. Eleito deputado em três legislaturas para Assembléa Geral, defendeu brilhantemente os interesses da Igreja. Apresentado para Bispo do Rio de Janeiro sob a Regencia do Senador Pedro de Araujo Lima, depois Marquês de Olinda, a 10 de Fevereiro de 1839, foi confirmado pelo Papa Gregorio XVI (71) aos 23 de Dezembro do mesmo anno e a 24 de Maio de 1840 recebeu a sagração episcopal, na Capela Imperial das mãos de Dom José Antonio dos Reis, Bispo de Cuiabá. Era um prelado profundamente sabio, mormente nas letras sagradas. Após a revolução de 1835 veio ao Rio Grande em companhia do Impe-

rador Dom Pedro II e fez a visita pastoral. Delegado pela Santa Sé, foi encarregado de organizar o Bispado de São Pedro do Rio Grande do Sul, e consagrou a 29 de Maio de 1853 o 1.º Bispo Dom Feliciano José Rodrigues Prates. Faleceu aos 11 de Junho de 1863, com 65 anos de idade, sendo sepultado na Capela do Palacio da Conceição do Rio de Janeiro (72).

NOTAS

(1) Graças á benevolencia do rei D. Diniz a ordem dos Templarios em Portugal fôra transformada na Ordem de Cristo, e a esta Ordem o Papa Eugenio IV por bula de 5 de Janeiro de 1445 confirmára a jurisdição espiritual das conquistas. Mais tarde o papa Sisto IV, a 21 de Dezembro de 1481, confirmou aquella bula, concedendo á Ordem de Cristo, para sempre, todo o espiritual das terras do ultramar descobertas e por descobrir. Essa jurisdição era exercida pelo vigario de Tomar "nullius diocesis" conforme a bula "Inter Coetera" de 13 de Maio de 1455 do papa Calisto III (Bullarium Patronatus Portugallium Regum — tom. I, pag. 36).

(2) Após o descobrimento do Brasil, para as terras do Sul do Cabo Bojador, a pedido do rei D. Manoel I, o venturoso, Papa Leão X creou o bispado do Funchal na ilha da Madeira, pela bula "Pro Excellentia" de 12 de Junho de 1514 e pela mesma bula foi extinto o Vigariado de Tomar. Ao fazer-se a incorporação dos Mestrados na corôa em 1550, ficou assente que o rei, como Grão Mestre, tinha jurisdição ecclesiastica no ultramar. Passou para a nova diocese toda a jurisdição sobre as terras ultramarinas, ficando assim as terras do Brasil tambem sujeitas ao Bispado do Funchal que a 8 de Julho de 1539 foi elevado pelo Papa Pauló III a arcebispado e Primaz do Oriente, pela bula "Romani Pontificis". Em 1550 o Bispado do Funchal perdeu a dignidade metropolitana e passou a ser sufraganeo de Lisboa em 1551.

Os bispos do Funchal usavam o titulo de "Primaz das Indias" (Corpo Diplomatico, tom. II, pag. 371; tom. IV, pag. 82; Bullarium Patronatus, tom. I, pag. 165). O titulo de Primaz passou a ser usado depois pelos bispos da Baía, com a denominação de Primaz do Brasil, sendo que esse titulo foi reconhecido pelo Concilio Vaticano, por Leão XIII, e pelo Concilio Plenário Latino Americano (Mons. José do Carmo Barata — Historia Ecclesiastica de Pernambuco, Recife, 1922).

Foi nomeado primeiro bispo de Funchal D. Diogo Pinheiro, quando exercia o cargo de Vigario de Tomar. Faleceu em 1526 com 60 anos de idade. Por sucessor de D. Diogo Pinheiro D. Manoel III escolheu a D. Martinho Portugal nuncio e delegado "a latere" do Papa Clemente VII, junto ao governo português, confirmado pelo Papa a 10 de Fevereiro de 1533. Faleceu a 15 de Novembro de 1547 (D. Antonio Caetano de Souza — Catalogo dos Bispos de Funchal). Dom Fr. Gaspar do Casal, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, confessor e conselheiro do rei D. João III, foi confirmado terceiro bispo de Funchal a 3 de Junho de 1551 pelo Papa Julio III pela bula "Gratiae Divinae Praemium" (Corpo Diplomatico — Tom. VII, pag. 47).

(3) D. João III subiu ao trono de Portugal a 13 de Dezembro de 1521 e morreu a 11 de Junho de 1557. "O Brasil, que durante o reinado de D. Manoel não merecera as atenções dos estadistas, embriagados na admiração da India, deve ao governo de João III, o rei colonizador o principio de sua existencia". Oliveira Martins, — O Brasil e as Colonias portuguezas, pag. 18 — Frei Gaspar da Madre de Deus, "Memoria para Historia de São Paulo", § I, n.º 41.

(4) Sucedendo a Paulo III foi eleito papa a 7 de Fevereiro de 1550 o Cardeal João Maria Ciocchi, chamado, Cardinal del Monte, o qual tomou o nome de Julio III. Faleceu aos 23 de Março de 1555 e foi sepultado nas criptas vaticanas — Caetano Moroni Romano — *Dizionario Storico Ecclesiastico*, vol. XXXI, pag. 166.

(5) A data da Bula aparece nestes termos: "anno Incarnationis Domini millesimo quingentesimo, quinto Kalendas Martii, Pontificatus nostri anno secundo". Quasi todos os autores trazem a data da expedição da bula "Super Specula" no ano de 1550. Porém o Papa Julio III sendo eleito a 8 de Fevereiro de 1550, o ano segundo de seu pontificado só começou a 8 de Fevereiro de 1551, portanto a bula deve ser de 25 de Fevereiro de 1551. Vem corroborar esta data, as cartas do rei a Baltazar de Faria e ao Papa Julio III (vide nota 8), ambas de 31 de Julho de 1550, recomendando D. Pedro F. Sardinha, para Bispo da Baía. Mons. Pizarro, em suas Memórias, tom. 8, pag. 53 (nota 51), diz ser a data da bula da ereção do Bispado a 1.º de Março de 1555. Não tendo atendido bem para a data da bula ligou o "quinto" das "Kalendas Martii" (data do mês) com o "quingentesimo" data do ano.

(6) Ao determinar-se a extensão territorial do bispado seguiu-se em parte o criterio observado na formação das capitánias. Cerca de 1530, D. João III distribuiu as terras do Brasil em capitánias ou porções de cincoenta leguas medidas pela costa e deu-as a pessoas nobres e ricas, que a sua custa deviam povoá-las, cultivá-las e defendê-las, pagando certos direitos á corôa.

(7) *Bularium Patronatus*, tom. I, pag. 177; Mendes de Almeida. *Direito Civil e Ecclesiastico*, pag. 521.

(8) Cartas do rei D. João III a Baltazar de Faria e ao Papa Julio III, de 31 de Julho de 1550 (*Corpo Diplomatico*, pag. 376 e 378).

(9) Fortunato de Almeida, *Historia da Igreja em Portugal*, tomo III, Parte 1.ª — pag. 966. Candido Mendes de Almeida — *Direito Civil e Ecclesiastico*, tom. I, parte II.

(10) P. Simão Vasconcelos, S. J. — "Cronicas da Companhia de Jesus do Estado do Brasil" (Lisboa 1865). Tom. I, pags. 48, 123. — Jorge Cardoso, "Agiologio Lusitano", tom. I, pag. 516. — Sebastião da Rocha Pita, "Historia da America Portuguesa", l. § II; l. § 25; l. III, §§ 7,8 e 9. — D. Antonio Caetano de Souza, "Catalogo dos Bispos e Arcebispos da Baía". — Accioli, "Memoria Historica da Baía", tom. III, pag. 200. — Mons. Pizarro, obr. citada, tom. VIII, pag. 53.

(11) Informações e Fragmentos Historicos do Padre José Anchieta, S. J. (1584-1586). — Imprensa Nacional do Rio de Janeiro (1866), por J. B. da Silveira Caldeira — A. do Vale Cabral — J. Capistrano de Abreu.

(12) Decimo sexto rei de Portugal, nascido em Lisboa em 1554, filho póstumo do principe D. João, unico filho sobrevivente do rei D. João III e D. Joana, filha do imperador Carlos V, subiu ao trono com a idade de 14 naos, quando foi proclamada sua maioridade, em 1568. Morreu em Africa na batalha de Alcaacer-Kibir a 4 de Agosto de 1578, com a idade de 24 anos, passando o trono para o seu tio, o Cardeal Henrique e por morte d'este para o rei de Castela. Portugal desde então esteve 60 anos sob o dominio da Espanha até 1.º de Dezembro de 1640.

(13) Governou a Igreja de 23 de Maio de 1555 a 19 de Agosto de 1559.

(14) *Corpo Diplomatico Português* — tom. 8.º, pag. 49.

(15) Nasceu o Veneravel José de Anchieta, em Cristobal de La Laguna,

na ilha de Tenerife, Canarias, a 19 de Março de 1534, sendo batizado a 7 de Abril seguinte. Era filho legítimo de João de Anchieta e Mencia Dias de Claviyo y Llarena. Enviado a Portugal por seus pais afim de matricular-se na Universidade de Coimbra com a idade de 14 anos, a 1.º de Maio de 1553 ingressou no noviciado da Companhia de Jesus e veio ao Brasil onde chegou a 13 de Julho daquele ano, com o fim de dedicar-se á catequese dos selvagens. Foi um dos fundadores de São Paulo e concorreu para a fundação do Rio de Janeiro acompanhando a expedição que expulsou os Franceses aliados dos Tamoios. Fundou a Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, creou escolas e formou aldeas de indios. Era prégador exímio, poeta e naturalista. Faleceu a 9 de Junho de 1597 na então aldeia de Reritiba, Capitania do Espirito Santo, que mais tarde tomou o nome de Vila Anchieta. Foi sepultado no Collegio do Espirito Santo (Vitória) até que em 1611 foi seu corpo transportado para Bafa. O decreto pontificio que declarou heroicas as virtudes deste servo de Deus data de 10 de Agosto de 1736, e desde então tem o titulo de Veneravel.

(16) Accioli — *Memorias Historicas da Baía*, tom. 4.º, pag. 3; Mons. Pizarro — *Mem. Historicas de Rio de Janeiro* — tom. 3.º, pag. 56.

(17) *Informações e Fragmentos Historicos do P. José de Anchieta* — Obr. cit.

(18) Pedro Azevedo — *Os antepassados do Marquês de Pombal*, no *Arquivo Historico Português*, vol. 3.º, pag. 325.

(19) Sucedeu ao papa S. Pio V; eleito a 13 de Maio de 1572 e corôado a 20 de Maio, dia de Pentecostes. Pertencia á familia dos Buoncompagni e nasceu em Bolonha a 7 de Fevereiro de 1502 e faleceu aos 10 de Abril de 1585.

(20) Consta da Bula da criação do Bispado do Rio de Janeiro pelo Papa Innocencio XI "Romani Pontificis Pastoralis Sollicitudo" que diz: Necnon eidem Santi Sebastiani Ecclesiae Oppidum Sancti Sebastiani praedictum sic in Civitatem Sancti Sebastiani erectum Civitate italio Oppida, Castra, Villas, territoria, ac districtibus dictiae Provinciae Rivi Januarii olim facta cum erecta fuerit in administrationem spiritualens a sanctae memoriae Gregorio XIII, Praedecessore nostro per litteras datas XIX, Julii millesimo quingentesimo, septuagesimo sexto..." Pizarro. *Obra citada*, tom. II, pag. 53; — D. Tomaz da Encarnação: *Historia Ecclesiae Lusitaniae*, tom. I, pag. 43. — Candido Mendes de Almeida: *Direito Civil e Ecclesiastico*, pag. 548.

(21) Souza — *Catalogo dos Bispos e Arcebispos da Baía*, na coleção dos documentos e memorias da Acad. Real da Historia Portuguesa; Accioli e Pizarro — *Obrs. cit.*

(22) Pelo Breve da criação da Prelazia de São Sebastião do Rio de Janeiro, foram os reis de Portugal autorizados para instituirem e deputarem os sujeitos que para o cargo de prelados, ou administração dela, houvessem de ser nomeados, com todas as faculdades de exercerem a jurisdição ecclesiastica independente de outra licença, aprovação ou confirmação além do provimento régio.

(23) Com Lourenço da Veiga, governador, veio no ano de 1578 por administrador o licenciado Bartolomeu Simões Pereira, clérigo, para residir na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, com jurisdição separada do

Bispo e com todos os poderes que elle, salvo das ordens. A' sua jurisdição pertencem as quatro capitánias da banda sul "scilicet" Porto Seguro, Espirito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente. — Informações e Fragmentos Historicos do Padre José de Anchieta, S. J. — Obr. citada.

(24) Candido Mendes de Almeida, obrs. cit., pag. 555; Mons. Pizarro, obr. cit.; Dr. Manoel Alvarenga. O episcopado Brasileiro, pag. 42.

(24) Cand. Mendes de Almeida, obr. cit., pag. 555.

(26) Mons. Pizarro — Almanach Historico, pag. 122. — Mons. Antonio Alves Ferreira dos Santos — Bispos e Arcebispos do Rio de Janeiro — ("Jornal do Comercio" de 1.º de Janeiro de 1925).

(27) Mons. Pizarro — obr. cit., tom. 2.º, pag. 118.

(28) Mons. Pizarro — pag. 218.

(29) Mons. Pizarro — pag. 218.

(30) D. João IV era filho do 7.º duque de Bragança, D. Teodosio, 2.º do nome e da duquesa D. Ana de Velasco, nasceu em Vila Viçosa em 1604 e morreu em 1655, com 52 anos de idade e 16 de reinado. Foi um dos Chefes da revolução de 1.º de Dezembro de 1640 contra o dominio da Espanha que libertou Portugal.

(31) Bula "Romani Pontificis Pastoralis Sollicitudo".

(32) Nunes — Almanaque Historico, pag. 126; Mons. Pizarro, tom. 3.º, pag. 228.

(33) Bulas de Inocencio XI "Apostolatus officium" e "Hodie Ecclesiae", ambas de 16 de Novembro de 1676 (Corpo Diplomatico, tom. XIV, pag. 300).

(34) Nomeou governador do Bispado o Padre Sebastião Barreto de Brito.

(35) Fr. Lucas de S. Catarina; Historia de São Domingos, p. IV, L. I, Cap. XXVII; Fr. Pedro Monteiro, Claustro Dominicano, tom. I, pag. 70; tom. III, pag. 282; Barbosa Machado — Bibliotheca Lusitana, tom. III, pag. 333; D. Antonio Caetano de Souza, Catalogo dos Bispos do Rio de Janeiro, na Coleção dos doc. e Mem. da Academia R. da Historia Portuguesa; Rev. Instituto Historico do Rio de Janeiro, vol. XXI, pag. 126; Cand. Mendes de Almeida — Obr. cit., pag. 558; Mons. Alves — "Jornal do Comercio", 1925.

(36) Nasceu na cidade de Como, Italia, sendo filho legítimo de Livio Odelsalschi e Paola Casteli, foi nomeado Cardeal pelo Papa Inocencio X a 6 de Março de 1645 e a 21 de Setembro de 1676 foi eleito papa por morte de Clemente X. Concedeu a Portugal o Officio e Missa em Honra de N. S. do Carmo, que mais tarde o papa Bento XIII extendeu a toda a Igreja (Gaetano Moroni — Dizion., vol. XXXVI, pag. 25).

(37) Santos Abranches — Suma do Bulario Português. Pag. 132, n.º 1326.

(38) Monsenhor Alves, log. indie.

(39) Mons. Pizarro, obr. cit., pag. 13; Nunes, obr. cit., pag. 126; Mend. de Almeida, obr. citada.

(40) Bula "Gratiae Divinae praemium" de 8 de Agosto de 1701.

(41) Monsenhor Alves, log. cit.

(42) Mons. Pizarro — Obr. cit., pag. 73; Nunes — Obr. cit., pag. 127.

(43) Bula de Bento XIII "Apostolatus Officium" de 22 de Fevereiro de 1724. — Abranches — Suma do Bulario Português, pag. 197, n.º 1724.

(44) Nasceu em 1649 da família dos duques Orsini de Gravina, Nápoles; entrou para a ordem dos Dominicanos; feito cardeal e bispo de Benevento, foi por morte de Inocencio XIII, eleito papa aos 29 de Maio de 1724.

(45) Por morte de D. Jeronimo Soares, Bispo de Vizeu, esteve a Sé vaga durante vinte anos, por causa das desinteligencias entre D. João V e a S. Sé. Terminado o conflito D. João V nomeou para Vizeu, em 1739, Jorge Pereira de Sande, que não aceitou. Em seguida nomeou para a mesma Sé o bispo do Rio de Janeiro, D. Antonio de Guadalupe (Leonardo da Souza — *Memorias* — tom. II, liv. III, cap. I; Mons. Antonio Alves Ferreira dos Santos ("Jornal do Comercio" de Rio de Janeiro).

(46) Leonardo da Souza — *Memorias historicas e cronologicas dos Bispos de Vizeu*, tom. III, cap. I. Barbosa Machado — *Bibliotéca Lusitana*, tom. IV, pag. 38; Claudio Conceição — *Gabinete Historico*, tom. IX, pag. 180. Inocencio Francisco da Silva — *Dicionario bibliografico*, tom. I, pag. 153; Mons. Pizarro; Nunes; Mendes de Almeida — *Obras citadas*.

(47) Sucedeu a Bento XIII no dia 12 de Junho de 1730 com 78 anos de idade; faleceu a 6 de Fevereiro de 1740.

(48) Mons. Pizarro — *Mem. Hist. do Rio de Janeiro*; Livro da Vara Ecclesiastica de Viamão — Pastoral de 30 de Maio de 1742.

(49) Bula de Bento XIV "Cum Itaque nuper", vide Abranches — *Suma do Bulario Português* — pag. 205, n.º 1498.

(50) Francisco Manoel Alves — *Memorias Archeologicas-historicas*, tom. II, pag. 62.

(51) Chegou a Loanda a 12 de Agosto de 1740, e tomou posse a 15 — Coetano de Souza — *Catalogo dos bispos de Angola*, na Coleção dos docum. e memor. da Academia R. da Historia Portuguesa.

(52) Freguesia de N. S. da Conceição de Viamão (14 de Setembro de 1747. — Sant'Ana das Lombas, que mais tarde foi extinta. Principiava no Capivarí e seguia até ás Lombas de Viamão, com uma extensão de sete leguas (Rev. do Instituto Historico e Geogr. do Rio de Janeiro, vol. XXI, pag. 224). — Bom Jesus de Triunfo (20 de Setembro de 1757). — N. S. do Rosario do Rio Pardo (15 de Setembro de 1762). — Santo Antonio da Patulha (8 de Outubro de 1763). — São José de Taquarí (7 de Maio de 1765). — N. S. da Conceição do Estreito (7 de Janeiro de 1765). — N. S. da Oliveira da Vacaria (21 de Dezembro de 1768). — N. S. Madre de Deus de Porto Alegre (26 de Março de 1772). — N. S. dos Anjos de Aldêa (Gravataí) (22 de Dezembro de 1772). — N. S. da Conceição da Serra (Arroio) (7 de Janeiro de 1773). — Santo Amaro (18 de Janeiro de 1773). — São Luiz de Franca de Mostardas (18 de Janeiro de 1773).

(53) Bento XIV chamou-se antes Cardeal Prospero Lambertini, natural da cidade de Bolonha, Italia, onde nasceu aos 31 de Março de 1575, filho legitimo de Marcelo Lambertini e Lucrecia Bulgarini. Foi feito cardeal a 9 de Dezembro de 1740 e eleito papa a 7 de Agosto de 1740. Em 23 de Abril de 1742 declarou constar o martirio do Bemaventurado Inácio de Azevedo e Companheiros, da Companhia de Jesus, mortos pelos Calvinistas em 1570, quando em viagem para o Brasil. Consagrou em Roma a Capela de São João Batista, feita de preciosos marmores por ordem do rei D. João V de Portugal e destinada á Igreja de São Roque dos Padres Jesuitas em Lisboa. Foi este Papa que agraciou os reis de Portugal com o titulo de "Fidelissimo". Faleceu a 3 de Maio de 1758 (Caetano R. Moroni — *obr. cit.*, vol. V, pag. 21).

(54) Cand. Mendes de Almeida — obr. cit., pag. 656.

(55) Carta Regia de 9 de Maio de 1748 expedida a Gomes Freire de Andrade (Arquivos de São Paulo, vol. II, pag. 41 e 42).

(56) "Deão e Cabido, Sede Vacante da Igreja Catedral de São Paulo. Eu el-Rei vos envio muito saudar. Atendendo a muitas razões, que se me representaram, para dever ficar sujeito á jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro todo o distrito do Sul, desde o Rio de São Francisco até a Colonia do Sacramento, em virtude da faculdade Apostolica, que para esse feito me foi concedida, houve por bem resolver que na referida fórma se observe inteiramente enquanto eu não determinar o contrario; o que vos aviso para que o fiquéis entendendo. Escrita em Lisboa a 20 de Novembro de 1749 — Rainha." (Arquivo de São Paulo. Vol. 23, pags. 321 e 322). O Dr. Toledo Piza dá a razão de assinar a Carta Regia a Rainha. Em 1748 D. João V teve um grave ataque de paralisia que, repetindo-se, o levou ao tumulo em 1750, sendo durante a doença substituido pela rainha, e depois de morto por seu filho D. José.

(57) Carta de 4 de Abril de 1768 do Bispo do Rio de Janeiro Dom Fr. Antonio do Desterro ao Morgado de Mateus D. Luiz Antonio de Souza, de 4 de Abril de 1768 apoiando a attitude do Vigario da Vara de Viamão que reclamava para essa parouquia o direito de construir capela e administrar os auxilios espirituais na incipiente povoação de Lages, porquanto sob a jurisdição do Bispo do Rio de Janeiro, conforme a carta regia de 20 de Novembro de 1749 — (Arquivo de São Paulo, vol. 23, pags. 6 e 7).

(58) Rev. do Instituto Hist. e Geogr. do Rio de Janeiro, tom. 18.º, pag. 234.

(59) D. João V era filho segundo do rei D. Pedro II e da rainha D. Maria Sofia, nasceu em Lisboa em 1689 e morreu em 1790, contando 61 anos de idade e 44 de reinado.

(60) Em 23 de Fevereiro de 1750, sede vacante, foi visitador da Capela de N. S. da Conceição dos Campos de Viamão, sendo então paroco o Padre Manoel Vergueiro (Livro da Vara Ecles., pag. 19).

(61) Santos Abranches — Suma do Bulario Português, pag. 204, n.º 1488; Claudio da Conceição — Gabinete Historico, tom. X, pag. 159; Mons. Pizarro — Mem. Hist. do Rio de Janeiro, tom. VIII, pag. 319; Mendes de Almeida, obr. cit., pag. 660.

(62) Mons. Pizarro, obr. cit., tom. V, pag. 326.

(63) D. José I era filho de D. João V e D. Mariana d'Austria, nasceu em Lisboa em 1714 e morreu em 1777.

(64) Livro da Vara Ecclesiastica de Viamão.

(65) D. Maria I era filha do rei D. José I e de sua mulher D. Mariana Vitória, nasceu em Lisboa em 1734 e morreu no Rio de Janeiro em 1816. Oito dias depois de subir ao trono (1777) D. Maria demitiu o Marquês de Pombal. Casou com seu tio D. Pedro, tendo dêsse consorcio três filhos: o principe D. José, D. João (D. João VI) e a infanta D. Maria Vitória. Reconhecida a impossibilidade de poder reinar, foi D. Maria substituida por seu filho D. João (VI).

(66) Filho de D. Maria I e D. Pedro III. Nasceu em Lisboa em 1767; foi fundador do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Fugindo ante a invasão franceza, transportou-se com toda a côrte ao Brasil, abrindo os portos dêste ao comercio de todo mundo. Voltou á Portugal em 1821.

(67) Pio VII nasceu a 14 de Agosto de 1742, e entrou com 16 anos para a ordem de São Bento, sendo nomeado sucessivamente Bispo de Trivoli e Imola, sendo feito Cardeal em 1785. Foi eleito Papa a 30 de Novembro de 1799, no conclave de Veneza, para onde se tinham refugiado os cardeais, fugindo da revolução francesa. Sustentou luta contra Napoleão e foi levado preso para Fontenebleau (1812). Faleceu em Roma aos 20 de Agosto de 1823.

(68) Tendo o Príncipe Regente, D. Pedro, recebido officios do Rio de Janeiro, quando voltava de Santos para São Paulo, no dia 7 de Setembro de 1822, ás margens do Ipiranga, suspende o corcel, e assim falou á guarda de Honra que aí o esperava: "Camaradas! As Côrtes de Portugal querem mesmo escravisar o Brasil: cumpre declarar já a sua Independencia... Lagos fóra! Doravante traremos todos outro laço, verde-amarelo: estas serão as côres brasileiras." E em seguida, elevando a espada, proclamou solenemente: Independencia ou Morte!

Apesar desta proclamação o Brasil continuou Reino, e D. Pedro não deixou de governar, em nome de seu pai El-Rei D. João VI, com a simples qualidade de Príncipe Regente; até que foi proclamado Imperador em Outubro seguinte. No dia 10 de Novembro, domingo, dia em que a Igreja celebrava o patrocínio da Santissima Virgem, foi benzido o estandarte nacional do Brasil. Nessa mesma ocasião foi ratificada por ato de piedade, a provisão de 25 de Março de 1646, pela qual o Rei de Portugal, D. João IV, tomou Nossa Senhora, sob a invocação de sua Imaculada Conceição, para Padroeira do reino e seus dominios. (João Mendes de Almeida — Algumas notas genealogicas).

(69) Monsenhor Alves, obrs. citadas.

(70) Paroquia de N. S. da Conceição de Piratini (3 de Abril de 1810) — Espirito Santo de Jaguarão (31 de Janeiro de 1812) — São Francisco de Paula de Pelotas (7 de Julho de 1812) — N. S. da Conceição de Cangussú (9 de Setembro de 1812) — Sant'Ana do Rio dos Sinos (15 de Janeiro de 1814) — N. S. da Conceição de São José do Norte (18 de Abril de 1820) — São João Batista do Herval (18 de Janeiro de 1825) — N. S. da Conceição do Boquete (10 de Dezembro de 1830) — N. S. das Dôres de Camaquã (29 de Agosto de 1832) — Espirito Santo de Cruz Alta (24 de Outubro de 1832) — N. S. das Dôres de Porto Alegre (24 de Outubro de 1832) — N. S. do Rosario de Porto Alegre (24 de Outubro de 1832) — N. S. do Boqueirão (10 de Dezembro de 1832).

(71) Gregorio XVI, nasceu a 18 de Setembro de 1765 na cidade de Boluno, Italia, e entrou na ordem dos Padres Camaldulenses. Sendo Superior Geral da Ordem foi feito cardeal em 1825 pelo Papa Leão XII e Prefeito da Congregação da Propaganda Fide. Foi eleito papa a 2 de Fevereiro de 1831 e faleceu em 1846.

(72) Mons. Antonio Alves Ferreira dos Santos — obr. citada.

Discurso de saudação feito pelo nosso confrade João Maia ao sr. Jorge Baklis, novo associado do Instituto

Sr. Presidente do Instituto, meus companheiros.

Esta oficina, o Instituto Historico, engalana-se neste dia, decerra seu velario e convida a culta sociedade portogalense a participar do jubilo que a empolga. E' que um valor novo transpõe o peristilo da séde de seus trabalhos, para encorporar-se aos que, no cumprimento de um dever de honra, mourejam na empresa de reconstituir o Rio Grande do Sul de antanho na sua estrutura heroica, economica, mental e organica.

Certo, o iniciado desta noite não é ainda propriamente um dos nossos, si o encararmos sob o ponto de vista da particularidade regionalista. Porém tê-lo-emos numa identificação irrecusavel, talvez mais cêdo do que se pensa, pois, quem póde o mais, póde o menos. Por enquanto seu espirito, recém ainda norteado na lavra da literatura de ficção, age bussolado em outro quadrante, no mistér exaustivo de um vero mineiro, na pesquisa das camadas superpostas da terra em suas idades sucessivas, arrancando-lhe, suarento e avido, os segredos por ela aváramente escondidos através milénios incontaveis, para um dia lhe ser dado situar, vitorioso, sobre o planeta, os continentes que constituem o cenario acidentado e vario da atuação humana, as civilizações que o povoaram e desapareceram, envoltas em misterioso sudario.

Ele prossegue, no momento, a obra absorvente de historiar a civilização, empresa em que, não raro, entram como contingentes, a par de dados preciosos, as previsões, as conjecturas, as hipóteses, as verosimilhanças. Convenhamos que, para um espirito jovem, de mais a mais originariamente oriental — por natureza propenso aos deslumbramentos do maravilhoso — nenhuma vereda mais propícia se perspectiva.

Porém, sua integralização no meio riograndense — já adiantada, pois aqui atingiu elle a adolescencia, iniciou a formação da mentalidade e erigio seu fogão — se consumará dentro em breve, não duvidar, pois, além de tudo Jorge Bahlis pertence a uma raça cujos representantes na gleba riograndense, na assimilação com os naturais, não depende, como outras raças, resistentes á constatação do phenomeno através uma, duas três gerações, da imperiosidade do caldeamento. Não, com o sirio não se faz mistér a passagem pelo classico cadinho caldeador para que a integração se consuma, como de improvisio. No interior do Rio Grande é que o phenomeno da adaptação pode ser bem constatado. Cavaleiro como o gaúcho, não tarda que elle lhe aprenda o linguaajar, o flanquê nas correrias de semi-nomade pelo pampa aberto, tal como si o fizesse nas savanas nativas: que se apeie nas restingas para churrasquear, matear, sesteiar enquanto o astro central envia á terra as suas projeções mais candentes; e, quando a noite entenebrece a paragem e toques de cordeona brotam do seio merencoreo da natureza, os companheiros da cavalgata aventureosa estacam os pingos, orientam-se na direção dos sons e a seguir cerram pernas nos ginetes e vão esbarrá-los junto a um rancho em festa, onde, após a troca das bizarras saudações costumeiras das gentes campesinas, penetram confiantes, tal como se penetrassem na classica tenda arabe, para se confundirem aí com os demais convivas, nas alegrias de uma tertulia sonora.

A outrem, que se proponha esmiuçar motivos do phenomeno — o exame de ancestralidades porventura comuns, de possiveis afinidades raciais, quiçá latentes na historia da peninsula ibérica...

Dai, a tranquila segurança com que, ao dar as boas vindas, em nome do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul ao novo legionario, aguardo a colaboração do seu belo espirito, já então desvencilhado do metafisismo que ainda o possúe, no empreendimento concreto que constitúe a razão de ser desta Instituição.

Bahlis: certo, ao te enfileirares conosco, a argucia e a lucidez de tua mente já apreenderam a seriedade, melhor direi, a gravidade dêste momento historico do Rio Grande Dir-se-ia, ao aproximar-se a hora centenaria da epopéa farrroupilha, da atuação apoteotica da gloriosa falange vanguardeira da integração do Brasil na America Republicana, que novos sacrificios a Patria periclitante exige de seu filho extremoso, aliás, em transe algum de sua existencia, jamais regateados.

Não ha riograndense digno que, na transcorrente hora máxima, deixe de sentir pulsar-lhe dentro do peito, com estranha vibração, uma parcela de responsabilidade ocasional. Aos do Instituto está bem definido o quinhão dessa responsabilidade: coligir, classificar, dispôr e archivar os materiais dos acontecimentos em marcha, não para historiá-los, pois, contragosto ou não, interpretantes do drama a desdobrar-se, não nos caberá tarefa de magnitude tal: mas para transferir ás gerações sucedaneas, como um legado precioso, os elementos subsidiarios da reconstituição historica desta hora tormentosa e solene.

E escusa recorrer a sortilegio de pitonisa, sondar oráculos ou formular vaticínios, para entrever, não importando o prognostico num prejulgamento temerario, que o postero pretorio destinado a proferir o *veredictum* decisivo sobre a conduta dos contemporaneos, ao examinar as peças do processo magnifico, ha de forçosamente proclamar — que a geração de 1935 soube ser uma digna emula da geração de 1835 — em pugnacidade, em destemor, em descortino, em reafirmação vigorosa e leal de ideais e principios consagrados em seus credos; que as hostes sacrificadas em estos de

júbilo o cívico pela Pátria e pela República na imortal década ornamental do brasão gaúcho — como que, num lance de inusitada magia, resurgiram impávidas da poeira de um século, para reivindicações impreteríveis, no mesmo estu-
pendo cenário onde outróra se jogou a incomparável tragédia pampeana destinada a decidir da sorte de um povo insubmisso e livre, que preferiu sempre desaparecer na morte, a ter de suportar tiranias quaisquer.

Discurso do sr. Jorge Baklis

Sr. Representante do Governo do Estado!

Srs. Representantes das Autoridades Cíveis e Militares!

Srs. Consules!

Sr. Presidente do "Instituto Historico e Geografico"!

Srs. Membros da Diretoria!

Conspicuos Colegas!

Minhas Senhoras!

Meus Senhores

Curvado sobre os livros, amante das pesquisas historicas e pre-historicas, ás quaes me venho dedicando desde muitos anos, quer no meu gabinete de trabalho, quer nas minhas viagens pela Asia, Africa, America e Europa, nunca tive tempo de me preocupar com as solenidades! Quasi selvagem por estar em constante contacto com as cousas do passado — que me provocam uma fascinação sem limites — não me habituei aos salões! Não é de estranhar, portanto, que diante de tão seleta assistencia eu não saiba fazer gestos elegantes, tão propicios para arrebatrar um auditorio.

Uma pedra que me fale de civilizações mortas, um pedaço de osso que me revele um animal pre-historico, uma cidade em ruinas que me segrede cousas do passado, uma estatua milenária, uma inscrição vetusta, tudo isso exerce sobre mim um encanto que nenhum salão — por mais aristocratico que seja — pode suplantar! Serei, talvez, um homem que vive á margem de seu século! Alguem já me cha-

mou de pre-historico, e não me zanguei, pois reconheço o meu temperamento de apaixonado pelas cousas pre-historicas. E' uma mania como qualquer outra, com a agravante de ser mais cara.

Antes de entrar no assunto de minha palestra, quero, conspicuos colegas, agradecer-vos a gentileza de me haverdes eleito para membro efetivo de vosso glorioso "INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO". Mestres que sois, tendes a nobreza de coração que caracteriza os sabios de todos os tempos! Apesar de serdes os consagrados pontífices da Historia, não tendes duvida em estender a mão aos que surgem, fazendo com que trabalhem ombro a ombro convosco!

Quando fui eleito membro correspondente do "INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO" experimentei a primeira sensação da fama; quando a "SOCIETE' ACADEMIQUE D'HISTOIRE", de Paris, me elegeu, olhei para os meus livros, para meus queridos livros, e agradei-lhes, comovido, o que me ensinaram. Agora acabo de receber a mesma prova de carinho do "INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO DO RIO GRANDE DO SUL", e a emoção que me domina é indizível! Ha momentos na vida de um homem que o mutismo seria mais eloquente do que a verbosidade! Si a praxe não me obrigasse a falar, chamar-me-ia ao silencio para melhor apreciar a grandeza de vosso gesto.

A memoravel recepção de hoje marca uma nova era na minha vida. S'rio pelo nascimento, e brasileiro pela formação de meu espirito, sinto-me perfeitamente irmanado convosco! Sinto-me tão á vontade entre vós, como me sentiria num Instituto de minha terra natal! E si não vai nenhum exagero na minha afirmação, digo que mais á vontade me sinto aqui do que lá! O ambiente faz o homem! O nascimento é um acidente fisiológico cujo valor subjetivo é muito relativo. O meu filho mais novo, por exemplo, é francês pelo nascimento, e, entretanto, foi gerado aqui. Nasceu sob a bandeira francesa poucos meses depois de nossa chegada. Trouxemo-lo para Porto Alegre com um mês de idade.

Aqui se criará, por certo. Logo, irá ter mais amor á sua terra adotiva do que á sua terra natal.

E' o que acontece comigo. Neste Rio Grande bemdito estudei, aqui nasceram meus três primeiros filhos, aqui tenho os meus melhores amigos, aqui publiquei minhas obras e, finalmente, foi daqui, desta terra cavalheiresca, que partiu meu nome de historiador para os outros estados brasileiros, e mais tarde para o Exterior, onde fiz as melhores relações intellectuais que se podem desejar.

Um celebre pensador afirmou com muita propriedade: "Devemos considerar como nossa a terra onde vivemos cercados de estima." Posso, portanto, considerar as brasilicas terras como minha patria. Os meus trabalhos dão-me este direito. De resto, o intellectual é internacional. O saber não reconhece bairrismo. Santos Dumont, Osvaldo Cruz, Edison, Marconi, Einstein, Sarmiento e todos os pioneiros das grandes causas são cidadãos do mundo.

Distinta assistencia:

Depois de muito refletir, tomei a resolução de estudar, a largos passos, a afinidade que ha entre o sírio e o riograndense. A principio havia pensado em falar a respeito da pre-historia do Brasil, mas como esse assunto será por mim abordado no trabalho que estou escrevendo pelas colunas do "ESTADO DO RIO GRANDE", e que se intitula "CIVILIZAÇÕES AMERICANAS", achei mais conveniente escolher outro tema.

Antes de mais nada, seletto auditorio, é preciso dizer que o sírio tem sido muito mal julgado. Para muita gente, o povo da Síria é composto unicamente de comerciantes, na sua maior parte incultos. Tal não o é, entretanto. Esse juizo é erroneo. Si considerarmos que os que emigram representam unicamente a classe pobre, e, portanto, menos illustrada, vemos immediatamente que todas as nações são mais ou menos cultas. Logo, os que aqui se dedicam ao commercio ambulante não podem, de maneira alguma, representar uma nacionalidade inteira. Si vamos julgar um povo pelos seus emigrantes, então cairíamos no absurdo de pensar que todos

os países são compostos de analfabetos, de atrasados, de semi-barbaros. E' que, com raras exceções, os que saem de sua terra fazem-no para tentar fortuna. Os intellectuais só abandonam a patria por amor á aventura ou por motivos politicos, como tem acontecido com muitos sirios.

Descendentes dos fenicios, dessa gente admiravel que Bilac tão bem cantou num empolgante soneto, herdaram de seus gloriosos antepassados o amor á navegação, ao commercio, ao perigo.

Sem o menor temor atiram-se em busca do desconhecido, levando nalma esse fogo sagrado das aspirações supremas, que constitue o principio de todos os triunfos.

Habitando a mesma terra outróra habitada pelos fenicios, descendentes directos dêles, vivendo sob o mesmo clima, lutando com a mesma difficuldade de expansão, emigram, assim como já os seus gloriosos ascendentes emigraram. Não é mais nenhuma novidade, hoje, o facto — comprovado aliás — da entrada dos fenicios no Brasil quasi dez séculos antes de Cristo. Ha documentos de pedra que confirmam a minha afirmativa. Ha inscrições eloquentes, dados precisos, lendas, tradições empolgantes.

Não deixaram, é verdade, monumentos que perpetuassem sua passagem. Contentaram-se em gravar o nome de seu rei e alguns outros fatos. Não podendo constituir uma colonia devido á rebeldia dos naturais, ficaram na terra enquanto tiveram necessidade de levar pedrarias, madeiras, ouro, etc...

Como não dissessem a ninguem onde ficavam as terras riquissimas onde costumavam ir, os outros povos nunca souberam da existencia do Brasil, cuja fertilidade e riqueza certamente lhes despertaria a ambição. Viam os fenicios voltar com os barcos cheios de preciosidades, mas nunca conseguiam saber donde provinham. E toda a vez que algum navio procurava seguí-los, era posto a pique impiedosamente.

Não ha muito, descobriu-se no Norte do Brasil ruínas de uma estatua que, pela posição em que foi encontrada, lembra as estatuas de Isis. Como todos sabem, os fenicios esti-

veram ao serviço do Egipto. Não é de duvidar, portanto, que numa de suas viagens levantassem essa e outras estatuas, como que para conseguir a proteção da deusa egipcia.

Pois é dessa gente destimida que procedem os sirios da actualidade. Verdade é que se acham já um tanto cruzados, mas em suas veias impera o mesmo sangue que circulou nas dos fenicios.

A Siria, meus senhores, não é somente composta de seguidores de Mercurio. Tem poetas famosos, filósofos de grande envergadura moral, pintores, inventores, verdadeiras mentalidades, enfim. E' verdade que esses eminentes homens são pouco conhecidos no Occidente, não só pela difficuldade do idioma, como tambem pelo pesado cativoiro sob o qual gemeu durante tantos séculos. Tivesse ela canhões de grosso calibre, centenas de aviões de bombardeio, possantes cruzadores, um temivel exército, em conclusão, e vê-la-íamos brilhar no seio das nações. Infelizmente a Humanidade ainda está muito materializada e só respeita a Força. Esses que olham com arrogancia para o sirio esquecem-se ou ignoram que essa pequena Siria já deu jurisconsultos e imperadores para Roma. Esquecem-se de que já representou um importantissimo papel e de que já foi forte e respeitada noutros tempos.

Mas... o presente é que nos interessa.

O sirio, distinta assistencia, é um amigo leal e respeitador das leis do país a cuja bandeira se abriga.

Todo dedicado a seu trabalho, difficilmente se entrega á politica da terra em que vive; e si o faz, a sua ação quasi nunca passa de um apoio ás autoridades constituidas. No cadastro policial excepcionalmente o seu nome aparece. E' ordeiro e trabalhador. Considerando o país em que vive como sua segunda patria, ama-a verdadeiramente, fazendo questão cerrada de que seus filhos falem a lingua desse mesmo país antes que qualquer outra. A sua propria fica em segundo plano. E tanto é assim, que os filhos dos sirios quasi não conhecem a lingua de seus pais. Quereis maior amor á terra que o abriga do que este? E quando um sirio

volta para a sua patria, tudo faz com o fim de demonstrar a sua gratidão á patria adotiva donde acaba de regressar.

Não ha muito, a peregrinação brasileira que esteve na Siria, de volta da Palestina, assistiu a uma cena comovente ao extremo. Logo que o paquete atracou no porto de Beirouth, a perola do Oriente, uma banda militar siria tocou o hino brasileiro, que foi ouvido com lagrimas nos olhos pelos peregrinos. E a homenagem não parou aí. Foram saudados em lingua portugueza por um sirio que tinha estado em São Paulo. Durante o trajeto para o hotel, senhoras e senhorinhas da alta sociedade atiravam petalas de rosas e perfumes sobre os viajantes. Foram banqueteados pelo Chefe do Governo, pelo Prefeito e pelas figuras de maior representação, enfim. Nas reuniões para as quais eram convidados, a lingua official era a Portugueza. Os peregrinos estavam maravilhados. Passaram por varios países europeus e não tiveram recepção de espécie alguma. Nenhuma banda — civil ou militar — tocou o hino patrio. E na Siria, entretanto, nessa pequena Siria, encontraram um acolhimento principesco, que lhes fez derramar lagrimas. A homenagem á Terra do Cruzeiro foi formidavel. Antes da passagem dos viajantes referidos havia-se prestado outra tocante homenagem ao Brasil. Deu-se a uma moderna avenida o nome de "AVENIDA BRASIL".

Quando os peregrinos voltaram, foram entrevistados pela Imprensa. Todos teciam os maiores elogios ao povo sirio, que se irmanou com elles, proporcionando-lhes momentos ditosos.

Um rematou com estas palavras suas impressões:

"As crianças, as mulheres, os homens, á porta das casas, das estalagens, á beira das estradas, nas ruas onde passamos de automovel, todos vivavam o Brasil em bom e sonoro português; ofereciam-nos frutas, refrescos, e as musicas tocavam o nosso hino nacional. Foi um delirio, mas um delirio acima dos outros delirios, um delirio que muitas vezes fez pular com violencia o coração dentro do peito."

"De tudo isto — continua elle — queremos tirar três conclusões:

“1.º — Que o Brasil tem forças bastantes para produzir o milagre de se fazer amar de todos os estrangeiros;

“2.º — Que são injustos os que apodam os estrangeiros, que no Brasil residem, de inimigos;

“3.º — Que o Brasil apesar de gastar tanto dinheiro em se fazer conhecido nas cinco partes do mundo, sem resultados correspondentes, tem, no Grande Libano e na Siria em geral, propagandistas de graça, que o amam, o cantam, o exaltam, sem nada receberem da Verba Secreta Nacional.”

Varios outros viajantes brasileiros, entre os quais o Dr. Artur Bernardes, tiveram a mesma impressão.

O sirio compreende a gratidão e a cultiva dentro de seus verdadeiros limites. Não é exagerado nas suas manifestações, mas sabe compreender o seu dever.

Entremos, agora, em rapidas considerações a respeito da afinidade existente entre o riograndense e o sirio. Todos sabem que este último se adapta tão bem aos costumes gaúchos, que logo após os primeiros meses que sucedem a sua chegada já sabe tomar o chimarrão, picar o classico fumo em corda, laçar, usar o chapéo de abas largas, etc... Os sirios que vivem na campanha estão de tal maneira identificados com os costumes do Rio Grande, que numa roda de gaúchos difficilmente denunciavam a sua origem. E por que? Qual a razão disto? Todas as outras nacionalidades evidenciam a sua origem, não dando motivos a enganar. Como, então, o sirio consegue guardar grande semelhança com os filhos desta terra? — E' que, meus senhores, uma afinidade racial, si bem que longinqua, é a “causa mater” dessa extrema semelhança.

Não é mais segredo a preponderancia da raça tolteca na America. Atlantes que eram, saíram de sua patria para derrear-se por toda a terra, constituindo o principal fator da formação racial do povo americano. Nalguns lugares conseguiram levantar uma civilização brilhantissima, por terem encontrado o ambiente propicio; noutros, nada puderam fazer, acabando por cair numa barbarie extrema no fim de alguns milenios. Ha vestigios da raça referida em diversos pontos do Brasil. O Rio Grande do Sul e as terras estrangeiras que

com êle fazem fronteira receberam grande numero de nucleos toltecas ou descendentes dos mesmos. Esses nucleos entraram na formação racial dos chamados povos americanos, identificando-se completamente com êles. De restô, já tinham com os naturais acentuado parentesco, conforme expliquei no meu trabalho "CIVILIZAÇÕES PRE-HISTÓRICAS", a ser editado pela Livraria do Globo, desta Capital.

Os sirios, parentes proximos dos arabes, que, como se sabe, são descendentes dos toltecas, não desses toltecas de 13 ou 14 séculos antes de Cristo, mas dos outros que viveram ha centena de milênios, tem, por força, de guardar afinidade com certos povos da America pre-historica.

E si não bastasse esse factor importantissimo, temos outro de não menor importancia: O DOMINIO ARABE NA ESPANHA E EM PORTUGAL. Durante os muitos séculos de dominio cruzaram-se com os conquistados. Si bem que de parte á parte houvesse certo escrupulo por essa cruza, esta foi inevitavel em virtude de factores que não poderei relatar num simples discurso. Os colonizadores da America, portanto, traziam nas suas veias grande dóse de sangue arabe.

Os costumes arabes, como é natural, foram trazidos, quasi inconcientemente, pelos espanhóes que colonizaram Centro, Sul e parte de Norte America. E não podia ser de outra maneira. Tendo o último dominio arabe, o de Granada, sido abatido em 1492, ano da descoberta, os costumes ainda estavam muito arraigados no povo.

O Rio Grande do Sul, proximo dos lugares colonizados pelas expedições espanholas, sofreu grande parte da influencia de seus vizinhos, sendo esse o motivo maior da afinidade existente entre o sirio e o riograndense.

A celebre bombacha é puramente arabe. Usada pelo povo da campanha, passou para todos os povos onde os arabes dominaram longamente. Na Siria todos os camponeses a usam, e é tão velho esse costume, que sua origem se perde na curva dos séculos.

O amor ao cavallo, que tão bem caracteriza o gaúcho, é outro ponto que o aproxima dos povos de origem arabe. O

beduíno considera o cavalo como o seu melhor amigo, dedicando-lhe os maiores cuidados e estima. Quanto á honra, quanto ao zelo no amor, tão bem definido no riograndense, não o é menos no arabe, como todos sabem. O gaúcho é capaz de matar o atrevido que lhe conquiste a sua china; o sirio ou o arabe não lhe fica atrás. A honra, para êle, está acima de tudo. O gaúcho pratica a hospitalidade com todo o carinho, agasalhando e dando todas as garantias ao hóspede. O sirio cultiva essa mesma hospitalidade, chegando ao ponto de não trair ou fazer mal a quem junto com êle comeu o "pão e o sal". Nesse ponto, o arabe muito se assemelha ao indio. E' sabido que quando o cacique fuma o "CACHIMBO DA PAZ" com qualquer estranho, este está ao abrigo de qualquer perigo. O arabe tem varios pontos de contacto com o indio no que se refere á nobreza e á valentia. Não devo, porém, abusar da paciência do auditorio, fazendo um longo estudo. Seja-me permitido, entretanto, descrever um costume guerreiro, comum aos dois povos. Quando a tribu india é batida pelo adversario, este é obrigado a tomar todas as precauções, pois é certo que enquanto a tribu derrotada não tirar desforra ou não fôr exterminada completamente, não deixará de atacar o vencedor. Muitas vezes simula uma fuga desordenada para retornar em seguida com mais violencia. As tribus arabes têm o mesmo costume. Jamais um emir se conforma com a derrota. A luta se repete tantas vezes quantas forem necessarias para vencer ou cair morto na peleja. Aí está uma afinidade que prova, exuberantemente, o gráu de parentesco entre uns e outros.

Voltando ao gaúcho, este desafia a própria morte no combate, dando provas de um destemor quasi louco; todos os povos de origem arabe tambem desafiam a morte com uma valentia leonina. Antar, o grande guerreiro e poeta arabe, disse num dos momentos em que a luta estava mais terrivel: "NOS MOMENTOS DE PERIGO, MEU REFUGIO E' A POEIRA DOS COMBATES!". "SI A MORTE SE APRESENTASSE EM FIGURA HUMANA, SERIA ABATIDA EM PRIMEIRO LUGAR PELA MINHA LANÇA."

Seleta assistencia: os pontos de contacto são tantos, que

mencionar todos seria tarefa exaustiva. Creio ter dito o suficiente para estabelecer um confronto compreensível. No meu trabalho "CIVILIZAÇÕES AMERICANAS" terei oportunidade de desenvolver este importante assunto, tanto quanto seja necessario e possível.

Antes de terminar, quero, desta tribuna, prometer, solenemente, aos meus colegas do Instituto, que tudo farei para não desmerecer a nobre confiança em mim depositada. Trabalharei, na medida de minhas forças, para estar ao par da comovente, bela e poetica historia riograndense.

Ligado a este querido Rio Grande por profundos laços de amizade, tendo aqui nascido três dos meus filhos, voto-lhe uma amizade sincera que nem a morte póde destruir!

Tenho dito.

Discurso de saudação feito pelo desembar- gador Florencio de Abreu ao novo associado sr. Agustín Venturino

Senhor representante do Exm.^o
Interventor Federal.

Sr. Professor Agustín Venturino.
Minhas senhoras.

Meus senhores.

Meus colegas.

A sessão de hoje tem para nós do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul um duplicado interesse. Ao mesmo tempo que merecemos a honra de receber em nosso seio um novo e conspicuo membro correspondente, fruiremos o indizível prazer intelectual de ouvir a palavra do autorizado representante da alta cultura sul-americana, que, com o seu habitual brilhantismo, discorrerá sobre um interessante e pouco versado aspéto do panorama sociologico americano. A presença, portanto, do ilustre sociologo chileno, Agustín Venturino, neste Instituto, imprime desusada imponencia á presente sessão, que ficará sem dúvida memoravel nos anais desta nossa modesta instituição cultural.

Si, particularmente encarada sob esse prisma, a honrosa visita do professor Venturino assume para nós tão assinalada importancia, creio que crescerá em relevancia se considerarmos o benefico influxo que, para o estreitamento das vinculações necessarias de ordem intelectual e moral entre os povos americanos, exerce o intercambio de idéas e conhecimentos reciprocos, especialmente si veiculados pelas visitas e pela palavra dos expoentes de sua cultura mental, cientifica ou artistica.

Posto que os povos distantes, de alheio continente, conhe-

ceamos mais ou menos bem, através de sua historia, de suas letras, de suas artes, de sua politica, nós, os povos americanos, tão vizinhos, como irmãos dentro do mesmo territorio continental, em geral quasi nos ignoramos ou nos conhecemos mais ou menos mal, quando os imperativos da solidariedade e da confraternização das nações americanas, em face da conjuntura dos seus interesses e das afinidades de sua mentalidade e das suas tendencias, estão solicitando esse sincero e perfeito entendimento, que só conhecimento reciproco poderá proporcionar eficazmente. Afigura-se-me que, para esse efeito, melhor do que os congressos, que se realizam dentro de um ambiente de puro convencionalismo, as visitas pessoais, como a do professor Venturino, assumem iniludivel relevancia, por isso que, nesse caso, com o conhecimento reciproco, propiciado num ambiente de intimo convívio, vão desabrochando e consolidando os vínculos de mutua simpatia, os sentimentos de confraternização americana, facilitando dessarte o surto e a expansão dos fenomenos de interdependencia superorganica, altamente uteis, como é sabido, ao desenvolvimento dos povos.

Não ha o conferencista mistér que se o apresenta a esta seléta assembléa, pois os seus meritos de americanista e sociologo já são sobejamente conhecidos através de suas obras e de suas conferencias proferidas em diferentes centros de cultura do continente americano, inclusive do nosso país e mais recentemente desta capital. Não é todavia inoportuno frisar que são os seus trabalhos vasados não só em conhecimentos puramente livrescos, mas sobretudo na observação pessoal e cientificamente orientada que empreendeu, por vezes á custa de arduos sacrificios, no proprio territorio onde floresceram as civilizações pre-colombianas e ainda vivem os seus remanescentes e onde mais vivido e intenso se desenrolou o drama historico da conquista, percorrendo quinze países em oito anos de incessante labor, — o que torna a sua obra particularmente interessante e de incontestavel valor científico, como contribuição para o mais amplo conhecimento dos fenomenos e das leis que formam o dominio da sociologia.

Abrangendo o campo desta nova ciencia tanto a evolução geral da humanidade como a evolução particular dos grupos que a compõem, o ilustre professor de preferencia dedicou-se ao estudo do processo evolutivo americano e mais especialmente da sociologia primitiva chileindiana. Sob este aspéto, julgou de conveniencia esclarecer que a sociedade tribal chileindiana, baseada no disciplinamento coletivo e disciplinamento economico e fundamentada na industria, no commercio, na arte, na teogonia, no sacerdocio, na justiça, na educação, na cultura e nas classes sociais, pressupõe um profundo e vasto processo de formação e organização social, crescendo — que na fase precolombiana “talvez nenhum outro aborigene tenha mais direito que o chileindiano á determinação do ponto de partida de uma *sociologia primitiva*, pois que nenhum outro atingiu a formas mais profundas, uniformes e espontaneas de evolução, extremes por completo de artificios e convencionalismos, sem jamais ter recebido o influxo, ao contrario de todos os outros, da interdependencia social.

Parecendo admitir a preponderancia dos fatores extrinsecos do meio na caracterização especifica da evolução das sociedades humanas, ressalta o professor Venturino a influencia decisiva do ambiente fisico sobre a formação do caracter individual e das instituições sociais dos “chileindigenas” ou “chileindianos”, assim por êle denominados os amerindios austrais habitantes do territorio hoje ocupado pela forte nação chilena, por ser essa denominação mais comprehensiva do que a expressão “araucanios”, de significação mais restrita. A’ frequencia dos fenomenos tectonicos e sismicos, ao rigor climaterico, ás alcantiladas elevações dos Andes, á confinção intransponivel do *habitat*, attribue êle o cunho acentuadamente individualista das instituições, o caracter altivo e a irreductibilidade do chileindiano em geral. Pela completa ausencia de metais, explica a extensa e admiravel applicação da madeira na industria e na arte, invocando para a pre-historia chileindiana uma *idade da madeira* para preencher a lacuna da idade do ferro ou do bronze, *ad instar* do que, na sociologia uruguaia, um historiógrafo pla-

tino chamou de “idade do couro”, pela preponderancia dêsse produto bovino nos costumes e no desenvolvimento do povo em certo período de sua formação.

Sem dúvida, grave erro é tudo atribuir á influencia do meio fisico na formação do carater e das instituições sociais dos povos. No que todavia concerne aos povos ainda nos inferiores estadios de cultura e especialmente nas sociedades primitivas, a atuação dos fatores fisicos é preponderante, decisiva. Por isso disse Taine, em suas palavras preliminares da *Escultura grega*, que “um povo recebe sempre a impressão da comarca que habita, porém essa impressão é tanto mais forte quanto mais inculto e inorganico é esse povo no momento de radicar-se nela.”

Como a historia, é a geografia uma grande fonte onde se abebera o sociólogo. E', porém, evidente que se não trata do estudo da geografia em sua expressão simplesmente descriptiva, mas dinâmica; e, na aplicação da sociologia á arte politica, observa Alberto Torres que “estudar a geografia de um país, em sua natureza dinâmica e funcional, procurando apreender o carater das diversas zonas geologicas e mineralogicas, a sua fauna, a sua flora, a sua estrutura orográfica, os seus vasos hidrográficos, para conhecer os elementos e aptidões de sua exploração e cultura, e ao mesmo tempo ás condições necessarias ao espirito de unidade social e economica e a solidariedade entre os interesses e tendencias divergentes, eis o ponto de partida de toda politica sensata e prática.”

Inferindo-se desde logo dessa ligeira digressão a importancia teorica e pratica da sociologia, maravilha que espiritos, sem dúvida superficiais, hajam inquirido para o que serve esta ciencia social. Como estudo especulativo, teorico, já seria de si uma bela expressão de cultura, valendo já por isso alguma cousa. Porém, como toda ciencia, não poderia deixar a sociologia de oferecer uma utilidade imediata. Assim como a arte da navegação surgiu muito antes da astronomia, a arte de governar tambem existia antes da sociologia; mas, assim como a ciencia astronomica veio aperfeiçoar a arte nautica, a sociologia veio esclarecer a arte

política. Nesta ordem de considerações, adverte Combes de Lestrade, no prefacio á *Sociologia* de Giddings, que esta ciencia social “fornece ao homem de estado os elementos de decisão, como a anatomia e a fisiologia aos homens de arte medica os elementos da terapeutica... São os sociologos que assentarão assim as bases dos estudos politicos.”

Aplicando a lição ao nosso meio, o preclaro estadista pre-referido, Alberto Torres, numa obra que deve ser lida e meditada pela mocidade brasileira, advertia que os homens publicos que fundaram a nacionalidade estavam longe de possuir o preparo dos fundadores da Republica Americana do Norte. “Cientistas, literatos e juristas da escola de Coimbra trouxeram, para o nosso meio, brilhantes idéas, conceitos teoricos, formulas juridicas, instituições administrativas, estudados nos centros europeus. Com tal espolio de doutrinas e de imitações, arquitetou-se um edificio governamental, feito de materiais alheios, artificial, burocrático. Os problemas da terra, da sociedade, de produção, da povoação, da viação e da unidade economica e social, ficaram entregues ao acaso.” E, encarecendo a necessidade de estabelecer entre nós uma orientação social, economica e politica, conclúe que é este o espirito que ás novas gerações cumpre crear.

Bem se compreende assim, eminente professor Venturino, a relevancia dos vossos estudos e locubrações sobre a sociologia americana; e as vossas eruditas e brilhantes conferencias, ao mesmo tempo que vão difundindo nos centros culturais os vossos aprofundados conhecimentos sobre a materia, vão despertando no meio em que se realizam a curiosidade natural de versá-los, o que torna porventura a vossa atuação intellectual sobremaneira util e meritoria.

Conferindo-vos o diploma, que ora vos entrego, de socio correspondente do nosso Instituto, creio que, na essencia, não recebeis um novo titulo de benemerencia; mas em o aceitando, conferis ao Instituto a honra de dignificá-lo.

Sr. Professor Venturino:

As nossas saudações e os nossos agradecimentos.

**Discurso de saudação feita pelo dr. Adreal-
do Mesquita da Costa aos novos associados
srs. dr. Leonardo Macedonia e Valter
Spalding**

“Exmo. sr. dr. presidente do Instituto Historico e Geografico
do Rio Grande do Sul.

Distintos recipiendarios.

Prezados consocios. Exmas. senhoras. Meus senhores.

Mais uma vez aqui estamos congregados e, desta feita, para receber, de modo a ficarem em nossa companhia, de maneira permanente dois lidimos valores da hodierna cultura e que são, ao mesmo passo, dois autênticos e apaixonados estudiosos da bela e grandiosa historia da nossa terra e da nossa gente.

No louvavel afan de bem corresponder á finalidade de sua criação, tem o Instituto Historico procurado requestar para o seu seio, a todos quantos hão patenteado a posse dos requisitos exigidos nos Estatutos, para que se lhes possa conferir o merecido titulo de socio.

E assim é que, no vasto cenario da atividade intelectual do Rio Grande do Sul, buscou êle sempre os de maior destaque, aqueles que por sua vida, meritos, obras e ações, houvessem revelado acendrado carinho pelos feitos de nossos maiores e verdadeiro culto pelas brilhantes tradições que enchem de gloria aos nossos anais, de mais de dois séculos de vida propria, na pampa brasileira.

Usando de tal criterio, não podiam ficar esquecidos os

dois recipiendarios cujos nomes ora declino com a mais viva simpatia e admiração sincera — o professor dr. Leonardo Macedonia e jovem Valter Spalding. Antes, o que é de estranhar e de admirar até, é que esses dois espiritos peregrinos não estivessem, ha mais tempo, em nosso convivio, colaborando com o esforço de sua intelligencia e o brilho de seu talento, nesta generosa empresa em que ha doze anos vive empenhada a nossa agremiação — a do estudo de tudo quanto interessa a historia do Rio Grande do Sul.

A simples menção do nome de Leonardo Macedonia nos evoca toda uma vida consagrada ao bem público, repartida nas lidas do pretorio e na cathedra de Direito. Ali, onde o advogado pleiteou sempre o imperio da lei, o triumpho da justiça; aqui, em que ha mais de trinta anos as gerações que se succedem, de par com a ciencia que aprendem, têm ido haurir, do emerito professor, solidos ensinamentos e fecundos conselhos, para a aspera trajetória da vida.

As suas lições não limitam ao frio commentário dos rigidos textos legais. As suas aulas são vividas, na realidade dos acontecimentos que passam. Ali se aprende a disciplina juridica, mas ali tambem, juntamente com ela, se plasma o cidadão; aprende-se a amar a patria; a ter um carinho especial pelo estudo de sua história; a conservar seus costumes e tradições, com a idolatria das cousas sagradas; a cultuar, apaixonadamente, a nossa bela lingua. Nelas, revivem-se a cada passo, cenas empolgantes das nossas paginas de ouro de antanho; relembram-se com entusiasmo e em momento azado, lances cavalheirescos de nossos antepassados que tanto aumentam os nossos brios de povo ativo e varonil.

E' que o professor de direito, sem se aperceber, ensina tambem a história e incute em seus alunos, em cujo número tenho a honra de me incluir, o gosto por esse estudo, em que tantos espiritos encontraram a satisfação da vida. E eis como sem haver ex-professo ensinado história ou escrito dela nenhum capitulo, foi o professor de direito, do direito que é o fato historico por excellencia, solicitado para honrar este Instituto, com a inclusão de seu nome no número de seus socios.

Dotado de vasta cultura; de palavra facil e castiça; amparadas por uma memoria de anjo, as suas preleções são um repositório de solida ciencia e a sua palestra, sempre nobre e fidalga, um encanto para os que desfrutam de sua intimidade.

Quando a neve dos anos já lhe vai branquejando a fronte veneranda, o seu magistral discurso, ainda ha pouco tão mercedidamente aplaudido, é para nós que amamos a gratidão, um eloquente atestado da bela formação de seu carater.

Nesta solenidade, em que se lhe confere o premio de seus esforços e se corôa o merito de suas ações, não se esqueceu o nobre recipiendario de evocar o nome do mestre venerando que, na mocidade, lhe plasmou o carater e inoculou em seu coração aquelas idéas generosas que, pela vida em fóra, haviam de frutificar em fartas seáras e em ações nobres e sublimes.

Exemplo digno de imitação, maximé na hora que estamos vivendo, em que essa virtude parece haver emigrado da terra para as etereas regiões.

Os tesouros de sua inteligencia; o zelo no desempenho de todos os seus encargos; a modelar conduta civica; a competencia profissional e a austeridade no seu exercicio merecem-lhe de seus pares os honrosos postos de presidente do Instituto da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul e de vice-presidente da Faculdade Livre de Direito de Porto Alegre. Quem, possuindo tão dignificantes titulos, só os tem honrado por um desempenho brilhante e cabal nesta casa, ha de continuando o seu passado, contribuir cada vez mais, para o seu progresso e para guindá-la sempre mais áquella altura em que a desejam vêr quantos aqui trabalham e se esforçam para o engrandecimento moral e cultural do Rio Grande do Sul.

O seu passado é o melhor fiador de seu futuro e nesta persuasão é que apresento ao nobre recipiendario os efusivos cumprimentos de boas vindas e ao Instituto as congratulações sinceras pela inclusão do novo obreiro em suas fileiras.

Valter Spalding é a aurora radiosa que desponta. Apenas desabrocha a sua mocidade e o seu espirito cintilante

brilha, já em toda a sua pujança na galeria dos benemeritos de nossa historia. Quando, em regra nessa idade, a juventude sonha com amores e se exaure no rimario dos versos, o jovem recipiendario, enclausurava-se nos arquivos, remexia papeis velhos, cotejava documentos, coletava tradições esparsas, tudo examinando através o cadinho de uma critica serena e justa.

Ao cabo de porfiadas locubrações e após a publicação de varios ensaios, na imprensa periodica e em revistas especializadas, ei-lo a plenario com o primeiro volume da série a que intitolou "Farrapos" e no qual, revelando-se um estudioso que não conhece dificuldades e um critico prohiboso, sincero e desapaixonado pinta-nos cenas maravilhosas daqueles verdadeiros centauros que durante quasi dez anos, fazendo de sua espada pena e de seu sangue tinta, escreveram pelas verdejantes coxilhas do nosso caro Rio Grande a mais bela pagina de heroismo e de bravura.

Possue, em alto gráu, a virtude do historiador, ou seja o amor da verdade. Para atingi-la não poupa trabalho nem mede sacrificio. E, enquanto não a possui, não emite opinião, não decide, nem julga porque o historiador digno desse nome, deve antes de tudo ser um juiz. Ajustando as peças do processo que a cronologia lhe fornece; pesando a prova ministrada pelas memorias, e por todos os meios em que se póde ela revelar, deve êle sentenciar, com a serenidade do magistrado. A judicatura do historiador é a de exercicio mais difficil. Quando é êle chamado a desempenhar a sua tarefa, se as paixões estão ainda efervescentes, póde ser por elas contagiados. Se se extinguiram por completo, é mistér uma grande acuidade de visão e o auxilio de fina psicologia, para bem aprender, na urdidura dos fatos e na trama dos acontecimentos, o seu nexo causal e, o intimo liame que a todos une, na disparidade dos fenomenos.

Esse fino tacto, essa percepção nitida de como as cousas se deram, tem-nas, por assim dizer inatas, Valter Spalding. E se ás vezes, no julgamento de fatos e na apreciação de atitudes, a sua frase não raro se crispa, na veemencia da expressão, não é que a paixão o tenha dominado, obnublando-lhe a

mente, para não vêr a verdade, sinão que o amor da verdade exige da sua sinceridade o pronunciamento leal da sua intelligencia de escól, sem reticencias nem disfarces.

Batalhador do ideal, não contemporiza com os preconceitos, por mais em voga que estejam êles. Onde se torne mistér uma retificação naquilo que se tenha como verdade inconcussa, êle não vacila em fazê-la. Todos os seus escritos resumbram amor á verdade e completa independencia de opinião. O último opusculo por êle dado á publicidade, "Os eternos caluniados", patenteam, de sobejo, as qualidades que lhe acabo de proclamar e reconhecer. Homem de tal quilate só póde dignificar a Instituição que o receber em seu seio.

De parabens, está, pois, o Instituto; de parabens estamos nós, por vermos que em nossa terra as fileiras dos cultores da história se engrossam cada vez mais, e de que é prova inconcussa a bela recepção desta noite, em que duas gerações bem distanciadas, uma da outra, de mãos dadas, ingressam em nosso meio, para conforto dos que estão, encorajamento dos que vierem e atestado público e solene de que o Rio Grande conta ainda com grande reserva intelectual, para as grandes conquistas da verdade.

Discurso proferido pelo dr. Leonardo Macedonia, ao ser recebido socio efetivo do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul

Sr. Presidente do Instituto.

Caros confrades.

Meus senhores.

Minhas senhoras.

Recebido hoje neste sodalicio, onde se cultiva com estre-mecido carinho a história e a geografia, as tradições e os costumes do rincão que foi berço dos nossos antepassados, é a gleba bem amada dos nossos filhos, e um dia nos abrigará no seu seio maternal, sejam as minhas primeiras palavras, de enternecido reconhecimento pelo generoso agasalho dado ao humilde cultor das letras, cuja presença nesta casa encontra explicação unicamente no ardente desejo de versar com os ilustres confrades os fatos memoraveis da nossa história brasileira, e mais particularmente da história do nosso amado Rio Grande do Sul.

Desde longos anos os estudos de Historia exercem verdadeira sedução sobre o meu espirito, e são leituras de minha predileção as que entendem com a evolução da civilização, nossa e de outros povos, relatada pelos historiadores.

Essa predileção por leituras dessa natureza é atestada pela presença, em nossa Biblioteca, de magnificas obras de escritores estrangeiros, tais como, entre outras, as de Frederico Masson, o glorioso historiador de Napoleão.

E' ainda atestada pelos numerosos volumes sobre a Historia do Brasil, e particularmente do Rio Grande do Sul, lidos, meditados e guardados com o carinho com que são conservadas as coisas de valor, e de nossa estima e predileção.

Esse interesse por leituras historicas é explicado por Tomaz Buckle, em sua *Historia da Civilização na Inglaterra*. O arguto historiador britânico assinala que a confiança no valor da Historia está hoje longamente explicado, e é muito legitimo, pois os materiais acumulados por ela constituem um imponente e inesgotavel repositório de riquezas.

Na verdade, os annals politicos, maritimos e militares de todas as grandes nações constituem preciosissima fonte de informações para os homens de Estado, em todos os assuntos interessantes á evolução politica, á defesa nacional, e á manutenção da paz, tão necessaria ao progresso, á felicidade dos povos e das nações.

A Historia das legislações facilita aos jurisconsultos e aos legisladores o conhecimento da maneira pela qual evoluíram as idéias, em torno dos preceitos legais que devem refletir o sentimento juridico de cada povo, em cada etapa da civilização.

As investigações e pesquisas historicas em tema de paleoetnologia, ou arqueologia prehistorica, de antiguidades de todo genero, tornam possível o conhecimento exato das raças, dos povos e das civilizações que desapareceram na voragem do tempo.

A historia das religiões permite o conhecimento perfeito das crenças religiosas e das instituições de cada povo, como bem assinala Fustel de Coulanges, no seu interessante livro "*La Cité Antique*". "Ela explica, diz o brilhante historiador, a luta do espirito para unir-se sempre, mais intimamente, ao divino que existe unicamente em nós."

A História da musica, da arquitetura e da escultura favorecem a apreciação da luta travada pelo homem com a materia, para sublimá-la, até ser a representação viva, e a encarnação sensível da beleza ideal que reside em nossa mente.

A História da vida e dos feitos dos varões ilustres, de todas as épocas, e de todas as nações, constituem um manancial inesgotavel, onde podemos todos nós apreciar as virtudes e as qualidades, as obras e os serviços de homens, se constituíram modelos dignos de imitação, expostos ao louvor e á veneração de todos, por historiadores que se chamam Plutarco, autor da "Vida de homens ilustres", Pereira da Silva, redator dos "Varões ilustres do Brasil", e Henrique Coelho, o estudioso investigador e divulgador da "Crestomatia Brasileira".

Cultivar a História, é, portanto, um dever de cada um de nós.

O passado não morre completamente. Ele subsiste dentro de cada um de nós, que guardamo-lo dentro de nós mesmos, pois a verdade é que somos na época em que vivemos, o produto e o resultado de todas as épocas anteriores.

E, se descermos ao exame de nossa alma, aí encontraremos e distinguiremos, como muito bem nota Fustel de Coulanges, as diferentes épocas, pelo que cada uma delas imprimiu em nossa propria alma.

Meus senhores.

Ao receber a noticia da minha inclusão no quadro deste sodalicio, deliberei celebrar no dia do meu ingresso nesta casa, a memoria de um homem que, depois de meu Pai, exerceu uma grande influencia na minha formação intelectual.

Assim procedendo, acredito que, entrando a colaborar com os ilustres membros deste sodalicio, na investigação, na critica e na apreciação dos factos da nossa história, desde logo realizo, sem qualquer dilação, uma obra de reconstituição historica, a respeito de homem que bem merece a veneração da sociedade riograndense, pelos serviços prestados a esta terra, durante um largo periodo de tempo.

Esse homem pertence ao grupo das pessoas que despertam em meu espirito e em meu coração sentimentos de veneração, de respeito e de admiração.

Na verdade, o sacerdote, o soldado e o magistrado são pessoas que eu admiro, respeito e venero.

O sacerdote, que esclarece o espirito do crente; que o conforta em horas de amargura; que o ampara em momentos de desalento, insuflando-lhe a confiança da Divindade; o sacerdote, que é a encarnação da Fé, quando se chama José de Anchieta; que é a representação viva da Caridade, quando se chama Cacique de Barros; que desperta no espirito do crente a Esperança da vida futura e eterna, quando fala pela boca de um Macedo Costa; o sacerdote, repito, é pessoa que desperta em meu coração sentimentos de profunda veneração.

O soldado, que dá em holocausto á Patria, o seu sangue e a sua vida; que se constitue o penhor da felicidade, da honra e da tranquillidade da nação; esse, merece a minha comovida admiração.

Tenho, na verdade, uma grande admiração pelos feitos de bravura de um Osorio, e de um Caxias. Leio sempre com interesse, e com entusiasmo, a narrativa da atuação de Osorio da guerra da Triplice Aliança contra o despota paraguaio, e da maneira brilhante pela qual se conduziu Caxias, nos acontecimentos que puseram termo á epopéa de 1835 a 1845.

Maior, porém, é a minha admiração pelo obscuro Voluntario da Patria, que afrontou todos os perigos nos campos do Paraguai, para ver desagravada a honra do nosso pavilhão. Maior, ainda, é a minha admiração pelo rude e destemeroso Dragão, que pelejou, praticou atos de heroismo, e soube dar o seu sangue e a sua vida em asperas e cruentas campanhas, para assegurar a posse do territorio que constitue o nosso grande, rico e amado Rio Grande do Sul.

O magistrado, que tem o encargo de promover a atuação do Direito, em beneficio dos cidadãos e da sociedade; o magistrado, impavido e sereno, atento ao cumprimento do dever, surdo ás maquinações de toda sorte, que visam perturbá-lo em sua obra de Justiça; esse merece o meu preito de admiração, de veneração e de respeito.

Tenho, de fato, uma grande veneração pela memoria dos grandes magistrados que se chamam Macedo Soares, Olegario

e Carvalho de Mendonça. Merecem o meu respeito e admiração os nobres magistrados que se chamaram Ribeiro Dantas e Melchisedeck Cardoso, e que se chamam Rodrigo Octavio e Carvalho Mourão.

Mas, além dessas pessoas, existe uma outra, que provoca em meu espirito o maior entusiasmo, e desperta em meu coração um enternecido reconhecimento, pela obra que realiza no seio da sociedade. Essa pessoa é a do professor, que esclarece a intelligencia dos discipulos, dissipa as trevas da ignorancia, e aparelha os adolescentes confiados aos seus cuidados, para o serviço da familia, da Patria e da Sociedade.

Já deveis ter compreendido que desejo evocar neste instante a figura do meu grande mestre e inolvidavel amigo, Apolinario Porto Alegre, do homem de quem tive a honra de ser discipulo, e que exerceu larga influencia na minha formação intellectual.

Evocando a figura varonil do grande mestre, recordo perfeitamente o seu aspéto grave, de pensador e de estudioso, em que acasalavam a severidade e a bondade.

Apolinario era um erudito, e percorria sem dificuldade todas as provincias intellectuais, dominadas pela sua intelligencia de escol. Poeta, prosador, dramaturgo, orador, jornalista vigoroso, com profundo conhecimento de quasi todas as linguas vivas, das ciencias fisicas e naturais, da história e da geografia, especialmente do Rio Grande do Sul.

Dispondo desse formidavel aparelhamento, de intelligencia e de cultura, Apolinario foi eximio educador da mocidade da sua terra.

Tive a fortuna de ser discipulo do grande educacionista. Com êle aprendi a nossa bela lingua portuguesa. Com êle estudei a lingua de Molière, e cultivei a Geografia Universal e do Brasil, e a Corografia do nosso Rio Grande do Sul.

Ensinando humanidades, Apolinario tinha ainda a preocupação de formar o carater dos seus alunos, e de incutir em todos êles os sentimentos de honra, de probidade, de amor ao Rio Grande do Sul e ao Brasil, e de veneração pelos feitos e pela memoria dos nossos maiores.

Essa obra era realizada de uma maneira admiravel, me-

diante um trabalho incessante, de todos os dias, nas salas de aulas, nas salas de estudo, nas associações literarias mantidas pela juventude estudiosa no recinto do collegio, o afamado Instituto Brasileiro.

Nas aulas, a disciplina e o trabalho.

Nas salas de estudo, o amor ao trabalho, inculcado pela palavra e pelo exemplo.

Nas associações literarias, "Luz e Literatura", da divisão dos Maiores, e "Amor ás Letras", da divisão dos Menores, a cultura do espirito e da intelligencia, pelo estudo, pela palavra falada, e pela comemoração dos feitos e das virtudes dos nossos maiores.

Naquelas sessões memoraveis, realizadas semanalmente, recordo agora com infinita saudade, principiamos todos os jovens associados, a admirar, a amar e a venerar a memoria de Bento Gonçalves, Portinho e Andrade Neves; de Garibaldi, Bento Manoel e Rafael Pinto Bandeira; de Osorio, Porto Alegre e João Manoel; de Araujo Porto Alegre, Joaquim Caetano e Felix da Cunha.

Naquelas sessões inolvidaveis comemoravamos a epopéia de 1835 a 1845; discutiamos episodios da guerra do Paraguai; analisavamos Ituzaingo e Riachoelo, e comentavamos a conduta da nossa gente nos dois feitos militares.

Dentro do recinto do collegio, de modo firme e tenaz, sem fazer propaganda ostensiva, o grande mestre inculcava no espirito e no coração dos seus discipulos os melhores sentimentos de democracia, e de fervoroso republicanismo.

A obra, segura e tenaz, de evangelização democratica e republicana, produziu efeitos magnificos. O collegio era um seminario de democratas e de republicanos, era um viveiro de ardentes patriotas, que sonhavam e desejavam dias de paz, de prosperidade, e de felicidade para a Patria, sob um regimen politico, livre, democratico e republicano.

E assim, a aurora de 15 de Novembro de 1889 não encontrou um unico monarchista entre os moços educados por Apolinario Porto Alegre, no "Instituto Brasileiro". Todos elles, sem exceção, eram patriotas, representantes da geração

educada pelo afamado mestre, nos são principios da Liberdade e da Democracia, para o serviço da Patria e da Republica.

Aí tendes, meus Senhores, o meio em que se verificou uma parte da minha formação intelectual. Aí tendes, em breves palavras, o relato da influencia a que obedeceu o meu espirito, enquanto cursava humanidades, e me aparelhava para o curso superior na gloriosa Faculdade de Direito de São Paulo.

O amor ao estudo e ao trabalho, a independencia do meu espirito e do meu carater, são uma consequencia, lógica e necessaria, da influencia sobre mim exercida pelo grande mestre, que em vida se chamou Apolinario Porto Alegre.

Hoje, volvido quasi meio século, após o abandono do collegio, pela conclusão do curso, sinto uma profunda veneração pela memoria do grande educador da mocidade riograndense, a quem devo as qualidades de que falei acima, e tenho a maior satisfação em manifestar hoje, de publico, a gratidão que jamais se apagará do meu coração, por todo o bem recebido das mãos dadivosas do querido mestre e inolvidavel amigo.

Ha cinco anos, antigos discipulos de Apolinario Porto Alegre tivemos a lembrança de recordar o mestre, em um grande preito de louvor e de apreço pelos seus serviços, e de veneração e de saudade pela memoria do extinto educacionista da mocidade patricia.

Reunimo-nos, e organizamos a comemoração.

Em uma das praças desta bela Capital, e no ponto onde êle era diariamente esperado pelo pequeno tilburi que o transportava para o collegio, situado á entrada do Caminho do Meio; ali, naquele local, a Praça Argentina, diariamente percorrido pelos que demandam o centro da cidade, e pelos que buscam os nossos arrabaldes; a administração municipal consentiu em que fosse colocada a herma, que perpetuará no bronze a imagem do grande mestre.

A inauguração, fizemo-la festiva, por uma bela tarde de

29 de Agosto de 1927, data natalicia do mestre, após as solenidades religiosas da manhã, seguidas de uma piedosa visita, de saudade e de homenagem, ao local do Campo Santo, onde descansam os restos mortais do querido mestre.

A brilhante imprensa local celebrou os meritos do grande mestre, retrazando-lhe a vida e a obra, de intelectual, de estudioso, de educador da mocidade; e nós tivemos a fortuna de constatar que a nossa linda cidade de Porto Alegre esqueceu um pouco as preocupações da vida social contemporanea, para recordar durante alguns dias a vida e a obra de um pedagogo, extinto havia 25 anos.

Tomei parte saliente naquela homenagem, e fui membro da comissão organizadora da comemoração.

Agora, ao entrar para este sodalicio, onde são cultivados, com carinho e com amor, os feitos e as obras dos nossos maiores, e de todos aqueles que merecem a gratidão dos contemporaneos, e devem ser venerados pelos vindouros, completo aquela homenagem, com a narrativa de parte da obra realizada pelo grande educador Apolinario Porto Alegre, meu mestre e meu amigo, homem que exerceu larga influencia no espirito da mocidade, e prestou relevantes serviços ao Rio Grande do Sul.

"Sursum corda", meus Senhores; e louvemos a obra magnifica realizada pelo grande mestre; e exaltemos o nome de Apolinario Porto Alegre, riograndense digno do respeitoso apreço, e da gratidão de toda a sociedade deste amado Rio Grande do Sul.

Disse.

Discurso proferido pelo sr. Valter Spalding ao ser recebido como socio efetivo do Instituto

Exm.º Sr. Representante de S. Excia. o Sr. Interventor Federal;

Exm.º e DD. Sr. Presidente do I. H. e G. do R. G. do Sul;
Ilustres membros da Diretoria;

Exmas. senhoras;

Meus amigos e senhores.

* * *

Antes de entrar no assunto que me impuz para esta solenidade, para esta coroação desvanecedora e confortante de um batalhador obscuro, cujo mérito unico, — si é que tal se póde denominar mérito, — é a bôa vontade com que labuta nesse trabalho ingente de reconstrução do passado glorioso deste pedaço do Brasil imenso, deste meu, deste nosso querido Rio Grande, — antes, dizia, — quero agradecer-vos, senhores do Instituto, meus bondosos, meus generosos amigos, a escolha que de mim fizestes. Não a merecia. Sei o que sou, sei o que valho. Não a mereço. Mas vós o quisesstes. Aceitei. Aceitei, concordei como o pobre envergonhado ao qual almas generosas vão levar um pouco de conforto material e espirital: conforto da esmola e conforto da religião.

Vós fostes, senhores deste Instituto, as almas generosas, os bondosos e caridosos confrades de São Vicente de Paulo dêste amigo da História, que vai entrando, neste momento, no remanso salutar e benéfico do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul pela porta que vós lhe abristes.

Obrigado, senhores, muito obrigado. Nem outra palavra achei para demonstrar-vos a minha gratidão sinão esta: obrigado, — fico ligado a vós por gratidão eterna.

* * *

A HISTORIA NA VIDA DOS POVOS

Ha quem diga que a Historia é a mais inutil das literaturas. Ha, mesmo, quem a condene levado por um falso sentimento de fraternidade. Para estes a Historia não deveria existir porque, segundo seus conceitos, nos faz retrogradar e, além disso, fomenta, entre os povos, lutas armadas, guerras, revoluções, desassossegos. Partem, estes, do falso principio, si é que tal nome se pôde dar ás afirmativas de que a Historia é a conservadora de odios entre partidos, entre nações, entre povos inteiros. Principio errado, afirmativa absolutamente falsa.

A Historia, por exemplo, registando em suas paginas uma guerra com todos os seus pormenores, imparcialmente, está longe de incentivar paixões, fomentar discordias, alimentar odios. Registando-a, a Historia não faz mais que conservar aquele fato para exemplo futuro. E' parte da tradição de um povo, porque nela pôs toda a sua alma em defesa da Patria e nela deixou parte de si com os que tombaram no campo da luta. Será uma lembrança querida, dolorosamente querida que servirá de lição, uma lição profunda. Será um motivo a mais para a conservação de laços de amizade, para a perpetuidade de uma paz fecunda.

Os condenadores da Historia, porém, nem sempre lêem a verdadeira Historia, a Historia pura e simples, mas obras que de historia só tem o nome. Obras de *fabricantes de historias*, mas não de *historiadores*. E entre estes ha uma grande diferença, uma diferença enorme. O *historiador* estuda, com-

pulsa obras, confronta documentos. O *fabricante de historias* lê uma obra qualquer sobre o assunto, ou sobre o caso, ou então passa os olhos por um documento qualquer, e não mais se impressiona com o que ha ainda a ler e examinar sobre o acontecimento. E sem mais preocupações, sem examinar os inumeros prós e contras que ainda existem, faz a sua historia, uma historia *sui-generis* em que a fantasia predomina. Uma novéla, enfim, que em nada seria prejudicial si não revelasse nomes que existiram, povos e nações que existem. A mentira é dissolvente. A falsidade geradora de repulsas e represalias. Daí o mal dessa Historia sem Historia, fantasiada e parcial. E daí a condenação por parte de literatos, pedagogos e sociologos lançada á Historia. Por causa dos máus pagam tambem os bons. E' uma triste lei da humanidade.

Ha ainda, entre a verdadeira Historia e a historia fantasiada, um outro genero intitulado "literatura historica": comprehende poesias, contos, novelas e romances. Mais suaves do que a Historia pura, são, apesar de envoltos em fantasias, menos prejudiciais que a historia falsa quando os autores são imparciais, isto é: relatam o fáto historicamente exato embóra entremeado de fantasias. Exemplos: OS FARRAPOS, de Oliveira Bello, os romances historicos de Paulo Setúbal, os contos de Gustavo Barroso e outros. São cousas leves, cheias de fantasias, mas historicas. Requereram estudos, confrontos, pesquisas, indagações, critica.

A metodologia da historia se divide em três partes principais: a busca, ou pesquisa, a critica e a vida da historia. A Historia sem estes elementos, não é historia nem literatura historica: é literatura pura, é fantasia.

O novelista crêa, o historiador reconstrue.

Um sábio sociologo e historiador argentino, o P. José Maria Blanco, S. J., faz esta distinção do seguinte modo:

"Para o novelista um dado é um raio de luz que desenvolve em sua fantasia creadora um conjunto de episódios harmonicos que constituem a trama de sua criação artistica. Para o historiador um dado é um elemento que talvez o ponha na pista de uma investigação, mas si os resultados da

pesquisa não forem satisfatórios depois do exame e da critica, o historiador contenta-se, apenas, com anotar ou registrar o dado. E nada mais."

O escritor que não proceder dessa forma, poderá ser um grande romancista, um grande novelista, um grande poeta. Será um Alexandre Dumas, um Miguel Zévaco, um Bernardo Guimarães, um Machado de Assis, um Olavo Bilac. Mas não será jamais um Cantú, um Rio Branco, um Taunay, um Capistrano, um Rocha Pombo, um Souza Docca.

A Historia requer paciencia, calma, ponderação, imparcialidade. O romance, a novela, o conto, a poesia, prescindem de tudo isso. Basta-lhes a fantasia e um senso estético.

Feita esta distinção entre a Historia e a literatura de ficção, vejamos agora, quais os seus fins e o papel que representa na vida dos povos.

A Historia nada mais é, na acepção mais ampla do termo, que a representação, ou reprodução sistematica e fiel "dos fatos e dos acontecimentos de toda a especie realizados no passado."

O passado é recordação. E si, como disse o poeta, "recordar é viver", viver o passado é voltar áqueles tempos idos, é trazer o passado para o presente, e iluminá-lo com as suas lições e os seus exemplos. E' ser, enfim, historiador.

O poeta cantando o seu passado é o historiador de si mesmo. Revive na saudade e procura, nela, tirar proveito para si, consolando-se. Aos outros deleita apenas. O historiador não. Contando o passado á luz de documentos autenticos e do testemunho dos coevos, de um povo, de uma nação, de um nucleo, revive aquele passado longinquo e mais instruí do que deleita, porque o papel da Historia é ensinar, e a Historia, como já foi dito e redito, é a mestra da vida.

Um povo sem historia é um povo sem alma. E só tem alma quem vive, pensa, medita, estuda, crêa.

Todos os povos tiveram e tem a sua historia quer escrita, que oral. Desde as épocas edenicás, historiadas por Moisés. Os bárbaros da Europa, os selvícolas das Americas e da Africa. Entre todos encontramos a narração dos proprios feitos desde épocas remotas. Um costume, uma lenda,

um cantico guerreiro ou religioso, e as narrações que se vem perpetuando de pai a filho, desde o inicio da tribu. Aparecem, então, envoltos em densas nuvens de mistério, poesia, lenda e religiosidade, os Atlas, os Hercules, os Gadir, os Manco-Capac, os Sumé, os Tamandaré e tantos outros, filhos de deuses, do sol, da lua, das estrelas, descobridores de terras, fundadores de imperios e de tribus.

Foi seguindo os seus exemplos, as suas lições de civismo e de fé, que todas as tribus se conservaram, aumentaram, progrediram, chegando algumas, como os Incas e os Aztecas, no Novo Mundo, a um gráu invejavel de progresso e civilização.

Foi, encaprichados pela Historia de uns que a tradição conservava e a lenda aureolava de feitos quasi divinos, que outros povos se formavam procurando seguir a mesma senda luminosa do progresso.

Mas foi sómente entre sedentarios, como o afirma Gonzálo de Reparaz, que se começou a crear uma verdadeira civilização.

O mais antigo e quicá o mais precioso livro historico que conhecemos é a Biblia. Nela é que encontramos a infancia do mundo e do homem. Ha quem queira contestar a autenticidade dos fátos nela narrados, colocando-os no ról das lendas. Mas a Biblia é um livro inspirado e, portanto, fiel, veridico no que afirma. Seus dados são exatos quando diz que o são. E somente, nesse livro preciosissimo, são falhos os dados genealogicos. Falhos a seu modo e para nós porque suas genealogias só se referem aos celebres e destacados. Os outros ficam fóra. Cita um personagem e depois um tataraneto com intervalos enormes, deixando sem menção quasi que uma geração inteira. Daí a impossibilidade de se fixar com precisão, e talvez mesmo aproximativamente, a idade do mundo e a idade do homem.

“Si atendermos á tradição católica, — diz o P. Blanco, — a idade do homem até nossos dias oscila entre 5686 e 8907 anos.”

Mas essa idade não é dogma, é simples tradição, resultado de estudos feitos somente sobre o texto biblico que,

como ainda afirma o já citado P. Blanco, “não fixa a anti-guidade do homem”. E acrescenta: “os problemas que apresenta a asiriologia, a egitologia, bem como as cronologias chinesas e caldaicas, mais que problemas exegeticos reduzem-se á problemas historicos que devem ser elucidados, não confrontando as cronologias biblicas que podemos dizer que não existem ou são inteiramente duvidosas, mas sim baseados na documentação que nos ofereçam a historia e a pre-historia examinada e estudada com todo o rigor da critica.”

Mas esse *rigor* não é observado, de modo que as diferenças entre um e outro autor são, simplesmente, desproporcionais, o que prova que nenhum, talvez, estuda o assunto com seriedade. Afirma por afirmar, gratuitamente. Assim, por exemplo, no quadro citado por Boule, incontestavelmente um dos maiores estudiosos no assunto, vemos que Arcelin e Ferry dão, era quaternaria, dez mil anos, — tempos post-glaciais, quatro a cinco mil anos, enquanto Forel dá cem mil anos para os tempos post-glaciais, e Penck quinhentos mil a um milhão para a era quaternaria, quinhentos mil a um milhão para a época glacial e vinte mil para os tempos post-glaciais.

Ora essa diferença, podemos dizer absurda, prova-nos que não levam muito a sério esses sábios arqueólogos e geólogos, o estudo da idade do homem e do mundo. Citam cifras a seu bel prazer, assim como quem compra um bilhete da loteria: um numero por palpite.

E’ por essas e outras cousas semelhantes que se ouve, não raro, dizer que a Historia é a ciencia dos palpites, das paixões politicas, das simpatias de raça, e predileções pessoais por este ou aquele herói ou pseudo herói.

Mas não é bem assim. Não são os historiadores parciais, historiadores de simpatias, os mestres. Estes são os outros, os que seguem á risca a metodologia da Historia, pondo de lado sentimentos, paixões e simpatias. O historiador não deve ter nacionalidade, não deve ser politico. O seu fim unico deve ser A VERDADE. Só ela deve norteá-lo, só ela deve brilhar em todas as obras que escrever. Mas si tal não fôr possivel, resta-lhe o recurso da interro-

gação. O caminho indicado mais ou menos para que outros pesquisesem e elucidem o fáto. Deve-se notar ainda que a Historia não é obra exclusiva deste ou daquele historiador, mas obra de colaboração, para que seja perfeita e completa, e possa ser, realmente, “a mestra da vida”.

O século XIX foi o maior no desenvolvimento da Historia, e o que mais influuiu sobre “o espirito científico e nacional, transformando profundamente as ciencias antigas, instituindo outras, despertando nacionalidades que durante muito tempo viveram desmembradas e subjugadas, e até contribuindo para a formação de nações novas.”

Exemplos flagrantes da influencia da Historia na vida dos povos são, por exemplo, as nações balcânicas de antes da grande guerra, a Alemanha e a Italia de nossos dias.

Nestes dois ultimos países a Historia palpita em quasi cada um de seus atos. A Historia lhes disse que era preciso ser forte para vencer no mundo. E êles procuram ser fortes. A Historia lhes disse que “a união faz a força”, e êles, cada um de per si, unidos como um só homem, avançam para a senda do progresso, despertando inveja e curiosidade.

Os Estados Unidos da America do Norte são outro exemplo da influencia da Historia. A Historia dos países vizinhos, sempre em revoltas, aos trancos e barrancos, ensinou-os que é preciso a paz e um verdadeiro sentimento de patriotismo, para atingir a um gráu maximo de cultura, de senso pratico, de felicidade e de riqueza. E tudo isso os Estados Unidos o conseguiram indubitavelmente.

Mas não precisamos ir mais longe, buscar exemplos da influencia da Historia. Olhemos o Rio da Prata: a Argentina e o Uruguai. Sacrificados, outróra, por ambições caudilhescas, são hoje verdadeiros exemplos a seguir. A Historia os ensinou, e as lições da Historia aproveitaram-lhes.

No nosso Brasil tambem são muitos os exemplos da influencia da Historia, não no conjunto, mas em alguns Estados, isoladamente. Pernambuco, Baía, Rio de Janeiro, por exemplo. Em particular menciono o nosso Rio Grande do Sul que é um exemplo vivo, revivendo cada dia que passa uma pagina brilhante de sua Historia heroica e patriotica.

Oprimido, soube, brilhantemente desvencilhar-se das opressões, mostrando que também sabia querer e tinha poder.

Tido por separatista, ergueu alto a bandeira da Patria e provou ao Brasil e ao mundo que ninguém era mais brasileiro do que o gaúcho. Como um só homem ergueu-se, mais de uma vez, em defesa da Patria, e como um só homem, — o episodio é de ontem, — ergueu-se em defesa da liberdade pátria.

E' esta historia brilhante e gloriosa que o Instituto Historico se propõe especialmente estudar. Estudar e divulgar para exemplos a seguir e lições a tirar, exemplos e lições de que muito precisa este nosso Brasil.

Quiséra dizer ainda algo sobre este Instituto. Mas não quero repetir-me. O que tinha a dizer já disse num dos numeros de sua excelente Revista, verdadeiro arquivo de preciosidades, que tanto deve a este beneditino da nossa Historia que é o Dr. Eduardo Duarte.

Mas não me é licito terminar estas descoloridas e quiçá inuteis considerações, sem frisar, neste mesmo terreno, o valor do folclore, e a necessidade que temos de estudá-lo com carinho e afincos.

E' um dever não só porque os estatutos deste Instituto o prescrevem, mas também, e principalmente, porque o folclore é, por assim dizer, a alma popular de um povo.

O folclore é o umbigo de uma nacionalidade, e seus cantos e contos os primeiros vagidos de uma nação. E' no folclore que se encontra o inicio de uma nacionalidade e é o folclore o melhor subsidio para o estudo da psicologia de uma raca, ou, como o quer Oliveira Viana, de "um tipo".

O folclore é, pois, Historia também. Historia e ciencia.

"E' a mais nobre e a mais progressista das ciencias humanas, — escreveu Afranio Peixoto, — pois que é a mais humana na sua veracidade, aproximando os homens e lhes mostrando a humanidade deles."

E que temos nós feito nesse terreno tão rico?

Pouco, ou nada. Cousa esparsa aqui e acolá.

Simões Lopes Neto, Cezimbra Jacques e Roque Calage foram os unicos, que me consta, que o levaram mais a sério,

tentando algo nesse sentido. Mas pouco fizeram. Pouco deixaram.

Simões Lopes Neto e Cezimbra Jacques, simples cole-tâneas nos legaram, e Roque Calage um ensaio, ainda que rico, mas ensaio apenas.

Um estudo sério, acurado, preciso, não foi feito ainda. Não temos um Afranio Peixoto, um Alberto Faria, e nosso Blaise Cendrars, — o autor da ANTHOLOGIE NÈGRE e tantos outros trabalhos de valor, — não nasceu ainda, creio.

Falta de gosto? Falta de tempo? — Ambos, talvez. Mas é necessario cultivar o folclore. Urge aproveitar esse patri-mônio tão rico e tão cheio de encantos na sua simplicidade não raro chã e nos seus erros de português, nas suas sincadas gramaticáis.

Aí é que está, porém, a beleza da obra. Aí é que está a sua veracidade, a sua sinceridade. Diz o que pensa e o que sente sem procurar termos, sem rebuscamentos. E' espontanea. Bróta do coração do povo com a alvura do lírio dos charcos. A lama não os macúla. Nascem no meio dela mas não se contaminam.

Alberto Faria em seu livro ACCENDALHAS dedica doze paginas a uma simples quadrinha popular portuguêsá, e tam-bem brasileira e, como tal, "de maior interesse folclorico". Essa quadra, simples e bela, ouviu-a Coelho Neto, cantada ao som da viola sertaneja, nos sertões do Ceará.

A quadra portuguêsá é esta:

"No ventre da Virgem Mãi
encarnou divina graça:
entrou e safu por ela
como o sol pela vidraça."

Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que a cita, presu-me-a obra de "um espirito culto", e incorporada mais tarde pelo populario português. O fato é que esta quadra tem grande numero de variantes.

A cearense é esta:

“O só travessô vidraça
sem tocá nem batê néla:
assim a Virgem Maria
parfu e ficô donzêla.”

A semelhança é grande e mostra a afinidade que ha entre um e outro povo.

Aqui no nosso Rio Grande, faz muitos anos, lá pela Serra, ouvi cantar, ao som de uma gáita de fôles, quadras que hoje encontro com variantes e semelhanças flagrantes no cancionero popular do Brasil. Entre estas a seguinte que, por achar original, registei:

“O sol pássa pelos vidro
sem deixá nele o sinal;
o Fi(1h)o de Santa Maria
nasceu sem le fazê mal.”

Não ha, aí, o mesmo traço psicológico e religioso da quadra portugêsa e sua irmã cearense? E não será isto uma prova da afinidade destes três grupos etnicos socialmente tão diversos, como o português, o cearense e o gaúcho?

Coincidencia, importação, tradição?... Talvez coincidência, talvez importação. Mas é mais certo ser tradição. Tradição açoriana para nós, e tradição reinol para o cearense. Em todo o caso um traço de união.

E', pois, bem verdadeiro o que a esse respeito escreveu Afranio Peixoto:

“O folclore, ... ciencia e não prevenção ou estultice, veiu reunindo documentos e provas, e aí está provada a identidade psicológica, ou alma comum da humanidade. O mesmo proverbio, a mesma trova, o mesmo conto, a tradição, o rito, o costume... Os mesmos, ou correlatos, na India, no Egipto, na Grecia, na Italia, na Ibéria. Em Herodoto, em Homero, como nos papíros, nas inscrições cuneiformes. Recentes ou antigas, nos Mongóis, Chins, Nipões, Boschimanos, Aztécas, Incas, Péles vermelhas, Guaranís... O folclore tende a ser um instrumento político de igualdade. A iden-

tidade psicológica desfaz os erros milenares, de diferenciação somática dos povos. O folclore é, assim, a historia internacional e eterna.”

Assim é, realmente. E essa afinidade vem corroborar a afirmação de Oliveira Viana quando diz que não existe uma raça verdadeira no órbe, pois a raça requer pureza. E como todos os povos têm misturas, não póde, nenhum dêles, formar uma raça, mas sim etnías, “tipos antropológicos”. Todos os “povos” têm qualquer cousa um do outro. Um quê qualquer que muitas vezes não conhecemos, não distinguimos bem mas existe, e existe, na sua quasi totalidade, no folclore.

Nós aqui no Brasil temos, por exemplo, um grande número de lendas bastante semelhantes ao NEGRINHO DO PASTOREIO. Entretanto esta lenda é original riograndense. A unica riograndense, como o quer Roque Calage. Ainda aí se vê, pois, a afinidade existente entre um e outro Estado.

Ha uma, porém, de que não conheço símile no resto do Brasil. E’ a lenda do arroio do Caverá, aquele arroio das aguas negras.

Tanto esta como a do *Negrinho do Pastoreio*, nos falam de negros sacrificados. Palpita em ambas o mesmo sentimento de piedade do gaúcho, e aquele mesmo horror do cativo, pois é sabido que a provincia do Rio Grande foi a que menos escravos possuia.

Uma dessas lendas celébra o negrinho que morreu de judiaria comido por formigas. A outra o negro que morreu defendendo a sua sinhá da agressão brutal do esposo cruel e féro.

Ha em ambas o mesmo traço psicológico do gaúcho. E é todo assim o folclore, — a poesia, a tradição e a lenda, — do nosso pago: simples, pura e béla, embóra trágica ás vezes, revelando a alma sentimental e bôa, o caráter altivo e nobre da nossa gente.

E porque não havemos, pois, de recolher esses tesouros? E porque não estudá-los carinhosamente?

Senhores.

Lutemos, trabalhemos pela prosperidade desta terra, pela grandeza deste povo nosso heroico e nobre.

Lutemos e trabalhemos cultivando as suas tradições, o seu folclore, a sua historia tão béla e grandiosa.

* * *

Rio Grande! Terra de meu berço, terra dos meus entes mais queridos! Tu que tens em tua Historia e em teu folclore paginas de inaudíta beleza; tu que sempre foste o guardião da Patria; tu que tanto sangue derramaste em defesa de teus direitos e em defesa da Patria; tu que sempre foste o campeão da liberdade; tu que gravaste um dia na tua bandeira tricolor — *vincere aut pro Patria mori* — vencer ou morrer com a causa da Patria; tu, terra bemdita, terra santa, terra gloriosa, recebe, nestas palavras sem brilho do mais humilde e obscuro dos teus filhos, o mais ardente tributo de amor, a mais santa jura de fidelidade eterna.

Vincere aut pro Patria mori.

Disse.

O centenario da navegação a vapor no Rio Grande do Sul

**Comunicação feita ao Instituto Historico e Geografico
do Rio Grande do Sul pelo dr. Eduardo Duarte**

Senhor presidente. Transcorreu ha bem poucos dias a data centenaria da navegação a vapor no Rio Grande do Sul. Um fato de tal magnitude passou quasi despercebido, pois, apenas uma folha da capital, o "Jornal da Manhã", noticiou o grande feito, trazendo alguns detalhes sobre esse notavel empreendimento que se deve á progressista cidade de Pelotas.

Hoje, com o resultado de pesquisas feitas no arquivo a nosso cargo, vimos fazer esta comunicação aos membros deste Instituto, divulgando notas bem interessantes sobre o grande surto inicial da navegação a vapor no Rio Grande do Sul.

OS INICIADORES DO MOVIMENTO

Foram quatro os iniciadores desse movimento de progresso nesta então provincia: Domingos José de Almeida, Antonio José Gonçalves Chaves, José Vieira Viana e Bernardino José Marques da Silva Canarim.

São nomes, sr. presidente, bem conhecidos na historia

regional, notadamente os dois primeiros, Domingos José de Almeida, o grande ministro do governo farroupilha, pelotense por adoção, pois vindo de Minas Gerais, em 1819, viveu em Pelotas uma longa existencia sempre consagrada aos maiores empreendimentos dessa ridente cidade; e Antonio Gonçalves Chaves, autor das “Memorias Economo-Políticas” obra transcrita em nossa Revista, preciosa fonte de estudos da historia do Rio Grande nos tempos dantanho.

E’ de notar que, havendo esses quatro cidadãos se constituido em sociedade para a construção do primeiro barco a vapor da provincia, Domingos José de Almeida, abandonado pelos seus companheiros, adiantou, êle só, o capital necessario para ultimar-se o negócio.

E assim, com esse recurso, foi feita a encommenda, nos Estados Unidos, de uma maquina a vapor, para ser montada numa barca construida nos estaleiros do arroio Santa Barbara, em Pelotas.

A EXPERIENCIA DA BARCA

Foi em meados de setembro de 1832, que a barca desceu do estaleiro e a 30 do mesmo mês fez a sua primeira experiencia com os melhores resultados, diante da população que admirava um espetáculo novo, não previsto, sem compreender como podia um barco cortar as aguas, correnteza acima, sem o auxilio do braço humano.

O grande evento tinha sido anunciado pelo “Noticiador”, em uma local muito simples, no qual se desvenda o pessimismo de quem escreveu, talvez na convicção de se tratar de uma obra irrealizavel. Dizia a noticia:

“No dia 7 do corrente (outubro) pelas 9 horas da manhã sairá de São Francisco de Paula (Pelotas) a — Barca Liberal — para se apresentar nesta e na de São José do Norte devendo voltar no mesmo dia ao porto donde safu, para ultimar a sua prontificação.” E só.

No número seguinte, porém, desse mesmo jornal, que era publicado na cidade do Rio Grande, vem inserta uma

longa descrição da viagem, com a qual tinha inicio a navegação a vapor em nossa terra.

Eis aqui a entusiastica noticia do jornal que temos á vista:

“No dia 7 do corrente, pelas 8 horas da manhã, safu da-
quela vila (Pelotas) a barca, conduzindo muitos generosos
cidadãos que quizeram ter o gosto de serem os primeiros
flutívagos argonautas,

Que, da Grecia saindo valorosos,
cortando mar intacto de outra quilha,
os primeiros audazes Navegantes
se fizeram da Fama a maravilha.

A's 11 horas já se achava na vila de São José do Norte,
onde foi geralmente recebida com sinais de publico regosijo
e onde aumentou o numero de passageiros para esta vila.

Ao meio dia appareceu a barca na ponta da Macega,

Cortando os mares neste alegre dia,
raro prodigio de Arte e de ousadia,

ela vinha empavonada, cheia de bandeiras, trazendo em cima
alguns dos passageiros e outros pelas janelas, aos quaes, com
bastante razão, nós lhes podiamos dizer:

Atrevidos mortais, que gran loucura
vos traz n'igneo batel cortando os mares?

Ao confrontar com o primeiro edificio desta vila, todas
as embarcações e iates içaram a um tempo suas bandeiras,
flamulas e galhardetes, e um consideravel número de foguetes
subiram immediatamente ao ar.

Orna a verdade, mas não mente a Musa.

As janelas estavam occupadas de senhoras e as praias
atulhadas de povo, que, com acenos de lenços, gritos de vivas

e continuação de foguetes, fazia uma bela vista e não punha em dúvida o entusiasmo de que todos estavam possuídos.

Esse brilhante espetáculo pomposo
a meus olhos atônitos se offrece!
Que alegre gosto, brado estrepitoso,
o sangue agita, os animos aquece!

Ao fazer o bordo para atracar no trapiche, que também estava cheio de gente, soaram de parte a parte festivos vivas e saudações, acompanhadas de fogo que se arremessava ao ar.

Depois de ancorada a barca unida ao trapiche, desembarcaram muitos passageiros e outros cidadãos subiram á dita barca, cada um com a sua notavel curiosidade e interesse, examinando-a atentamente, por ser bem de supor que algum dos observadores não tivessem visto uma embarcação semelhante.

A's 2 horas da tarde partiu, levando talvez mais passageiros que conduzira."

O jornal que insere esta tão poetica quão entusiastica noticia aqui está sobre a mesa. Faz parte das coleções de jornais antigos arquivados na secção de historia do Museu Julio de Castilhos.

AS VIAGENS DA "LIBERAL"

A celeridade com que navegava a barca "Liberal" é digna de nota, observa distinto cronista: em menos de três horas fez a travessia Pelotas-São José do Norte, sem que tenha havido, na viagem, o mais ligeiro acidente.

Semelhante exito devia animar, certamente, os seus proprietarios, que resolveram percorrer "mares nunca dantes navegados", como dizia o reporter do "Noticiador"; assim é que decidiram empreender viagem em demanda da capital.

E' o que nos diz esta notícia:

"A Barca de Vapor — Liberal — em principios do proximo futuro mês de novembro, sairá desta vila, pela do Norte

e São Francisco de Paula, para a capital de Porto Alegre, recebendo passageiros, e carga, e dali ha-de voltar pelos mesmos portos.”

E a viagem foi feita, com grande êxito, pois uma folha local inseriu a seguinte noticia:

“A Barca de Vapor — Liberal — seguiu hoje (20 de novembro) para Rio Pardo, aonde já deu outra viagem.

No dia seguinte que chegou do Rio Grande, foi á villa do Triunfo, levando para cima de cento e cincoenta passageiros: tem-se disposto uma viagem para a colonia de São Leopoldo, que levará muita gente: por este motivo, julgamos que terá demora; porém póde calcular-se com evidencia, que em todas estas viagens, que não excederão a um mês, deverá lucrar a dita Barca muito mais de dois contos de réis.”

Esta noticia, em que o reporter manifestava seu assombro pelo lucro de dois contos de réis que a Barca alcançaria em menos de um mês, em continuas viagens, publicou-a o “Recopilador”, jornal que aparecia na capital.

Como era caro o dinheiro naqueles tempos!

No período que decorre desde o inicio da sua navegação até o irrompimento da grande revolução, encontramos continuas referencias á barca “Liberal”. As viagens eram periodicas, em dias determinados, havendo, ao que parece, muita regularidade no serviço.

A NAVEGAÇÃO INTERROMPIDA

A grande revolução que convulsionou a provincia no memoravel decenio 1835-45, veio interromper essa navegação.

Já em 16 de janeiro de 1836, o dr. Marciano Pereira Ribeiro, vice-presidente levado a exercicio pela Revolução, requisitava a barca “Liberal” mandando-a pôr ao serviço do presidente dr. José de Araujo Ribeiro.

Ainda no msemo ano aparece Bernardino José Marques Canarim, proprietario da barca, requerendo pagamento de frete, o que deu lugar ao seguinte officio da presidencia:

“Para o capitão Manoel José de Simas.

Havendo-me Bernardino José Marques Canarim, proprietário da barca “Liberal”, requerido o pagamento do frete da mesma desde 15 de fevereiro do corrente ano: e não se tendo ainda fixado a avaliação do frete, por desacôrdo que houve entre os juizes arbitros, tenho a ordenar-lhe que mande satisfazer áquele proprietario os fretes vencidos desde 15 de fevereiro á razão de 600\$000 rs. por mês, até que os referidos arbitros decidam afinal. Cumpre-lhe no pagamento que por esta fórmula tem de fazer, descontar a garantia por êle proprietario já recebida no Tesouro Publico Nacional em virtude de uma letra que a seu favor saquei.

Deus guarde a vmcê. Porto Alegre, aos 7 de outubro de 1836. — José de Araujo Ribeiro.”

Pelo teôr dêste officio vê-se que as partes contendoras não chegaram a um acôrdo, em referencia ao frete a pagar, pois, meses depois, foi a barca desarmada, como se vê desta ordem da presidencia:

“Sr. Chefe de Divisão João Pascoe Greenfell.

Cumpre que v. s. mande desarmar a Barca a Vapor Liberal e entregá-la a seu dono, dando-lhe um documento do dia em que a embarcação foi despedida para poder haver o pagamento do frete.

Rio Grande, 28 de fevereiro de 1837 — Antero José Ferreira de Brito.”

Ainda nesse mesmo ano, no governo de Feliciano Nunes Pires, foi mandado que se procedesse á avaliação da barca “Liberal”, quanto ao seu “tempo de duração, especialmente as caldeiras, casco, aparelhos e utensilios”, para efeitos de compra, ao mesmo tempo que era reclamada a sua vinda para a capital e com urgencia.

Nesse tempo mais dois barcos a vapor lhe faziam companhia: “A Aguia” e a “Comercio”.

A avaliação foi feita porém só em abril de 1838, foi o laudo remetido ao governo imperial, já no governo de Antonio Elzeario de Miranda e Brito. Continuava, entretanto, a serviço do governo, tanto que em maio dêsse mesmo ano

nela viajava o brigadeiro Bonifacio Izas Calderon para o sul do Estado.

UM DESASTRE

Em 28 de agosto dêsse mesmo ano sofreu a barca um desastre, conforme se vê do officio seguinte:

“Sr. Chefe de Divisão John Pascoe Greenfell.

Pelo officio de v. s. de 17 do corente fiquei sabendo do desastre que inutilizou a Barca de Vapor — Liberal — e cuja falta é bastante sensível, e por isso mande-a v. s. entregar ao respectivo poprietario na intelligencia de que nesta data officio ao sr. Ministro da Marinha rogando-lhe me envie o mais breve possivel, outra, que tambem demande poucos palmos dagua.”

No mês seguinte Bernardino Canarim requer indenização do prejuizo sofrido, instruindo o seu requerimento com diversos documentos.

Não sabemos si o proprietario da “Liberal” recebeu a indenização pedida; o certo é que entrou na posse da embarcação, tanto que vemos, em seguida, a “Liberal” transformada em navio-correio, como se conclue dêste documento.

“Sr. Chefe de Divisão João Pascoe Greenfell.

Havendo Bernardino José Marques Canarim armado á sua conta a Barca a Vapor — Liberal —, afim de servir de correio entre esta cidade e a de Porto Alegre; e pretendendo amanhã fazer o seu primeiro ensaio seguindo para aquele destino, convem por isso que v. s., na intelligencia de que concedi tal permissão, haja de expedir as suas ordens, afim de que os navios de guerra não ponham á dita barca o menor embaraço, antes sim lhe facultem auxilio caso dêle precise. Rio Grande, 10 de outubro de 1838 — Antonio Elzeario de Miranda e Brito.”

Até aqui chegamos, para em seguida perder de vista a embarcação que deu inicio em nosso Estado á navegação a vapor, cujo centenario está transcorrendo.

Como se vê, teve a “Liberal” uma vida agitada, nos primeiros anos toda entregue ao commercio, em seguida, armada

em guerra, integrada na marinha legalista, sob o comando de Greenfell empenhada na luta, para, logo depois, ser aproveitada no serviço do correio, por iniciativa do proprietario, que, dessarte, um novo melhoramento introduzia na terra rio-grandense.

Sr. presidente. Na passagem dêste centenario prestamos o culto de nossa reverente homenagem á memória dos iniciadores da navegação a vapor no Rio Grande do Sul: — Domingos José de Almeida, Antonio José Gonçalves Chaves, José Vieira Viana e Bernardino José Marques Canarim.

Atas das sessões do Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul, no ano de 1932

ATA DA 16.^a SESSÃO EXTRAORDINARIA

Aos dois dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e dois, no salão de conferencias da Bibliotéca Publica, presentes muitos associados, familias, autoridades civis e militares e inumeros cavalheiros, o senhor Florencio de Abreu, assumindo a presidencia, produz um substancioso discurso no qual justifica a convocação desta sessão extraordinaria, que era comemorar a passagem da data que assinala o cincoentenario da morte de José Garibaldi, general italiano, que tão remarcada atuação teve no memoravel decenio farroupilha. Declarada aberta a sessão, passou-se á leitura da ata da sessão anterior, sendo aprovada. O secretario faz a leitura da efeméride do dia, dissertando, no final, sobre o encontro, no rio São Gonçalo, entre forças farroupilhas e imperiais e sobre a figura historica de Antonio de Souza Neto, um dos chefes do grande movimento, pois no mesmo dia se celebrava o aniversario do seu falecimento, na campanha do Paraguai. O senhor presidente, terminada a leitura da efeméride do dia, dá a palavra ao senhor Otélo Rosa, préviamente designado para falar sobre o motivo da sessão. O nosso confrade passa a ler o seu magnifico trabalho no qual estuda longamente a personalidade do general José Garibaldi e os seus feitos, notadamente na parte atinente á sua atuação

na campanha regional de 1835-1845. A conferencia do senhor Otélo Rosa foi ouvida com a maxima attenção, despertando no auditorio excellente impressão. O nosso confrade recebeu, ao termo da leitura, vibrante salva de palmas, sendo em seguida muito felicitado pela assistencia. O senhor presidente, depois de agradecer a comparencia de todos, declarou encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, segundo secretario, lavrei a presente ata.

(ass.) *Florencio de Abreu*

ATA DA 17.^a SESSÃO EXTRAORDINARIA

Aos trinta dias do mês de junho de mil novecentos e trinta e dois, no salão de conferencias da Bibliotéca Publica, presentes os socios que firmaram o livro de presenca, grande número de pessoas, entre as quais muitas exmas. familias, o senhor Florencio de Abreu, assumindo a presidencia, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o senhor presidente declara que achando-se pronto o processo de admissão dos senhores doutor Leonardo Macedonia e Valter Spalding, como socios efetivos do Instituto, fa submetê-lo á aprovação da assembléa, o que, feito, verificou-se unanime aceitação dos referidos senhores para membros efetivos da associação. Declara ainda o senhor presidente que a presente sessão fôra convocada com o fim especial de receber no seio do Instituto o sr. Professor Jorge Bahlis, que se achava na casa; designados os senhores Francisco Rodolfo Simch e Otélo Rosa para introduzirem na sala o senhor Jorge Bahlis, foi este recebido e prestou compromisso na fôrma regulamentar, firmando em seguida o livro de presenca. Feita a leitura da efeméride do dia pelo secretario, teve a palavra o recipiendário para lêr o seu discurso de apresentação. O senhor Jorge Bahlis passa a fazer a leitura do seu interessante discurso e durante quarenta minutos ocupa a attenção do auditorio, recebendo, ao finalizar, fartos aplausos da assistencia. Dada a palavra ao senhor João Maia, préviamente designado, faz este illustre consocio

vibrante saudação ao novo associado, de quem o Instituto espera valiosa colaboração no decorrer dos seus trabalhos. O senhor João Maia recebe, igualmente, calorosos aplausos ao terminar o seu discurso. E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente declara encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretario, lavrei a presente ata.

(ass.) *Florencio de Abreu*

ATA DA 9.^a SESSÃO DE ASSEMBLÉA GERAL

Aos vinte e um dias do mês de julho de mil novecentos e trinta e dois, na séde provisoria do Instituto, presentes os senhores João Maia, Adroaldo Mesquita da Costa, Otélo Rosa, Darcí Azambuja, Jorge Bahlis, Afonso Guerreiro Lima, Armando Dias de Azevedo, Antão de Faria, Francisco Rodolfo Simch e Eduardo Duarte, o senhor João Maia, vice-presidente em exercicio, assumindo a presidencia e verificando número legal, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se á leitura do expediente que constou da apresentação do processo de admissão, como socios correspondentes, dos senhores general Augusto Tasso Fragoso, desembargador José Boiteux, dr. Henrique Fontes e major José Otaviano Pinto Soares. O senhor presidente declara que, de conformidade com o artigo 6.º, § 5 do estatuto, ia proceder á eleição, o que em seguida feito verificou-se a aceitação unanime dos propostos socios correspondentes. Declara a seguir, o senhor presidente, que a ordem do dia da presente sessão, conforme foi divulgado na fórmula costumada, era a eleição da nova diretoria e comissões permanentes para o proximo trienio, para o que ia suspender a sessão, como de fato suspendeu, para a organização das cédulas. Reaberta a sessão, após quinze minutos, seguiu-se o processo da eleição, sendo apurados os votos e proclamado o seu resultado, que foi o seguinte: Presidente, desembargador Florencio Carlos de Abreu e Siva; Vice-Presidente, coronel João Maia; Secretario, dr. Eduardo Duarte; Tesoureiro, professor Afonso Guerreiro Lima; Orador, dr. Adroaldo Mesquita da

Costa; Bibliotecario, sr. Valter Spalding. Comissões Permanentes. *Fundos e Orçamento*: dr. Adroaldo Mesquita da Costa, dr. Leonardo Macedonia, tenente-coronel Emilio Fernandes de Souza Docca e dr. Alfredo Clemente Pinto. *Historia*: coronel João Maia, Otélo Rosa, dr. Darcí Azambuja e professor Jorge Bahlis. *Geografia*: professor Afonso Guerreiro Lima, dr. Antão de Faria, snrs. Aurelio Porto e Alcides Maya. *Arqueologia, Etnografia e Palcontologia*: dr. Francisco Rodolfo Simch, dr. Leonardo Macedonia, professor Jorge Bahlis e dr. Armando Dias de Azevedo. *Folclore e lingua dos indigenas*: coronel Manoel de Faria Corrêa, snr. Valter Spalding, dr. Antão de Faria e dr. Darcí Azambuja. *Estatuto e Comissão da Revista*: dr. Adroaldo Mesquita da Costa; tenente-coronel Emilio Fernandes de Souza Docca, snr. Otélo Rosa e dr. Eduardo Duarte. *Admissão de socios*: dr. Armando Dias de Azevedo, professor Afonso Guerreiro Lima, coronel João Maia e dr. Eduardo Duarte, todos com dez votos cada um. E nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretario, lavrei, para constar, a presente ata.

(ass.) Florencio de Abreu

ATA DA 18.^a SESSÃO EXTRAORDINARIA

Aos quatorze dias do mês de setembro de mil novecentos e trinta e dois, no salão de conferências da Biblioteca Pública, presentes os socios que firmáram o livro de presença, grande número de pessoas entre as quais exmas. Famílias, o senhor Florencio de Abreu, assumindo a presidencia, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior passou-se á leitura do expediente, que constou da proposta da inclusão do dr. Agustin Venturino, ilustre sociólogo chileno presentemente nesta capital, estando essa proposta acompanhada de pareceres favoraveis das comissões de historia e admissão de socios. O senhor presidente submete o assunto á discussão e em seguida votação, verificando-se ter sido aceito, por unanimidade de votos, o senhor Agustin Ven-

turino como socio correspondente do Instituto. O senhor presidente declara que achando-se na casa o novo consocio vai fazê-lo introduzir na sala, o que em seguida é feito, sendo o senhor Venturino recebido por prolongada salva de palmas. O senhor Florencio de Abreu faz ao recipiendario vibrante saudação na qual enaltece o mérito do distinto sociólogo, fazendo ligeira síntese das suas obras sobre sociologia pre-historica, cujos exemplares foram ofertados á bibliotéca do Instituto. Finda a saudação, o senhor presidente concede a palavra ao senhor Agustin Venturino e este ocupa a atenção do auditorio por espaço de hora e meia versando a tése sobre — “Sociologia pre-historica americana”. O ilustre consocio termina a sua conferencia entre palmas da assistencia e recebe em seguida calorosos cumprimentos. Em tempo: o secretario fez a leitura da efeméride no inicio da sessão. E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretario, lavrei a presente ata.

(ass.) *Florencio de Abreu*

ATA DA 19.^a SESSÃO EXTRAORDINARIA EXTRAORDINARIA

Aos dezenove dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e dois, no salão de conferencias da Bibliotéca Publica, presentes os socios que firmaram o livro de presença, grande número de pessoas entre as quais o representante de s. ex. o senhor general Interventor no Estado e exmas. familias, o senhor Florencio de Abreu, assumindo a presidencia, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, o secretario faz a leitura da efeméride do dia e, em seguida, com autorização do senhor presidente, lê uma comunicação sobre o inicio da navegação a vapor no Rio Grande do Sul. Antes, porém, dessa leitura, o senhor presidente declarou que a presente sessão extraordinaria tinha sido convocada com o fim de receber no seio do Instituto os dois novos socios senhores dr. Leonardo Macedonia

e Valter Spalding. Estes novos consocios foram introduzidos no salão, prestando o compromisso previsto no estatuto e assinando o livro de Presença. O senhor presidente concede a palavra aos recipiendarios, em primeiro lugar ao senhor Leonardo Macedonia e, em seguida, ao senhor Valter Spalding. Ambos leem o seu discurso de apresentação, findo os quais recebem muitos aplausos. O nosso confrade, senhor Adroaldo Mesquita da Costa, a quem é concedida a palavra, lê uma brilhante saudação aos novos consocios, recebendo, igualmente, prolongados aplausos. O senhor presidente agradece aos assistentes o seu comparecimento e declara encerrada a sessão. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretario, lavrei a presente ata.

(ass.) *Florencio de Abreu*

ATA DA 14.^a SESSÃO DE DIRETORIA

Aos dez dias do mês de novembro de mil novecentos e trinta e dois, no Museu Julio de Castilhos, séde provisoria do Instituto, presentes os membros que firmaram o livro de presença, o senhor Florencio de Abreu, assumindo a presidencia, declarou aberta a sessão. Lida e aprovada a ata da sessão anterior, passou-se a leitura do expediente que constou de elevado número de peças, entre as quais um longo telegrama da Delegação Brasileira á Assembléa Inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e Historia a realizar-se no Rio de Janeiro de 26 de dezembro a janeiro proximo futuros. Pede essa delegação a designação de representantes do Instituto á referida Assembléa com a contribuição de trabalhos originaes á mesma Assembléa. Posto o assunto em discussão, resolveu-se convidar os nossos confrades Souza Docca, P. Geraldo Pauwels, Borges Fortes e Francisco de Paula Cidade para, como representantes dêste Instituto, tomarem parte na citada reunião. Foi igualmente deliberado officiar-se ao sr. Augusto Carvalho, diretor da Repartição de Estatistica, solicitando a remessa de exemplares de publicações dessa Repartição afim de figurarem nessa As-

sembléa. Igualmente se officiará aos confrades residentes no Estado, enviando copia do telegrama e solicitando trabalhos originaes. Antes de passar á leitura dos balancetes da tesouraria, o snr. presidente refere-se a subvenção que o Instituto recebe do Estado, para auxilio de suas publicações, e informa que essa subvenção foi autorizada pela Assembléa dos Representantes e, como tal, nela não poderá haver córte, como se supõe, e nesse sentido determinou que se officiasse ao sr. general interventor no Estado solicitando ordm de integralização do pagamento da dita subvenção no corrente ano. O nosso confrade sr. Guerreiro Lima expõe os negocios da tesouraria e apresenta um saldo de três contos trezentos e noventa e sete mil, havendo entretanto algumas contas a pagar, as quaes, com a proxima edição da Revista, absorverão esse saldo. E nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu os trabalhos por encerrados. Do que, eu, Eduardo Duarte, secretario, lavrei a presente ata.

(ass.) *Florencio de Abreu*

Nótulas Bibliográficas

por VALTER SPALDING.

CASAES, pelo *General Borges Fortes*, Edição do Centenario Farroupilha, Rio, 1932.

O general João Borges Fortes desde a publicação de seu primeiro trabalho, *O Tupí na Corografia do Rio Grande do Sul*, revelou-se um estudioso de escol, um trabalhador incansavel, um historiador inconfundivel.

De todos os seus livros, porém, é de justiça destacar-se — CASAES —.

E' uma obra completa e, até o presente, unica no genero.

Em TRONCOS SECULARES e CRISTOVÃO PEREIRA, o general Borges Fortes estuda as primeiras incursões, o desbravamento, enfim, do Rio Grande do Sul. Em CASAES, examina, estuda e fixa, em conjunto e em pormenores interessantes e novos, por inéditos, a chegada dos casáis açorianos á gleba gaúcha, sua vida atribulada e, finalmente, sua radicação na nova patria.

Sobre este assunto, nada possuia ainda publicado a historia do Rio Grande. Nada, em conjunto, tão perfeito e completo como CASAES.

Augusto Porto Alegre que foi o primeiro, ao que me consta, que escreveu sobre este assunto em seu livro *A Fundação de Porto Alegre*, pouca cousa de novo nos disse. Repetiu erros até então tidos como certos: o número dos casáis,

orçados em 2.000, e a data de sua entrada no Rio Grande, 1742, entre outros.

E estas mesmas cousas foram ditas e repetidas desde Robert Southey, Rocha Pombo, Galanti, Teschauer. Havia, aliás, razão para se dar como certos tais dados: o contrato de Feliciano Velho Oldenberg. Mas ninguém, ao que parece, se empenhou em maiores pesquisas. Ninguém examinou as correspondencias de governadores e vice-reis e cartas regias daquela mesma época. E os erros perpetuaram-se de tal forma que se poderia jurar sobre sua veracidade. Entretanto... de documentos na mão surge-nos o general Borges Fortes e põe tudo por terra. E os 2.000 casais classicos transformam-se, apenas, em 278. E o ano de sua entrada no continente que estava fixado em 1742 passou a ser 1752.

Aliás, já desde algum tempo que não mais admitia a data de 1742 para a entrada dos primeiros casais açorianos no Rio Grande do Sul. Eu havia fixado, á vista de documentos sobre a entrada de casais na ilha do Desterro, a data provavel de 1749. Mas vejo agora, pelo primoroso trabalho do general Borges Fortes, que me enganára pois que nesse ano casais davam, tambem, entrada em Santa Catarina, como já o haviam dado em 1748. Os que haviam entrado neste último ano, presumi que tivessem vindo logo para o Rio Grande. Mas não: o ilvro do general Borges Fortes nos esclarece completamente este ponto no capitulo VIII, e vemos assim que somente em meados de 1752 é que aportaram os primeiros casais, — 106, — e logo em seguida mais 75, perfazendo, em 26 de agosto desse ano um total de 181. Até fins desse ano elevou-se o número para 278 casais, e em 1753 continuava ainda no mesmo.

E assim, com esta valiosa obra o general Borges Fortes refaz a verdade, — aliás, quero crer, involuntariamente deturpada por motivos já expostos, — sobre os casais, preenchendo, ao mesmo tempo, a grande lacuna que a falta de um livro semelhante fazia na historia do Rio Grande.

Além disso, — devo notar ainda, — a leitura de CASAES faz-nos voltar áquelas épocas remotas. Faz-nos ver o Rio Grande quasi que completamente deshabitado. As margens

de nossos rios sem uma só casa. Tudo mato e campo. Porto Alegre, uma vista esplendida! Campinas verdejantes, vales e morros e muito mato. Tudo virgem. A natureza bruta, mas linda, exuberante, dadivosa, pura e boa. Uma especie de Eden terreal, hoje transformado nesta metropole progressista, cheia de vida, moderna, com inumeras chaminés e muito barulho. Uma grande cidade, enfim, que deve sua vida e sua situação privilegiada aos casáis e a Marcelino Figueiredo.

Parabens á Comissão do Centenario Farroupilha, no Rio de Janeiro, que tão brilhantemente inicia as suas publicações, e parabens ao Rio Grande do Sul, e ao nosso Instituto Historico que tem a fortuna de contar no número de seus membros tão brilhante historiador.

REVISTA DO INSTITUTO HISTORICO E GEOGRAFICO
PARAIBÂNO, Vol. 7.º, Imp.
Official, 1932.

E' com verdadeiro prazer que registamos nas paginas de nossa Revista a visita de nossa brilhante colega do Estado da Paraíba.

Publicada sob os auspicios do ilustre interventor federal do Estado, Dr. Antenor Navarro, que um desastre de aviação roubou ao número dos vivos, e sob a direção de nossos confrades Florentino Barbosa e Flavio Maroja, traz este vol. 7.º da Revista do Instituto Historico e Geografico Paraibano, excelente materia historica, devendo destacar-se o judicioso trabalho do Conego Nicodemos Neves, — A INQUISIÇÃO NA PARAÍBA — O SUPPLICIO DE BRANCA DIAS —, as NOTAS PARA A HISTORIA DA REPUBLICA DE 1817, oferecidas ao co-irmão paraibano pelo Dr. Jaguaribe, e os APONTAMENTOS PARA A HISTORIA DA REVOLUÇÃO, pelo Dr. Antenor Navarro. Além dêsses trabalhos que destacamos traz ainda muita materia apreciavel, os ESTATUTOS do Instituto, Relatorios, atas, etc. e uma homenagem póstuma ao Dr. Antenor Navarro.

Muito agradecemos a visita da excelente colega e enviamos nossas felicitações ao Instituto Historico e Geografico Paraibâno.

INSTITUTO HISTORICO E GEO-
GRAFICO DE SERGIPE —
*Relatorio de 1931-1932. Ges-
tão F. Nobre de Lacerda. Of.
Graf. Voz do Operario.*

O Sr. Francisco Carneiro Nobre de Lacerda é um estudioso e um trabalhador digno de ser imitado. O relatorio que apresentou aos seus consocios do Instituto Historico e Geografico de Sergipe, é uma prova de seu entranhado amor ás letras historicas e á tradição de sua pequena mas valente gléba. Apreciamos aí a maneira elevada com que procura levar a cabo a velha pendencia de limites de seu Estado natal com o da Baía, “o vizinho e amigo Estado da Baía”, como diz.

Com nossas efusivas saudações, muito agradecemos a remessa dêsse Relatorio e fazemos votos pela prosperidade e engrandecimento do co-irmão sergipano.

ASSUNTOS TATICOS, pelo *Coro-
nel Alvaro de Alencastre*, Rio,
Papellaria Velho, 1932.

Quasi nada mais além do estritamente necessario para cumprir com a obrigação de reservista, sabemos sobre assuntos militares. Por isso vimo-nos um tanto atrapalhados para ajuizar do livro do Coronel Alencastre, nome que, aliás, já ha muito conhecemos de obras literarias que assina, e por isso fizemos questão de dizer algo sobre este seu último trabalho. Assim é que, incompetente para avaliar sem auxilio o valor da obra, procuramos entender-nos com um jovem official do exército, estudioso e inteligente, e das idéias que

sobre ASSUNTOS TATICOS trocamos, e dos estudos que fizemos, é-nos prazeroso declarar que o Coronel Alencastre tratou o assunto com verdadeira maestria.

Faz o autor uma introdução muito judiciosa sobre o nível intelectual dos oficiais do nosso exército, sobre a mentalidade militar e sobre os beneficios das Escolas de Aperfeiçoamento e de Estado-Maior.

Quanto á primeira, friza o A. que é “uma escola destinada ao aperfeiçoamento dos ensinamentos que o official recebeu na Escola Militar e do seu tirocinio nos corpos de tropa.” Entretanto, segundo o entender de outros militares, a Escola de Aperfeiçoamento tem uma missão mais ampla. Na Escola Militar o aluno tem o seu tempo absorvido com os muitos estudos, e é somente no 3.º ano do curso que trava conhecimento com assuntos taticos. Esses estudos, — como muito bem diz o proprio coronel Alencastre —, exigem muito raciocinio e muita reflexão. Ora, na escola, o aluno não tem tempo para refletir e pensar muito. As horas são contadas. Por isso o cabedal tatico do novo official é simplesmente imperfeito. Nos corpos de tropa, geralmente, ao que consta, a instrução de officiais não tem o desenvolvimento que deveria ter, mormente nos corpos situados fóra da Capital Federal, pois que lhe faltam os recursos necessarios. Assim, pois, o novo official que quizer se dedicar devéras ao assunto somente terá que ingressar na E. A. O.

Fala, ainda, o autor na missão francêsa elogiando a sua atuação como mestres. Todos os que estudaram com êles, são unanimes em afirmar a sua gratidão, citando, não raro, em particular o coronel Panchaud que dizem ser official dedicadissimo e muito esforçado, procurando por todos os meios com que os alunos aproveitem o seu vasto cabedal técnico e profissional.

Quanto á parte militar propriamente dita do livro, devemos convir que o trabalho não traz grande novidade, mas é de justiça dizer que o A. adotou um metodo admiravel de expor os diversos assuntos. E é aí que está o maior merito da obra e é isto que muito a recomenda. Depois dessa exposição clara e lógica, passa o A. a resolver têmeas. Nota-se,

aí, a falta absoluta de um mais eficiente serviço de levantamentos e confecção de mapas. Passa-se tudo naquele verdadeiro "lugar-comum" que é a classica Carta de Vila Nova. E as nossas fronteiras, de Norte a Sul e as fronteiras do Rio Grande com os vizinhos países, porque não fazem levantamentos e cartas aperfeiçoadas dêsses pontos? Acaso, com o unico estudo das possibilidades de Vila Nova ficarão resolvidos e estudados todos os pontos de nossas fronteiras onde, com mais probabilidades, terão de agir as nossas tropas?

Disso, afinal, não tem culpa o A. mas como militar e interessado no assunto talvez possa fazer qualquer coisa nesse sentido trazendo aos nossos oficiais, especialmente aos novos, novos problemas e novos têmeas.

Em resumo: consideramos ASSUNTOS TATICOS uma obra de merecimento e que muito recomenda o seu autor.

ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO, N.º 1, Ju-
lho-Agosto de 1932, sob a
direção de Emilio Kemp, edi-
tora: Livraria do Globo,
Porto Alegre.

A ENCICLOPÉDIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, cujo primeiro numero nos foi gentilmente oferecido, é uma publicação nova no seu genero no nosso Estado. Obra especialmente para professores e para os que se dedicam ao professorado, a nova publicação traz grande copia de interessante materia educativa.

Com muita razão diz o prof. Emilio Kemp na pagina de apresentação que "para nós ainda é impressionante e ainda exige esforço alevantado e demorado, a campanha de alfabetização, tão grande é o coeficiente dos que não sabem ler dentro do territorio nacional."

Assim é, realmente, e na mór parte das vezes, como aliás

reconhece o Dr. Emílio Kemp, por culpa dos dirigentes dos Estados. Fizessemos menos politica e tratassemos mais da instrução e educação, e outra seria a plana intelectual do nosso povo.

Quanto ao plano da revista, baste-nos citar estas palavras de sua pagina de apresetnação: “Não só os projéto de lições, leis, regulamentos e programas de ensino, como as questões mais altas de educação, a ENCICLOPÉDIA fixará nas suas paginas”...

E', pois, uma revista de divulgação que, oxalá, consiga a sua finalidade que é auxiliar os professores na difficil tarefa de ensinar a nossa mocidade não só a ler e escrever, mas também quanto á educação higienica e sanitaria das escolas.

Almejamos que o nobre empreendimento se desenvolva e frutifique para honra e felicidade de nossa patria.

O REGIONALISMO NO RIO
GRANDE DO SUL, pelo
Coronel Alvaro de Alencastre,
Edição do Centenario Far-
roupilha, Papellaria Velho,
Rio, 1932.

Este volume é o 2.º da série a ser publicada pela Comissão do Centenario Farroupilha, no Rio de Janeiro.

São os seguintes os capitulos dêste trabalho do Coronel Alencastre: O Regionalismo no Rio Grande do Sul; — O regionalismo é geral; — Regionalismo e nacionalismo; — Eclosão do regionalismo pampeano; — Universalização do regionalismo; — A literatura e a arte; — A moral no regionalismo; — O regionalismo e a concepção filosófica da arte; Mme. Bovary e outras considerações; — Algumas opiniões; — O regionalismo e a geografia; — Machado de Assis e o regionalismo.

Somos partidarios da literatura regionalista. Julga-

mo-la, mesmo, uma necessidade, mormente num país vasto como o Brasil, em que nenhum Estado conhece ao seu irmão situado mais para o norte ou mais ao sul, como devêra. E este desconhecimento de toda a vida íntima, — *modus vivendi*, commercio, industrias, ciencias, letras e artes, — crêa como que um Estado dentro do Estado. A grande patria brasileira, devido esse desconhecimento, parece mais uma aglomeração de pequenas patrias, desconhecidas umas das outras quasi que completamente, como o Brasil o é na Europa onde ainda hoje collocam o Rio de Janeiro na Argentina.

Como país extremamente regionalista, cremos não haver outro que mais o seja do que a Belgica. Depois, a França onde cada escritor, com obras coroadas pelas varias academias, canta e elêva o recanto de seu berço. Tem até um vento regional, o “mistral”, como nós, no Rio Grande, temos o “minuão”. O celta é elevado pelos seus admiradores. Gasconne, Languedoc, Auvergne, Provence, Savoie e outros recantos são constantemente lembrados pelos escritores franceses. Frederico Mistral é, talvez, o maior poeta de França. Era provençal e nessa *lingua francesa* escreveu todas as obras que lhe deram renome mundial. E entre nós, não existe um poeta conhecido em todos os recantos, amado e admirado por todo o brasileiro e que é, contudo, essencialmente regionalista? Qual será o brasileiro que não tenha lido Catulo da Paixão Cearense? Qual o brasileiro que não o admire?

Não vejo, pois, motivo algum para ser condenado o regionalismo, e nesse ponto applaudimos o trabalho do coronel Alencastre, lamentando, apenas, que tenha sido um tanto prolixo.

Além disso, devemos notar ainda alguns deslizes do A. e o pessimo trabalho tipografico.

Assim, por exemplo, o A. cita autores cariocas por rio-grandenses, como por exemplo Irineu Trajano, primoroso poeta e, em verdade, grande amigo do Rio Grande; Leopoldo Bettiol, *barriga-verde* mas desde muito radicado em nosso Estado, e outros.

Entre os erros de revisão, devemos notar estes que deturpam completamente o nome dos intellectuais citados:

Almiro, por *Olmiro de Azevedo*; *Roque Caloge* (varias vezes) por *Roque Calage*; *Gustavo*, por *Gastão Cruls*, *Branca de Couto Colaço*, por *Branca da Gonta Colaço*, ilustre escritora (poetisa, dramaturga e novelista) e artista portugêsa, além de outros.

Não podemos passar sem nos referir a esta frase nebulosa, cujo sentido não compreendemos, pois quer nos parecer que o A. a deixou em meio:

“Taine quando diz “l’oeuvre d’art est déterminée par un ensemble qui est l’état général de l’esprit et des mœurs environants”.”

Mas, por espirito de justiça, somos obrigados a mostrar, também, as partes boas do livro do coronel Alvaro de Alencastre. E é com prazer que o fazemos pois desde muito admiramos o ilustre militar e autor como *conteur* regionalista. Temos até sobre a mesa um exemplar de seu livro REFUGANDO O SINUELO, que um amigo nos emprestou pedindo a nossa modesta opinião. Isto ha quasi dois anos. Motivos varios, desencontros, até esta data inibiram-nos de dizer que gostamos do livro e que o julgamos digno de figurar nas estantes de obras gaúchas e, também, de devolver o livro. Do que, porém, não gostamos muito, foi da linguagem. Acha-mo-la demasiado *pura* para regionalismo pois somos de opinião que o regionalismo deve conservar a lingua usual. Catulo em português puro perderia 90 %. Mas o coronel Alencastre não pensa assim. E ainda agora, no livro que ligeiramente comentamos, afirma: “Ele (o gaúcho) não fala português. E’ uma algaravia composta de português e espanhol (*e tupi-guaraní também deveria ter acrescentado*). Façamo-lo falar português castiço.”

Si tal se fizer, matar-se-á por certo, e bem cedo, a literatura regionalista, pois a beleza está é nessa linguagem original, sem gramatica e sem rebuscamentos, mas cheia de sinceridade.

“O regionalismo, diz o A., é o amor ao solo que nos viu nascer, ás nossas tradições. E’ sentimento forte, sadio, mas que se curva reverente diante da Patria Grande, que é de todos e que representa tudo para nós.”

Pensando-se bem, é isto mesmo.

Quanto ás tradições, ha um Estado que muito gosta de condenar o nosso regionalismo. Entretanto é o mais regionalista de todos. Nenhum outro o ultrapassa. Nenhum outro tem tantas obras historicas regionais como êle. Nenhum outro faz tanta propaganda de seu passado, aliás brilhante e que muito legítima o seu orgulho. Contudo, historia não menos brilhante tem os demais Estados do Brasil, com Pernambuco, Baía, Paraíba á frente, na parte norte do Brasil, e nem por isso fazem tamanha propaganda. Nós, somente agora estamos estudando o nosso passado que já conta três seculos. Em parte alguma do resto do Brasil, enfim, escreve-se tantas obras regionalistas, literarias e historicas, como em São Paulo, que, apesar disso se considera profundamente nacionalista, como nós, como o cearense, como o pernambucano, o paraibano, o carioca...

Dai, ainda, a profunda verdade que encerra esta frase, a mais feliz, a nosso ver, do livro do coronel Alvaro de Alencastre:

“O regionalismo é a fórma mais precisa, mais real do nosso nacionalismo.”

Um dos capitulos mais interessantes é o que tem por titulo “A literatura e a arte”. O illustre A. demonstra aí claramente que a literatura e a arte verdadeiras são filhas da moral e não do vicio, porque são amantes do puro, do bello e do real. E o puro, o bello e o real não estão no vicio, pois que o vicio não é nem puro, nem bello, nem real, mas imundo, abjeto, artificial, anormal e amoral, a degenerencia, enfim.

Não nos furtamos ao prazer de transcrever mais estes topicos: “Precisamos condenar o esforço inutil daquele que faz trabalho dispersivo e improbo. Trabalhar, sim, mas com proveito para a comunhão. O homem não tem o direito de malgastar a sua intelligencia em trabalho improdutivo.” “A literatura para ter um fundo moral, deve preocupar-se com o desenvolvimento da humanidade. O escritor não pôde ser nem amoral nem imoral. Deve-se dedicar a uma obra moralista para saldar a sua divida para com a comunidade.”

Reunidos esses dois períodos, podemos concluir que todo o escritor para ser devéras util á sociedade e á humanidade deve ser moral. E é isso mesmo. O lugar dos imorais é nas cloacas dos prostibulos, onde costumam molhar a sua pena e chafurdar, como os vermes imundos das sargetas pútridas.

Em resumo: o livro do coronel Alencastre, que comentamos, não é um livro que se diga excelente. Mas tambem não é um livro máu. Seria uma obra bôa, excelente mesmo, si não tivesse os defeitos que apontamos (defeitos para nós...) e, principalmente, si não fosse tão prolixa. Quere-mos crer que o coronel Alencastre em 50 paginas teria dito a mesma cousa com muito maior proveito para os leitores.

SEARA VELHA, por *Francisco Antonio Xavier e Oliveira*, Typografia Independencia, Passo Fundo, 1932.

Francisco Antonio Xavier e Oliveira, advogado na cidade de Passo Fundo, é um grande estudioso, e foi, reconhecendo-o, que o Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul o quis ter entre os seus consocios. SEARA VELHA, não é o seu primeiro livro: em 1908 publicou *Anais do Municipio de Passo Fundo*; em 1927, *Terra dos Pinheirais*, e em 1929, um *Mapa geografico do Municipio de Passo Fundo*, em escala de 1 : 200.000. Estes seus dois ultimos trabalhos honram desde muito a bibliotéca do nosso Instituto.

A maneira de escrever do Dr. Xavier e Oliveira é o que se póde chamar de suave, delicada. Impressiona pela sua simplicidade. Pena é que se tenha, até o presente, limitado a estudar somente o seu Municipio de Passo Fundo. Com a inteligencia, atividade de pesquisador paciente, imparcialidade nos julgamentos historicos, bem poderia nosso ilustre consocio trabalhar, tambem, na historia dos demais Municipios, mormente dêsses que ainda não tiveram a fortuna de ter o seu historiador...

Lendo-se o Dr. Xavier e Oliveira, é-se obrigado a pensar

no incansavel Achilles Porto Alegre que, pode-se dizer, faleceu escrevendo, — tal a semelhança no modo de tratar os assuntos.

O primeiro capitulo do livro, “A tapéra de Chicuta”, encerra, nas suas trinta e poucas linhas, toda uma vida de trabalhos, de heroísmo, de gloria e de tragédia. Sente-se tudo isso, embóra se desconheça, como no nosso caso, a vida e os feitos de Chicuta. Essa simples pagina de reminiscencia encheu-nos de simpatias por aquele “martir”, cujo retrato reproduz no seu livro o Dr. Xavier e Oliveira. E como este capitulo muitos outros.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ, Vol. VII, 1.º semestre de 1932, Tip. do Inst. D. Macedo Costa, Belém.

E' um volume de 350 paginas de materia interessante, na sua quasi totalidade. E' o seguinte o indice dêsse bem impresso volume:

Corografia do Pará e Maranhão, por Jorge Hurley; A palavra sincera e evangelizadora de Juarez Távora; Discurso do tenente Ismaelino de Castro saudando o major Juarez Távora; Aerostação na guerra do Paraguái, por Lysias Rodrigues (major); Assuntos da Historia do Pará, por Teodoro Braga; Documentos para a historia dos municipios do Pará; Notas historicas, por Braga Ribeiro; Literatura regional amazonica, por Eustachio Azevedo; Municipalidades brasileiras, por Paulo Eleuterio; Luiz Demetrio Juvenal Tavares (notas biograficas); As Igrejas de Belém, por Braga Ribeiro; As pedras verdes das Amazonas, por Paul le Cointe; O passado e o futuro da raça americana, por Jacob Cohen; Antonio Raposo Tavares, por Palma Muniz; Vocabulario Paricurú, por Eurico Fernandes; Dialeto dos indios Oyampis, por Pedro Moura; Prol catequese do aborigene brasileiro, por Jorge Hurley; Vocabulario dos aborigenes dos rios Trom-

betas, Cachorro e Jacicuí, por Jorge Hurley; Eu e o meu professor de Apinagé, por Jorge Hurley; Dialéto urubú, amarábas da raça tupí, do Gurupí, por Jorge Hurley; Uma advertencia ao meu País, pelo desembargador Nogueira de Faria; A's portas do templo, discurso de recepção de Nilo Matos.

Como se vê, é um volume cheio, em que se destaca, sobretudo, a grande atividade do Sr. Jorge Hurley, que é um estudioso digno de nota das linguas de nossos aborígenes. Vale a pena ler-se os seus trabalhos, pois nêles muito temos a aprender. Nesse mesmo terreno devemos destacar ainda o trabalho do Sr. Pedro Moura, "Dialéto dos indios Oyampis".

Entre os demais, merece ser distinguido o trabalho do major Lysias Rodrigues sôbre a aerostação na guerra contra o govêrno do Paraguái, que é sobremodo interessante pela documentação que traz.

Muito agradecemos a visita da ilustre colega paraense, a quem saudamos nas pessoas de seu diretor e redatores: Dr. Genuino Amazonas, Dr. Jorge Hurley, Dr. Paulo Eleuterio, Dr. Abguar Bastos e Dr. João Pena de Carvalho.

INDICE

III TRIMESTRE

Jurisdição eclesiastica sobre o Rio Grande do Sul, Mons. dr. João Maria Balem	3
Poetisas Riograndenses, João Maia	13
Bento Gonçalves, Republicanismo e Separatismo, Valter Spalding . . .	41
Hidrografia do Estado do Rio Grande do Sul, dr. A. D. Pinto	53
Ferreira Viana e sua terra natal, dr. Fernando Luis Osorio	75
O trabalho, a honra e o civismo na vida de Mauá, Fernando Callage .	129

IV TRIMESTRE

Cruz Alta, Josino dos Santos Lima	147
Barão do Triunfo, dr. Leopoldo de Freitas	165
A velhice da terra — O continente americano, prof. Jorge Bahlis . . .	176
A imprensa de Santa Maria, João Belem	184
A Ideologia federativa na cruzada farroupilha, tenente-coronel Emilio Fernandes de Souza Docca	194
Prelados e bispos, no Brasil, com jurisdição sobre o Rio Grande do Sul, Mons. dr. João Maria Balem	228
Discurso do coronel João Maia	249
Discurso do prof. Jorge Bahlis	253
Discurso do desembargador Florencio de Abreu	263
Discurso do dr. Adroaldo Mesquita da Costa	268
Discurso do dr. Leonardo Macedonia	273
Discurso do sr. Valter Spalding	281
A navegação a vapor no Rio Grande do Sul, dr. Eduardo Duarte . . .	293
Atas das sessões	301
Nótulas bibliograficas, Valter Spalding	308